

Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Ciências Sociais - ICS  
Departamento de Antropologia – DAN

**“Discutindo opções: Narrativas de estudantes reingressos  
ex-cotistas na Universidade de Brasília”**

**Aluna**  
Hevilin de Assunção Sena

**Orientador**  
Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos

Brasília/DF, julho de 2013

Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Ciências Sociais - ICS  
Departamento de Antropologia – DAN

**“Discutindo opções: Narrativas de estudantes reingressos  
ex-cotistas na Universidade de Brasília”**

Monografia de Graduação apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Sociais Habilitação em Antropologia do Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Sociais - Habilitação em Antropologia.

**Aluna**  
Hevilin de Assunção Sena

**Orientador**  
Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos

Brasília/DF, julho de 2013

Universidade de Brasília - UnB  
Instituto de Ciências Sociais - ICS  
Departamento de Antropologia – DAN

**“Discutindo opções: Narrativas de estudantes reingressos  
ex-cotistas na Universidade de Brasília”**

Elaborada por:  
**Hevilin de Assunção Sena**

Como requisito parcial para obtenção do grau de  
**Bacharel em Ciências Sociais**  
**(Habilitação em Antropologia)**

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos  
(Presidente/Orientador)

---

Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Juliana Braz Dias  
(DAN/UnB)

Brasília/DF, julho de 2013

## **Agradecimentos**

Ao Deus, criador e mantenedor da vida dos seres especiais que estiveram no meu caminho durante o curso desse rio. Sem Ele, a direção não seria possível.

Aos meus pais, pela compreensão e apoio para conclusão da jornada universitária.

Ao professor e orientador Carlos Alexandre Barboza Plínio dos Santos, pelas primorosas correções e instruções no fazer etnográfico.

Ao professor Sales Augusto dos Santos, pelo especial interesse no desenvolvimento dessa pesquisa, e por sempre me inspirar e trabalhar por uma universidade mais justa. E ao professor Ivair Augusto Alves dos Santos, pelas sugestões para conclusão do projeto.

À equipe do CCN que com expectativa me apoiou nas pesquisas.

A cada estudante entrevistado/a por, de maneira quase descontraída, porém com todo o compromisso, dividir comigo histórias de sua intimidade familiar e universitária.

Aos companheiros navegantes Jéssica e Ricardo, que me animaram nessa embarcação que seguimos juntos.

# Sumário

Agradecimentos.....	4
Introdução.....	6
1 - Metodologia: Sobre o objeto e como prosseguir	
1.1 - A Antropologia na quantidade e na qualidade.....	13
1.2 - Procedimentos.....	18
1.3 - Quem são os estudantes dos meus relatos e alguns discursos de pertencimento	22
2 - Formação das ideias sobre o Sistema de Cotas	
2.1 - Breve histórico do Sistema de Cotas – nacional....	29
2.2 - Breve histórico do Sistema de Cotas na Universidade de Brasília.....	33
2.3 - Cotas no campo das Ciências Sociais.....	38
2.4 - Síntese dos trabalhos pesquisados.....	43
3- Narrativas de Ex-cotistas	
3.1 - Início da pesquisa.....	62
3.2 - Motivação para a opção do segundo vestibular.....	66
3.3 - Reflexões sobre discriminação.....	69
3.4 - Reflexões sobre o apoio universitário.....	77
3.5 - O Sistema de Cotas e o reflexo na família.....	83
Considerações Finais.....	87
Bibliografia.....	92
Anexos.....	101

## INTRODUÇÃO

*- Você precisa conhecer o curso do rio. É só com isso que se pode contar para navegar nas noites muito escuras. (...)*

*- Quer dizer que tenho de conhecer todas as milhões de variações insignificantes da forma das margens desse rio sem fim, e tão bem quanto conheço a forma da sala da frente lá de casa?*

*- Palavra de honra, você tem que conhecê-las melhor.*

Mark Twain, *Life on the Mississípi* (BOWEN, 2004: 03)

No momento de fazer esta monografia, no início de 2012, gostaria de percorrer entre a possibilidade de contribuir para a história do percurso universitário de estudantes que ingressam e regressam pelo Sistema de Cotas da Universidade de Brasília. Os dados e análises nas próximas páginas nos convidam a uma reflexão sobre as estratégias, resultados e campos abertos para as políticas de ação afirmativa que tem como alvo estudantes negros, especialmente sobre a política de cotas raciais nas universidades brasileiras.

O breve trecho da minha experiência universitária inicia-se no segundo semestre de 2008, como estudante cotista no curso de Ciências Sociais. Os entremeios da roupagem antropológica e sociológica nunca ficaram claros no início da graduação, até entender que uma serviria de suporte intelectual à outra ao longo da minha jornada estudantil. Essa Ciência se mostrou como um campo aberto para as discussões relativas ao conhecimento e descobrimento do mistifório cultural que representa a sociedade humana, e a abordagem antropológica como um fator necessário para o desenvolvimento de novas investidas, como é a do presente trabalho.

Quando iniciei na concorrência pelo vestibular, em 2008, chamou minha atenção entender quais eram os caminhos que levavam à adoção do Sistema de Cotas Raciais pela UnB, já que esse era o sistema de seleção adotado para estudantes negros. Antes de entrar na universidade, pouco, ou quase nada, entendia sobre justiça social, dívida história e política afirmativa, assuntos que rodeiam a temática da adoção da política de cotas para negros; hoje, com base em minhas experiências, acredito que meu

nível de entendimento convergia com a média social. Com o meu envolvimento com a política de cotas percebi que muitos estudantes desconheciam os méritos dessa temática, e que muitas vezes reproduzem apenas o que o sistema midiático expõe. Felizmente a universidade me foi libertadora pelo esclarecimento que me trouxe nesse assunto.

Iniciei meus estudos sobre o Sistema de Cotas da UnB exatamente no 3º semestre do curso de Ciências Sociais, em uma pesquisa desenvolvida, pelo professor Sales Augusto dos Santos, no Centro de Convivência Negra da UnB. Nesse espaço, consegui participar de discussões específicas e pontuais sobre discriminação racial, cultura afro-brasileira e ações afirmativas no espaço social brasileiro. A partir dessa experiência, comecei a ter meus primeiros ensaios do que viria a ser a atuação em pesquisa com a percepção antropológica em mente.

Na mencionada pesquisa, entrei em contato com estudantes egressos do Sistema de Cotas da UnB a partir de 2010, com o objetivo de angariar informações para se construir um banco de dados sobre os alunos egressos e, por ventura ainda na situação de ingressos, na UnB pelo Sistema de Cotas. O contato, inicialmente feito por telefone, reservou uma série de curiosidades; nele pude identificar várias passagens sobre o temor do brasileiro em falar sobre a questão racial. Procurava, ao conversar com os alunos, um tom de voz simpático e audível, e de maneira nenhuma que trouxesse incômodo ao ouvinte. Eu me apresentava como estudante pesquisadora do Centro de Convivência Negra da UnB, falava sobre a pesquisa com os estudantes ingressos e egressos do Sistema de Cotas da UnB. E informava aos estudantes que uma equipe de aplicadores estava pronta para levar o questionário para eles. Tudo no intuito de que obtivéssemos o maior número de participantes, mas várias foram as experiências em que a contrapartida foi negativa. Como no caso abaixo descrito:

*- Alô? Meu nome é... Sou pesquisadora do Centro de Convivência Negra da UnB... gostaria de participar de uma pesquisa.... sobre os estudantes ingressos e egressos pelo Sistema de Cotas da UnB... ?*

*- Ân? De onde?*

*- do Centro de Convivência Negra da UnB*

*- Quê? Convergência?*

*- CONVIVÊNCIA NEGRA*

*- Negra de preto mesmo?*

*- É*

*- (...) Não, não quero.*

Não eram raros os momentos em que as pessoas, geralmente quando percebíamos uma resistência para responderem aos questionários, e ao serem informadas sobre o questionamento impetrado no STF sobre a constitucionalidade do Sistema de Cotas, logo se posicionavam contra o Sistema ou alegavam falta de tempo para participar da pesquisa. Lembro-me da seguinte situação:

*- Alô? Meu nome é... Sou pesquisadora do Centro de Convivência Negra da UnB... gostaria de participar de uma pesquisa.... sobre os estudantes ingressos e egressos pelo Sistema de Cotas da UnB... ?*

*- Pesquisa do quê?*

*- Com os estudantes ingressos e egressos do sistema de cotas. O seu nome consta na minha lista, fornecida pela administração da Universidade. O sr. Confirma esse dado?*

*- Ah, sim. Mas não quero participar, não.*

*- Sr., as informações que obtivermos com os questionário contribuirão para angariarmos dados sobre esses alunos para pesquisas e também fornecê-los à universidade em favor do sistema de cotas para negros. Sua participação seria muito importante para nós.*

*- Não. Não tenho tempo para essa pesquisa.*

*- Só leva cerca de 10 a 15 minutinhos para responder. ... e seria muito importante que o Sr. contribuísse para a defesa da manutenção de um sistema que você se beneficiou.*

*- Não. Inclusive sou contra o Sistema de Cotas.*

Após longa insistência, quando ouvia que alguns egressos eram contra o Sistema de Cotas, ficava sem reação, tentando manipular minha indignação. Contudo, quase a metade das pessoas que deveriam responder o questionário da nossa pesquisa aceitou esse nosso desafio. Ao analisar os questionários que foram entregues após serem respondidos, verificamos que alguns tinham reingressado na universidade por outro vestibular, entretanto, pelo Sistema Universal. A esses reingressos eu chamei de ex-cotistas e este fato chamou minha atenção como pesquisadora: saber o que acontecia, ou aconteceu, para motivar quase a metade dos estudantes reingressos na UnB, ex-cotistas, a concorrerem o vestibular agora pelo Sistema Universal.



Para fazer essa análise, entrei em contato para entrevista com os 11 estudantes ex-cotistas reingressos na UnB no período pesquisado – de 2/2004 até 1/2011. Entretanto, como percebemos pelos relatos da pesquisa anterior que realizava no CCN, nem todos os estudantes foram solícitos para participarem das entrevistas no meu projeto de pesquisa da monografia. Tive casos em que a pessoa a ser entrevistada encontrava todos os meios para colocar obstáculos quanto a sua participação na pesquisa como estudante cotista, sobretudo como falta de tempo. Dois dos que se recusaram a participar afirmaram que não tinham interesse em participar de pesquisa sobre o Sistema de Cotas.

Embora encontrasse a recusa de alguns para participar da minha pesquisa pessoal, ouvi dos estudantes que entrevistei que eles eram favoráveis a esse tipo de pesquisa, conforme a entrevistada Rita confessou enquanto terminávamos a terceira entrevista:

*- (...) Eu não tive a oportunidade de fazer sobre esse tema [Sistema de Cotas] porque lá no meu departamento não tinha nenhum professor que soubesse orientar nisso. Que sabia por alto, mas não certinho as coisas. E lá, essa questão é um tabu. Por isso eu dou todo o apoio em pesquisas que falem sobre o Sistema de Cotas, que sejam positivas pro Sistema de Cotas. Dou o maior apoio, por isso eu estou te ajudando (...).*

Em meu trabalho, procurei identificar, qual seria o entendimento que os estudantes entrevistados tinham sobre o seu pertencimento identitário racial como grupo negro na UnB – de estudantes cotistas – e suas experiências no Sistema de Cotas. Minhas inquietações procuravam sentido para compreender por que os estudantes tinham se desvencilhado do reingresso pelo Sistema de Cotas e prestado vestibular pelo Sistema Universal. Saber o que os motivava encontraria sentido ao se compreender as expectativas desse grupo. Para isso, desenvolvi meu trabalho como descrevo a seguir.

Na primeira parte do trabalho procurei falar sobre a Metodologia, tratando os estudantes na situação específica de pesquisa como o meu “objeto antropológico”, e dividindo em três tópicos: um justificando a pesquisa qualitativa, o outro os procedimentos adotados para tal e o terceiro, onde identifico que são os estudantes que entrevistei.

Na segunda parte fiz um breve resumo histórico desde a implantação do Sistema de Cotas no Brasil até na UnB. Depois fiz uma síntese dos trabalhos sobre esse assunto no campo da Antropologia e da Sociologia da UnB e um tópico seguinte, com uma reflexão sintética com os trabalhos encontrados.

Na terceira e última parte, coloquei em evidência algumas abordagens dos diálogos com o grupo de estudantes, como início a pesquisa e os discursos que se sobressaíram das conversas. Nada foi pré-estabelecido sem antes ocorrerem os primeiros diálogos com esses entrevistados. Portanto, o capítulo está dividido em 5 tópicos, e 4 deles dialogam diretamente com as falas dos entrevistados.

Para situar melhor o leitor em minha análise, gostaria de trazer à discussão o relevante tema para esta análise: para quem é o Sistema de Cotas da UnB, e apresentar algumas discussões consideradas.

No texto “*Afro Descendente – Identidade em Construção*”, Ferreira (2000), citando Helms (1993a), apresenta que:

*O aspecto racial da identidade refere-se tanto à percepção do afro-descendente de pertencer a um grupo cujas pessoas compartilham a mesma origem racial. ... Diz respeito também à quantidade de relação, ao grau de compromisso ou ao modo como a pessoa se identifica com seu grupo racial. (FERREIRA, R., 2000: p. 67)*

Com essa afirmação, Ferreira associa a qualidade racial a uma referência coletiva, compartilhada por um grupo de pessoas, que é fundada na percepção do indivíduo de compartilhar uma herança racial comum. Ao observar o contexto do qual fala Helms (1993a), o autor percebe que o termo “racial” utilizado é uma referência à pessoa que compartilha heranças comuns a um grupo particular, portanto, o termo inclui aspectos raciais e étnicos, assim é preferível o uso do termo “etno-racial”, que sugere ser tal herança configurada em torno tanto das especificidades biológicas quanto das culturais, religiosas, dentre outras.

Tratando de transmitir legados que estão além apenas de serem raciais, Segato (2005) também debate que a afro-descendência no Brasil não é exclusiva de pessoas negras, por razão de o contato interétnico ter se dado em uma extrema desigualdade demográfica entre as raças. A autora esclarece que ser negro na sociedade brasileira, com suas características, significa exibir os traços que remetem à histórica derrota dos povos africanos no país, perante exércitos coloniais e a posterior

escravização. Portanto, o real significante negro – exibindo os traços étnicos sociais – será lido no contexto dessa história. Traços sociais ligados aos étnicos funcionam como aqueles que, no Brasil, as pessoas são classificadas por uma leitura de cor, isto é, excluídos e incluídos, onde o que fala mais forte é o caráter baseado na visibilidade dos traços de origem africana.

Com isso, Segato (2005) caracteriza como “identidade política” fazer parte do grupo que compartilha as consequências de ser passível dessa leitura histórica, de ser suporte para essa atribuição e sofrer o mesmo processo de “outrificação” no meio da nação.

Percebemos que essa “identidade política”, de que fala Segato (op. Cit.), também se manifesta na vida dos beneficiários do Sistema de Cotas, pois os pretos e pardos do Sistema de Cotas, presumivelmente discriminados racialmente, fazem parte da exclusão racial do mundo acadêmico brasileiro, como largamente apontam vários estudos (CARVALHO, 2005-2006; MUNAGA, 2001; HOLANDA, 2008).

Nesse sentido, esclarece Carvalho (2005) que o Sistema de Cotas da UnB foi pensado numa categoria específica de “pardo”; acrescenta que *“as cotas foram dirigidas para os negros baseadas no princípio de que os dois contingentes, pretos e pardos, englobam a gama de discriminados fenotipicamente no Brasil”* (CARVALHO, 2005: p. 78) sendo assim, inclui os pretos e os pardos-negros. Nesse sentido, é interessante observar o perfil racial do Distrito Federal, pois a categoria “pardo” é a categoria racial predominante da capital. Essa categoria traz consigo uma ambiguidade em quase todos os Estados, entretanto, ela é particularmente complexa no Distrito Federal.

Ressalto o aspecto racial acima pois, entre os egressos e reingressos da UnB por algum vínculo institucional, 62,02% dos estudantes se declararam pardos e, como essa declaração também foi a maioria entre os estudantes que eu entrevistei em meu trabalho, achei coerente analisar esse ponto.

Considerando o componente racial no caso de Brasília, Carvalho (2005) identifica que, num espaço muito curto de tempo, essa categoria racial foi transplantada para a capital. Em sua análise, recorre à história da formação de Brasília tentando formular um quadro conceitual para a compreensão das diferenças raciais da cidade. A hipótese do autor é a de que, em Brasília, a categoria parda se vincula a uma identidade de origem, ou regional. Apresenta que em 1956 instalou-se no canteiro de obras da Nova Capital um contingente de trabalhadores oriundos das regiões mais pobres do

Sudeste, do Nordeste e do Norte do País, e que hoje, os atuais batizados de candangos eram, em sua maioria, os atuais pardos e antigos mulatos do IBGE. A luz dessa questão, argumentarei outros aspectos sobre a identificação racial do estudantes que entrevistei no final do primeiro capítulo, que inicio a seguir.

## 1 - Sobre o objeto e como prosseguir

### 1.1 – A Antropologia na quantidade e na qualidade

No texto “*A antropologia na Atualidade*”, Cornélia Eckert (1994), ao avaliar o que se denominou “uma nova antropologia”, ressignifica o termo por uma chamada nova etnografia. A autora discute que a nova etnografia problematiza questões em torno do método etnográfico, da prática de campo e apoia-se sob uma reflexão conceitual da dicotomia entre princípios e códigos e comportamentos sociais.

Para Eckert, a nova etnografia contrapõe aos clássicos como o de Lévi-Straus e Geertz, pois o novo modelo aceita simplesmente os modelos conscientes de uma comunidade, que seriam significados conscientes na cabeça das pessoas. O objetivo, portanto, é o de neutralizar, ou tentar eliminar, as tendências potencialmente distorcidas de um etnógrafo, em sua análise, voltando-se apenas para as categorias dos informantes (*emic*) em detrimento das categorias do antropólogo (*etic*). A nova categoria de análise problematiza questões em torno do método etnográfico, da prática de campo, apoiando-se sob uma reflexão conceitual da “*relação entre a linguagem, as regras cognitivas, os princípios e códigos, por um lado, e os padrões de comportamento e organização sociocultural, por outro lado*” (ECKERT, 1994, p. 17). Ainda de acordo com Eckert,

*Com certeza a nova etnografia pôs em cena a importância de reavaliar-se o método tradicional da Antropologia, historicizando o próprio método e criticando algumas linhas analíticas de forte generalização. Pode-se dizer, no entanto, que houve um mergulho exagerado nas categorias emic, colocando-se nos limites de um método analítico esotérico ou paramental. Afinal, “ninguém tem acesso direto à mente de qualquer pessoa. Portanto a etnografia é também, em última análise, inferências traçadas pelo etnógrafo – elas são suas concepções do que deviam ser as concepções dos informantes” a interpretação de interpretações, como nos ensina Clifford Geertz, ou uma das leituras possíveis do social, como nos ensina Lévi-Strauss. Ou ainda, somos todos inevitavelmente comparadores, ensina a premissa antropológica, e isso significa que o etnógrafo “tem que empregar categorias de pensamento traçados da antropologia e não exclusivamente do informante nativo” (ECKERT, 1994, p. 18).*

A etnografia é um exercício reflexivo, que está ligada com a forma de construção do texto etnográfico. Portanto, a novidade é que uma nova etnografia

consista em pensar o sujeito, objeto e contexto como uma totalidade; em avaliar o contexto no qual ocorrem estas preocupações e se produzem as etnografias.

Avalia Eckert que os antropólogos que pensam a nova etnografia buscam romper certo “positivismo científico”, com suas diversas formas de empirismo, assumindo assim uma postura humanista para o fazer antropológico e do caráter provisório e parcial da análise cultural, onde a construção de uma etnografia modernista, estipulado pelo caráter da nova etnografia, coloca-se como um fazer “crítica cultural”. Acrescenta Eckert (1994: p. 21), sintetizando Peirano (1985), que:

1º) *“A dimensão literária que diz respeito à ‘constituição dos objetos culturais, às maneiras com que fenômenos coletivos são configurados (...) e às formas com que estas configurações fazem sentido em determinadas formas de leituras”*.

2º) *“A noção de ‘observação participante’ é complexificada pela questão do ‘confronto etnográfico’, onde a pesquisa de campo resulta em um diálogo, e é nesta dimensão dialógica que o texto antropológico é dimensionado”*.

Dessa forma, as observações feitas por Eckert (1994) contribuem para uma análise etnográfica de pesquisa participativa entre observador e sujeito, ou pesquisador e entrevistado, na qual os relatos orais dos objetos de minha observação serão analisados dentro de um contexto específico e a construção de seus discursos indicarão as bases reflexivas desta pesquisa.

Como pretendo refletir metodologicamente enfoques, conceitos, unidades de análise e técnicas de pesquisa no âmbito da antropologia social, na qual estou discorrendo, utilizo das ideias de Clyde Mitchell, em seu artigo “*A questão da quantificação na Antropologia Social*” (MITCHELL, 1987). Nesse artigo, o autor traz bons subsídios para pesquisadores interessados em utilizar abordagens antropológicas em suas investigações sobre problemas pertinentes às sociedades contemporâneas. Além disso, o autor apresenta os desenvolvimentos no campo da antropologia para a coleta de dados. Constata que, mesmo antes da II Guerra Mundial, já se aceitava a necessidade de apresentar, sempre que possível, informações em forma quantitativa. Aponta que o trabalho realizado sob a égide do Rhodes Livingstone Institute, no período pós-guerra, constituiu um forte estímulo para a incorporação da quantificação na análise antropológica (MITCHELL, 1987, p.79).

A partir desse momento, o tom seria estabelecido pelo primeiro diretor do instituto, Godfrey Wilson, ao utilizar-se amplamente de dados quantitativos em sua pesquisa de Broken Hill, realizada entre 1941-1942. Posteriormente, num estudo em Plateau-Tonga de Mazabuka, Gluckman e outros, pesquisando uma área rural, também quantificariam suas análises referentes à posse e uso da terra (MITCHELL, 1987). Mas a prática de coleta de dados completos, passíveis de quantificação, foi instituída especialmente durante uma viagem de treinamento de trabalho de campo à região de Lamba, perto de Ndola (MITCHELL e BARNES, 1950). Nessa ocasião, dados quantitativos foram coletados sobre características populacionais, composição de parentesco e de clãs nas aldeias, casamento e divórcio, migração de mão de obra, e renda e despesa familiar. Essa prática continuou a ser adotada em pesquisas posteriores por uma série de pesquisadores. O que nos sugere Mitchell é que os métodos estatísticos fizeram parte dos campos da investigação em antropologia (MITCHELL, 1987).

Ainda segundo Mitchell, os métodos estatísticos não foram impopulares em todos os campos da investigação antropológica. De fato, existe uma longa e respeitável tradição, que data do clássico de Tylor, publicado em 1889, de utilização de métodos quantitativos para se demonstrar a associação entre traços culturais em diferentes sociedades. Esta tradição persistiu na Antropologia Social, apesar das críticas contundentes aos pressupostos e à lógica dos procedimentos adotados. Esta tradição encontra sua expressão moderna nos inúmeros trabalhos baseados nos Arquivos da Área de Relações Humanas. A preocupação fundamental destes trabalhos gira em torno de determinadas formas do comportamento social: tratam mais da “sociedade” do que das “sociedades”. Assim, a partir de um levantamento das características de centenas de sociedades, esses trabalhos procuram estabelecer certas regularidades e interpretá-las segundo uma determinada proposição teórica. (MITCHELL, 1987).

Entretanto, Mitchell apresenta que Leach (1963) salientou que existem determinados fatos, tais como as regras legais, que dificilmente podem ser especificados em termos quantitativos. E que também Fortes (1949) já anunciava essa ressalva antes, afirmando que:

*Na medida em que os fatos sociais são abordados como fenômenos culturais, “só podem ser tratados através da observação direta e da descrição qualitativa, e que, por isso, os métodos quantitativos não poderiam ser a eles aplicados”. Esse tipo de fato social refere-se às normas e aos ideais de um povo. Caso aceitemos essa definição do objeto*

*de estudo da Antropologia, os métodos estatísticos tornam-se, de fato, inadequados.* (MITCHELL, 1987: 81)

O valor da quantificação sistemática, afirma Mitchell, está relacionado ao fato de garantir que os casos negativos — que são importantes em toda análise — não sejam deixados de lado. Dessa forma, se um pesquisador está interessado em estabelecer a relação entre riqueza e liderança em uma aldeia, por exemplo, torna-se evidente a importância de se registrar a riqueza tanto daqueles que não fazem parte dessa liderança quanto dos que ocupam alguma posição de chefia (MITCHELL, 1987). Para Mitchell, embora a quantificação seja um método importante para a coleta de dados, ela deve constituir-se em um instrumental auxiliar, e não no objetivo do trabalho de campo. O antropólogo é quem estabelecerá as proposições teóricas. Portanto, a teoria deve determinar a sua utilização da estatística: suas estatísticas não devem delimitar sua teoria.

Buscando, portanto, trabalhar com a avaliação qualitativa do meu objeto de pesquisa, procurei estender reflexões sobre relatos individuais a fim de, pela oralidade narrativa, abrir minhas possibilidades interpretativas em busca de uma melhor avaliação etnográfica descritiva. A partir desse ponto metodológico, baseei a análise qualitativa de meu trabalho de pesquisa.

No texto “*Problemas Relativos à Utilização da História de Vida e História Oral*” (2001), Guita Debert apresenta as vantagens de se utilizar do instrumental teórico da história de vida na produção de uma nova documentação, tipicamente reivindicada por disciplinas como a sociologia, a ciência política e pela história. Segundo a autora, aparecem dois campos relevantes quando se tem em vista a produção de nova documentação através de relatos orais. O primeiro campo demonstra a importância de se mostrar uma documentação que se constitua num ponto de vista alternativo à documentação oficial; muitas vezes essa nova documentação através dos relatos preenche um vazio intransponível, de um lugar onde não se observou antes.

O segundo campo, que é aberto por esse instrumental analítico, consiste no fato de ele possibilitar o estabelecimento de uma conversação ou um diálogo com os sujeitos estudados. E essa dimensão de conversa entre o informante e o pesquisador, desarticula procedimentos que implicam na violência implícita de referir aos informantes categorias que não lhes dizem respeito. E ainda, a importância de dar aos



informantes condições de mostrar ao pesquisador outras dimensões que através deles podemos analisar (DEBERT, 2001).

O diálogo com os informantes, salienta a autora, permite uma relativização dos conceitos e de seus pressupostos, pois eles, muitas vezes, tendem a universalizar a história humana. Mas demonstra que a história de vida nos permite levar a cabo o caráter de continuidade, onde se é definido um ponto para chegada no qual as respostas se tornam repetitivas, um “ponto de saturação” (DEBERT, 2001). Continua argumentando que, sempre se é possível mergulhar mais profundamente nas mesmas coisas de forma a perceber novos ângulos, e a cada nova entrevista, um novo leque de questões poderia ter sido aberto. Entendemos, portanto, que cada narrativa tem o potencial de apresentar uma discussão proeminente, e isso não pode ser deixado de lado em uma percepção antropológica. Partir de modelos já formulados é o estereótipo contrário ao se seguir um modelo de análise das narrativas. Sobre esse assunto, a autora apresenta que:

*Com os métodos qualitativos qualquer generalização que alcancemos decorre sempre das distinções que somos capazes de estabelecer através de um trabalho minucioso no material recolhido. Na maioria das vezes, ela brota de uma “contrageneralização”, ou seja, de uma tentativa de refinamento dos grandes conceitos e modelos explicativos com os quais as ciências sociais operam. (DEBERT, 2001: p. 144)*

Na discussão sobre narrativas dos estudantes cotistas na UnB, Ferreira (2009) analisa como os autores, Hasenbalg (1997), Pinho (2003) e **Rey (2005)**, destacam a contribuição à investigação sociológica as construções qualitativas para análise dos dados através dos relatos de histórias contadas. Aponta que Hasenbalg (1997) já destaca a conexão entre educação e desigualdades raciais e que esta pode ser mais bem pensada em termos de ciclo de vida das pessoas, procurando identificar em que momento a discriminação é produzida – apontando que poucos estudos mostram o que se passa dentro das escolas, locais em que as políticas corretivas necessitam de maior compreensão.

A autora identifica que Pinho acrescenta o estudo minucioso da “situação” ou da “coisa” racial brasileira como tendo o único caminho a partir da historicização minuciosa, voltando os olhos para as categorias, processos, lutas e interpretações reflexivas postas em movimento pelos próprios sujeitos sociais. Desse modo, refere-se à caracterização da pesquisa qualitativa, de acordo com **Rey (2005)**, como forma de

avançar na compreensão sobre os programas de ação afirmativa. No estudo da subjetividade, segundo é apresentado, a abordagem qualitativa volta-se para a elucidação, o conhecimento dos complexos processos que constituem a subjetividade e não tem como objetivos a predição, a descrição e o controle. Dessa forma, a verificação dos processos de representação vai além de uma caracterização linear dos sujeitos e de relações sistemáticas de causa e consequência. Ferreira aponta, então, que se busca entrar em contato com momentos de conflito e aporia, pois neles se pode atingir o dinamismo e as relações de força envolvidos na formação dos sistemas de significação que reagem o imaginário no que se refere à identidade racial e às identidades sobrepostas a tal constituição social.

“Quando se fala em entrevistas pessoais é preciso que se diga, talvez o obvio, que “qualidade” para a antropologia não encontra equivalência na “quantidade” em matéria estatística” (TEIXEIRA apud BORGES, 2006: p. 14). Portanto, tendo em vista que essa sistematização é apenas um auxílio para a etnografia, não estava preocupada no número de minhas amostras, mas que, de fato, pudessem trazer elementos para um debate, que a academia ainda não realizou, sobre os estudantes egressos do Sistema de Cotas.

Nesse sentido, através de relatos ainda não apresentados, de uma perspectiva ainda não considerada, busquei sair de generalizações e encontrar no diálogo com estudantes egressos do Sistema de Cotas, novos sentidos da busca antropológica.

## **1.2 – Procedimentos**

Por meio das análises das entrevistas, tenho como objetivo reconstruir representativamente o processo de formação identitária desses estudantes através do Sistema de Cotas, com o objetivo de, por fim, analisar o que os motivaram a escolher por uma opção que os desvincula do Sistema de Cotas.

Na monografia de Cobucci (2007), a autora apresentou como os grupos são definidores de identidade e essa é fundamental no processo de formação. No entanto, em meu trabalho, no início analisei pressupondo que os estudantes que entrevistei não estivessem inseridos em grupos na universidade que os ajudassem a se auto afirmarem como negros e por isso se desvincularam da opção pelo Sistema de Cotas no segundo vestibular. Não estou sugerindo que os grupos não devam mais ser os

determinantes para a formação da identidade do estudante cotista, mas o que pude comprovar, através da minha pesquisa, é que não existe apenas um discurso que aponta para uma identificação racial. Não necessariamente esse discurso deveria vir do grupo que estivesse inserido apenas no meio acadêmico, como eu pressupunha. Como sugerido por Moita Lopes (2003: p. 23) na afirmação seguinte, resolvi, a partir das informações obtidas tirar minhas próprias conclusões:

*Isso já explica as várias metodologias de investigação de natureza interpretativista (...) que primam pela necessidade de entender os fatos sociais, aqui as identidades sociais, (...) a partir da análise dos discursos que a constroem ou a partir das interpretações das pessoas que vivem as práticas discursivas estudadas, portanto, com base nas múltiplas perspectivas de se compreender o mundo social em vez da pressuposição positivista de uma única realidade social (Moita Lopes 1994). Como apontam Schotter e Gergen (1989, p. x), “em vez de assumirmos que as relações das pessoas com a natureza e com a sociedade não são afetadas pela linguagem dentro da qual são formuladas, achamos que essas relações são construídas pelos modos de falar que as informam.”*

Nos trabalhos verificados, como monografias, dissertações e teses - que discutem o tema ações afirmativas, Sistema de Cotas e estudantes cotistas, por vezes relacionam o tema da identidade e o processo de se declarar ou ser reconhecido como estudante negro na UnB. Observei que a intensificação desses trabalhos ocorreu a partir da implantação do Sistema de Cotas, em 2004. Contudo, considere que, nas discussões que foram defendidas, há a ocorrência de uma lacuna quando o assunto se trata de estudantes egressos do Sistema de Cotas. O meu tema, portanto, não abordará discutir a questão da identidade entre esses estudantes, mas propõe um diálogo partindo de sua situação de egressos do Sistema de Cotas.

Dentro da perspectiva apresentada, o meu objetivo é discutir os estudantes egressos pelo Sistema de Cotas e que reingressaram na Universidade de Brasília em outro curso, mas que na opção de ingresso não fizeram a escolha pelo Sistema de Cotas. Esse tema, que pretendo aprofundar, surgiu da pesquisa “Perfil dos Estudantes Ingressos e Egressos pelo Sistema de Cotas da Universidade de Brasília”, que eu participei no Centro de Convivência Negra (CCN) da UnB, iniciada em 2009 e orientada pelo professor Sales Augusto dos Santos. A essa pesquisa, me referirei com a sigla PEIE – UnB.

O objetivo da PEIE – UnB era realizar um cadastro dos alunos que ingressaram no Sistema de Cotas, com informações sobre ingresso, vida acadêmica, e formação posterior à saída da Universidade. Já que a universidade não tinha essas informações, a PEIE poderia também servir de suporte para outras avaliações que a instituição e demais pesquisadores poderiam fazer sobre o Sistema de Cotas. A ideia era a de se construir uma base de dados, disponível para a comunidade acadêmica, para que se pudesse usar também em argumentação de defesa do Sistema de Cotas frente aos questionamentos feitos, na época, ao Superior Tribunal Federal, com a ADPF 186 / DF, sobre a inconstitucionalidade do Sistema de Cotas na UnB.

A PEIE foi feita com os estudantes que se formaram por meio da entrada em qualquer um dos cursos da Universidade pela opção do Sistema de Cotas. Os dados sobre esses estudantes eram fornecidos pela SAA e, deve-se aqui relatar, que essas informações sobre os estudantes carecem de exatidão. A SAA fornece os dados obtidos pelo Sistema de Informações Acadêmicas de Graduação (SIGRA) e os números de formados, por exemplo, contabilizam a quantidade de matrículas registradas, ou seja, o total de habilitações ou diplomas obtidos. Com isso, repetem matrículas de cursos cujo candidato fez duas ou mais opções de habilitação. É necessário, portanto, haver um processo de triagem, observando exatamente a repetição dos nomes e retirar alunos que constam duas ou três vezes na lista do SIGRA por terem feito duas ou mais habilitações. Apenas depois desse processo é possível obter com exatidão a quantidade de alunos egressos da universidade.

Para detalharmos o problema que tivemos, por exemplo, o número de estudantes egressos desde 2/2004 até o 2/2008, fornecidos pelo SIGRA, era de 478. Entretanto, apenas após o processo de triagem, contabilizamos na verdade 425 pessoas. Após a manipulação desses dados, e obtido os nomes e telefones dos estudantes egressos da UnB, o meu trabalho foi contata-los e aplicar um questionário. O questionário era de caráter socioeconômico, elaborado pelo professor Sales e revisado em reuniões com os estudantes pesquisadores, dos quais eu fazia parte. Entrei em contato, por meio de ligações telefônicas, com vários estudantes durante o período em que estive responsável, que foi de janeiro de 2010 até julho de 2012, de certa forma fazendo minhas observações como estudantes de antropologia, tentando imaginar a motivação social nas falas de cada pessoa que atendia ao telefonema.

O contato com esses estudantes, desde a ligação até a aplicação dos questionários, envolveu um longo e cansativo processo de pesquisa. As dificuldades

eram desde conseguir retorno positivo numa ligação, até a de conseguir adequar dias horários com os estudantes que seriam “entrevistados” na aplicação.

Ao total, depois da primeira triagem, contabilizamos 1.050 estudantes egressos pelo Sistema de Cotas desde o 2/2004. Desses, apenas 460 responderam a pesquisa; 377 estavam indisponíveis para responder o questionário; 185 recusaram de fato em responder e falhamos na aplicação de 28 questionários. Esse número, mais a frente, sofrerá uma pequena alteração.

Dessa pesquisa, algumas questões começaram a ser levantadas por causa de certa ojeriza de alguns cotistas em responderem um questionário que, no entendimento dos entrevistadores, seria benéfico por oferecer dados em favor da permanência do Sistema de Cotas na UnB. Conforme alguns estudantes iam respondendo o questionário, tínhamos acesso a maiores informações sobre quem eram os estudantes cotistas egressos da UnB, inclusive que alguns cotistas participaram de nova seleção por vestibular, mas pelo sistema universal. Desse fator surgiu uma questão ainda não abordada pelos pesquisadores da temática: por que estudantes que tinham se formado pelo Sistema de Cotas decidiram retornar à Universidade participando de seleção pelo sistema universal?

Os candidatos aprovados estavam habilitados a prestarem qualquer vestibular pela seleção do sistema. O fato de alguns estudantes não optarem pelo Sistema de Cotas no reingresso à universidade chamou minha atenção. Ora, o problema não é entre fazer uma ou outra escolha, mas o que isso poderia nos dizer em relação a algum fator de discriminação sofrido em sua permanência na universidade ou indicar qualquer deficiência no sistema que pudesse impedir sua continuidade. Considerando isso, o meu trabalho etnográfico pretende analisar a vida desses estudantes pela memória que eles têm do período em que estiveram na sua primeira graduação pelo Sistema de Cotas, e o que pode ter gerado essa mudança de opção.

Ao observar as fotos dos estudantes cotistas egressos na UnB, percebi que vários deles possuíam a tez cor mais clara e supus que a recusa desses poderia ser por uma falta de identificação com os demais do grupo de estudantes negros. Nesse sentido, Carvalho (2005) argumenta que no momento em que a Comissão certifica o candidato como negro ou não, ela retira a responsabilidade pela identidade racial da pessoa que se apresenta para seleção e com isso despolitiza o processo de afirmação de uma identidade negra da pessoa no meio acadêmico brasileiro. A partir de argumentos como esse (CARVALHO, 2005; COSTA, PINHEL, SILVEIRA, 2012; DUARTE & GUELF, 21

2007) comecei a imaginar uma situação de perda de identidade por parte dos estudantes que reingressaram na universidade, mas agora pelo sistema universal. Com isso, pensar numa falha do processo de identidade entre esses estudantes não era difícil, e foi a primeira hipótese que me veio a mente. Entretanto, o assunto da identidade negra já foi largamente abordado em outros trabalhos, inclusive em alguns dos quais a presente monografia verificou, e meu objetivo não é estender mais esse assunto.

A minha pesquisa se diferencia dos trabalhos já realizados no sentido de registrar como essa nova representação conectaria significado e linguagem ao posicionamento dos estudantes ex-cotistas em relação à opção no segundo vestibular. Conforme também pesquisei em “*Cotas, Resistência e Luta – Processo de Institucionalização Afroatitude/UnB*”, trabalho produzido no curso da disciplina de Métodos e Técnicas em Ciências Sociais, uma parte essencial de identificação do grupo está no processo de angariar significados culturais aos membros do mesmo sistema. A representação do indivíduo inserido no grupo seria, assim, grosso modo, a produção de sentido por meio da linguagem comum, repetida, a participação. Dessa forma, a construção do que somos está completamente inserida no jogo discursivo de significação de condição de cotista, e o que procuro é o significado, um grau mais elevado para entender o que acontece nesse grupo.

Estar na universidade e ser inserido como estudante cotista acarreta uma série de imagens construídas desses estudantes. Portanto, pensando na identidade e na representação conforme foi apresentado pelos autores citados, tentarei trazer a luz algumas das formulações de caráter investigativo do grupo de ex-cotistas que entrevistei, avaliar certa disposição social que os estudantes tiveram ao fundamentar suas decisões - em não retornar a UnB pelo Sistema de Cotas e verificar se existe algum tipo de padrão na situação descrita.

### **1.3 - Quem são os estudantes dos meus relatos e alguns discursos de pertencimento**

Para minha análise e pesquisa com os ex-cotistas, trabalhei com o relato de suas experiências e impressões em relação ao Sistema de Cotas, tendo como lugar de fala o abandono deste sistema. Deparei com 4 estudantes e cabe destacar que, entre esses estudantes, 3 reingressaram pelo o sistema universal e um por Admissão para portador de Diploma de Curso Superior. O posicionamento desta última pessoa se uniu

ao dos demais e a condição de reingresso não alterou a distinção que essa pessoa e os demais estudantes fizeram por não terem reingressado pelo Sistema de Cotas na UnB.

A autodeclaração racial entre os entrevistados foi de: 1 estudante autodeclarado preto e 3 estudantes autodeclarados pardos. No início de cada entrevista, cada entrevistado assinou uma declaração solicitando que se mantivessem seus dados pessoais não revelados e autorizando a publicação nesta monografia de suas falas<sup>1</sup>. Eles não serão identificados pelos seus nomes próprios, e imaginei colocar se quer alguma assinatura qualquer que os identificasse, para que assim eles próprios não reconhecessem e se comparassem com as falas de seus pares. Entretanto, utilizarei de um método comum de substituição dos nomes verdadeiros, para não tornar confusa a disposição de cada fala e tornar mais clara a leitura de meu texto. Em homenagem àqueles que estiveram comprometidos com a proposta de implantação do Sistema de Cotas na UnB (e nenhum motivo além deste), como os professores José Jorge de Carvalho, Rita Laura Segato e Nelson Inocêncio de Oliveira, como também o pesquisador Sales Augusto dos Santos, os identificarei por Rita, Jorge, Nelson e Sales. Não há qualquer relação entre o perfil dos homenageados com a história contada pelos estudantes entrevistados.

Para minha análise, gostaria de localizar o local de fala dessas pessoas, valendo-me de algumas conclusões que obtive na pesquisa anterior com os estudantes ingressos e egressos pelo Sistema de Cotas da UnB, a PEIE. Baseada em fatores socioeconômicos, para medir o grau de inclusão étnico social dos estudantes, selecionei três aspectos que considere relevantes em minha atual pesquisa para ter a perspectiva da origem das falas dos entrevistados. Como a própria PEIE objetivava informações sobre esses alunos – assim como conhecer a eficiência desse sistema, para, se possível, indicar uma elevação social do grupo racializado do qual esses estudantes pertenciam – me valeram considerar apenas três aspectos: a renda familiar, a cidade em que mora, e sua autodeclaração.

Em termos socioeconômicos, dos 79 alunos egressos e reingressos da UnB, 70,87% compõem as classes médias, média alta e alta (segundo as classificações do IBGE de renda e considerando o salário mínimo de R\$ 545.00, admitindo renda de R\$ 3.270 a R\$ 5.545 ou mais). 56,96% são residentes em Brasília (com isso quero enfatizar o alto custo de manutenção na capital). E 98,72% se autodeclaram negros,

---

<sup>1</sup> Ver Anexo 3

pretos e pardos (pois dois estudantes cotistas se declararam brancos ao responderem essa pergunta do questionário). Esses dados permitem sugerir que estou falando de um grupo específico: negros inseridos nos espaços de prestígio da capital.

Os estudantes que entrevistei foram demasiadamente solícitos ao serem contatados e entrevistados. Apesar de suas atividades acadêmicas e extra-acadêmicas, se mostraram muito dispostos a cooperarem com o trabalho. As conversas foram estabelecidas em diversos lugares como, por exemplo, Centro de Convivência Negra, Shopping Center, cafeterias e outros lugares na Asa Norte (Brasília).

Os entrevistados pareceram surpresos com o assunto a ser abordado e, desde os primeiros diálogos, nunca foram intimidados a se autorrepresentarem como estudantes cotistas e defensores do Sistema de Cotas nas universidades. Todavia, nenhum deles se opôs à essa forma de seleção. Obedecendo ao princípio da autodeclaração, nunca foram questionadas por mim suas identidades raciais e identificação pessoal. Entretanto, quando realizei duas entrevistas no Centro de Convivência Negra da UnB, a autodeclaração parda, de um desses estudantes, foi questionada para mim por alunos transeuntes do local.

Desde os primeiros diálogos, na maioria das experiências, os estudantes pareciam não saber exatamente o que dizer e, de certa forma, pareciam preocupados em construir diálogos bem fundamentados, mas isso não prejudicou a percepção da pesquisadora.

---

Compartilhando dos argumentos apresentados por Carvalho (2005) na introdução, no grupo dos estudantes egressos pelo Sistema de Cotas e reingressos pelo sistema universal que eu entrevistei, as famílias de todos veem de seus estados de origem para trabalhar e estabelecer moradia na capital na época de sua fundação, ressaltando os anos 60 e 70, como podemos concluir das entrevistas e colocar breves trechos a seguir:

*“Minha família, por parte de mãe e de pai é bem pobre (...). Meu avô era pedreiro da época da construção de Brasília, e aí: negro, pedreiro, pobre... – nascido em Pernambuco. A avó paterna é “misturada, que nem eu – ela tem os traços mas a pele não é” (Entrevistada Rita)*

*“Minha avó era negra. Morava no rio de Janeiro e veio pra Brasília na época da construção...” (Entrevistado Jorge)*



Para Carvalho (2005) no Brasil, sempre se supõe que há uma boa parte de negros embutida na categoria “pardo”; e que, para muitos analistas, ela expressaria a tentativa de alguns negros de fugirem do estigma racial máximo e se acomodarem num caminho que conduza ao branqueamento; gerando então uma política polarizada de pertencimento racial na região.

Dessa forma, chegamos a entender que a hipótese de polarização racial que se instalou em Brasília, que procura articular argumentos históricos, sociológicos, econômicos e raciais com a crescente identificação de pessoas pardas na Capital, encontra eco no censo do Distrito Federal, como avaliou Carvalho (2005: p. 73), apresentando que há 46,5% de brancos, 50,6% de pardos e apenas 3% de pretos. Esses dados contribuem com o autor para dizer que aqui, denominar-se pardo é um modo de expressar uma adesão a uma condição histórico-geográfica, e isso parece indicar tanto uma recusa de pertença quanto uma afirmação de origem e de posicionamento psicopolítico-social na geopolítica de distância e segregação marcadas em Brasília. Entendemos que pessoas que não se identificam com a elite racialmente branca da capital, tendem a se autointitular pardas apenas por um condicionamento social, e não necessariamente racial. Nesse sentido, afirma que:

*“Devemos continuar guiando-nos por essa classificação, contudo, pois ela aponta para um enegrecimento de origem da população, fenômeno ideológico nada trivial. Disto em outros termos, pessoas que em Goiás, na Bahia e no Piauí fariam parte do contingente de brancos, mudam de condição quando se identificam como habitantes do Distrito Federal”.* (CARVALHO: 2005: p. 74)

No momento de análise dos resultados do censo do Distrito Federal, como argumenta o autor (CARVALHO: 2005), percebemos que os números ganham força no aspecto social, o que quer dizer que se refere à percepção do indivíduo do seu posicionamento dentro do grupo social. Abordar o aspecto de identificação racial coopera com o entendimento que procuramos ter para observar a autodeclaração que uma pessoa faz a respeito de sua cor, status social e demais discursos, pois, neste momento, eles têm que ver com os discursos de identidade que o indivíduo assume. Nesse sentido, Woodward (1997), argumenta que o conceito de identidade é um construto central na compreensão das mudanças sociais, políticas, tecnológicas, culturais e econômicas. Dessa forma, entendemos que, cada um de nós é membro de

muitos discursos, e cada discurso representa uma de nossas múltiplas identidades (LOPES, 2003). Os entrevistados são donos de discursos próprios que os inserem em narrativas particulares. Cabe ao pesquisador situar vários elementos concernentes às suas declarações, observando que:

*“Todo o uso da linguagem envolve alteridade (Bakhtin 1929/1981) e situacionalidade (Lindstrom 1992). Assim, é impossível pensar o discurso sem focalizar os sujeitos envolvidos em um contexto de produção: todo discurso provém de alguém que tem suas marcas identitárias específicas que o localizam na vida social e que o posicionam no discurso de um modo singular assim como seus interlocutores. Dessa forma, “quando qualquer ser humano age e interage em um dado contexto, outros reconhecem aquela pessoa como agindo e interagindo como um ‘certo tipo de pessoa’ ou mesmo como diversos ‘tipos’ diferentes ao mesmo tempo”.* (LOPES, 2003: p. 19)

Sob essas evidências, avaliamos que a percepção de identificação da pessoa entrevistada é submetida a uma compreensão que as demais pessoas ao seu redor deram às suas características físicas, ou as de seus iguais dentro do próprio contexto familiar e universitário, declarando sobre a compreensão racial que:

*“É muito difícil essa questão, mas desde pequena o pessoal fica com essa questão: ‘ah! Você tem nariz de porquinho’; com o meu cabelo eles ficam enchendo o saco. [tem] o preconceito de entrar na loja e não ser atendida. Porque a minha mãe é bem morena, aí eles associam, principalmente a cor da pele e os traços”* (Entrevistada Rita)

Ressaltamos na declaração acima que a pessoa entrevistada relembra que é identificada desde pequena por “nariz” de porquinho. Esse tema nos leva a considerar o artigo que França (2008) escreveu, analisando sobre a construção do negro na literatura, trabalho no qual aborda a desconstrução dos estereótipos negativos do negro na sociedade brasileira, e com isso também agregamos a animalização sofrida por Rita. .  
Identifica que:

*“Assim, as principais formas de discriminação dos indivíduos não-brancos, de acordo com as investigações de Rosemberg, são: 1) demonstração de preferência pela personagem branca na ilustração da obra (ilustração de multidões ou de uma parte do corpo humano); 2) inserção de traços, funções sociais e comportamentais diversificados às personagens brancas, enquanto o tratamento do negro e do índio tende à unicidade e à perda da individualidade; 3) representação incompleta e*

*imperfeita do negro, sobretudo através da indeterminação de sua naturalidade, religiosidade e condição familiar; 4) utilização do simbolismo da cor negra para fazer alusão à maldade, sujeira e tragédia; 5) associação do negro a personagens antropomorfizadas e a animais.”* (FRANÇA, 2008: p. 112). (Grifo meu)

Também relacionamos, dentro do discurso sobre o componente racial, que as declarações revelam uma associação da figura do negro estigmatizada como pobre, além de seus traços físicos inferiorizados, conforme a reflexão acima. Sobre esse assunto, Holanda (2008) avalia que:

*“Ao analisarmos questões que incorporem a compreensão de raça e gênero, a categoria classe aparece implícita, e em algumas discussões também é possível que se acumulem ao mesmo tempo categorias como: idade, geração, sexo, dentre outras categorias. Não é fácil deslocar a centralidade e universalidade do conceito de classe, que durante muito tempo foi a base do pensamento nas ciências sociais, para pensar as especificidades dessas categorias que elucidamos”.* (HOLANDA, 2008: p. 16)

Rita associa, de modo imediato em uma resposta, ao ser perguntada sobre sua família, a relação preto e pobre, tão difundida como apresentado. Dizendo que:

*“Minha família por parte de mãe e de pai é bem pobre” “Meu avô [paterno?] é [era] pedreiro da época da construção de Brasília, e aí: negro, pedreiro, pobre...” – nascido em Pernambuco”* (Entrevistada Rita)

Com relação a isso, Jorge conta de certa rejeição de parte da família com a questão de o pai ser negro.

*“Tem uma parte da minha família (...), que minha mãe me conta, com uma certa ojeriza, de pessoas que brigaram com ela, reclamaram e ameaçaram ela quando viram que meu pai ia casar com ela e meu pai era negro, que meu pai não tinha dinheiro”* (Entrevistado Jorge)

Nesse ponto, para seguirmos analisando os diálogos das pessoas entrevistadas, observamos que Lopes (2003) apresenta que aquilo que a pessoa é, ou sua identidade social – partindo da análise situacional sugerida anteriormente dos estudantes estarem falando sobre sua perspectiva de egresso do Sistema de Cotas, e identificação

racial obtida pelo meio social – é exatamente definida pelos discursos que a envolvem ou nos quais ela circula e constrói. Para esse autor:

*“Identidade é um construto de natureza social – portanto, político –, isto é, identidade social compreendida como construída em práticas discursivas, e que não tem nada a ver com parte da natureza da pessoa (...), mas com os processos sociais de identificação em que cada participante está envolvido para introduzirem suas declarações”.* (LOPES, 2003: p. 20)

Juntamente com os símbolos anteriores que identificam e fazer parte no processo de apropriação dos estudantes negros entrevistados do estigma de sua cor, complementamos também que no discurso da identificação racial entre eles, a questão familiar também é relevante. Conforme aponta Nelson em uma passagem:

*“acredito que a história familiar consegue definir uma pessoa como negro; a minha história familiar me define como negro. Acho que dentro da identificação familiar a pessoa se reconhece como negro. Talvez sejam as lembranças e o convívio. Eu convivo com isso:, com os primos, naquela coisa que foi firmada bem na infância, com os primos, as tias, a mãe, as músicas, o jeito delas se vestirem com aqueles vestidos, a religião que elas frequentavam”* – (Entrevistado Nelson)

Durante nossas entrevistas, avaliamos que o discurso de formação da identidade entre esses estudantes ainda sofre um processo de formação, e que é constantemente influenciado pelas situações apresentadas.

No capítulo seguinte, compartilharei um pouco da história do Sistema de Cotas na UnB e alguns argumentos apresentados nos trabalhos no campo das Ciências Sociais sobre essa questão.

## **2 - Formação das ideias sobre o Sistema de Cotas**

### **2.1 - Breve histórico do Sistema de Cotas - Nacional**

É necessário ressaltar que atualmente ocorrem diversos debates a respeito da implementação do Sistema de Cotas nas universidades brasileiras. Um deles é o levantado pela pesquisadora Siqueira (2004), a qual afirma que tanto em publicações em meio acadêmico, como as difundidas em rede nacional, estão cheias de equívocos, meias verdades, narrativas confusas e fatos encobertos em relação ao processo que identifica o surgimento e instalação do Sistema de Cotas no Brasil e, como trataremos no tópico seguinte, no processo de instauração deste na Universidade de Brasília.

Este é um debate que apresentamos antes de iniciar nossas discussões a respeito dos “ex-alunos do Sistema de Cotas”, pois é importante situar o leitor com relação às circunstâncias e as articulações político-acadêmicas que levaram à implementação das ações afirmativas e do Sistema de Cotas em algumas universidades públicas do país.

Os discursos para o provimento de igualdade racial no país datam desde meados do século XX. Conforme aponta Siss (COSTA, et. al., 2012), no Brasil o movimento negro tem cumprido um papel fundamental na defesa dos direitos à educação e na criação de mecanismos de acesso dos afro-brasileiros ao ensino superior, sendo por cursos pré-vestibulares racialmente ou etnicamente orientados, ou sendo pressionando universidades particulares a implementarem políticas de concessão de bolsas de estudos aos alunos, e, principalmente, pressionando o Estado brasileiro na direção de se implementarem políticas de cotas e de ação afirmativa nas universidades públicas, demonstrando que é uma antiga aspiração do movimento, que consta desde a *Declaração Final do 1º Congresso do Negro Brasileiro*, ocorrido na capital da república em 1950 (COSTA, et. al., 2012, p. 24)

O Sistema de Cotas faz parte da demanda e/ou proposta dos movimentos negros por um tipo de implementação técnica de política de ação afirmativa, como uma alternativa para reduzir ou minimizar a desigualdade de inserção entre estudantes negros e brancos e/ou de escolas públicas e particulares no ensino superior (SANTOS, et. al., 2008).

Conforme Siqueira (2004), a ideias de ações afirmativas de reserva de vagas em universidades públicas para estudantes negros vêm de longa data. Políticos,

militantes e intelectuais dos movimentos negros foram aos agentes que primeiros propuseram o tema, conforme podemos verificar nas propostas dos Senadores Abdias do Nascimento (PDT-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Paulo Paim (PT-RS), do Deputado Carlos Alberto (PT-BA). E ressaltando, em 1995, o documento apresentado durante a Marcha para Brasília, organizada pelos movimentos negros, com uma proposta de ação afirmativa para as universidades públicas.

Carvalho (2005, p. 43) indica que as reações quanto aos números da desigualdade racial no Brasil, mostrados pelos estudos do IPEA, do IBGE, do MEC, das universidades e da ONU, começaram a se concretizar em termos de ações afirmativas no âmbito nacional a partir do ano de 2001. E que o impulso para uma mudança de rumo nas políticas públicas, para garantir a erradicação da desigualdade racial e exclusão crônica sofrida pelos negros, se concretizou na III conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobias e Intolerância Correlatas, ocorrida em Durban (África do Sul) no ano de 2001.

As discussões e negociações, estimuladas pela proximidade da Conferência Mundial, foram fundamentais no processo de discussão e comprometimento por resoluções de temas polêmicos e urgentes. Estiveram presentes na Conferência 173 países, 4 mil organizações não governamentais (ONGs) e um total de mais de 16 mil participantes. O Brasil esteve presente, com 42 delegados e cinco assessores técnicos.

Conforme Siqueira (2004), as propostas que se iniciaram em Durban significaram um marco sociopolítico das discussões sobre as desigualdades raciais no Brasil. Cabe destacar que em 8 de setembro de 2000, o então Presidente Fernando Henrique Cardoso assinou um decreto que criava o Comitê Nacional para a Preparação da Participação Brasileira na Conferência Mundial. Esse momento conta com a reunião de intelectuais negros como Hédio Silva, Hélio Santos, Petronilha Beatriz Silva, Valter Roberto Silvério, Joel Rufino dos Santos e muitos outros, a fim de que fomentassem a discussão, criando um ambiente favorável para o debate aberto sobre o racismo e projetos de inclusão. Esse Comitê, conforme Brandão (2007) se baseou em estudos como o de Hasenbalg (1979) e Henriques (2001) para apontar as ações afirmativas como indispensáveis para romper com o ciclo que reproduz as desigualdades raciais no Brasil. Nesse momento em Durban, o Brasil reconhece a presença do racismo e se compromete com a criação de ações afirmativas para a população negra. Um importante papel coube ao nosso país: A proposta de um programa de criação de cotas para

estudantes negros nas universidades públicas brasileiras foi apresentada e gerou polêmica.

Ao fim da Conferência, foram elaboradas uma Declaração e uma Plataforma de Ação, com o intuito de direcionar esforços e concretizar as intenções da reunião. No Brasil, a chamada “Declaração de Durban” influenciou diversas áreas, entre elas, o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - que passou a utilizar o critério de autodeclaração de Cor/Raça em suas entrevistas. O Estatuto da Igualdade Racial<sup>2</sup> (instituído 9 anos mais tarde, em 2010) também é um dos resultados da Conferência. Os debates em Durban mostraram que o mundo estava disposto a criar mecanismos de erradicação de todas as formas de preconceito e que cada país precisava fazer sua parte<sup>3</sup>.

No momento desse debate, Carvalho (2005: p. 120) avalia que o governo federal ainda não está convencido da necessidade de incorporar negros e os índios nas esferas de decisão e nos espaços de discussão do país, como nunca antes esteve também. Inevitavelmente, o Brasil foi obrigado a apresentar propostas de ação afirmativa à Conferência, respondendo às pressões do Movimento Negro e da comunidade internacional. O autor apresenta medidas governistas que indicam a frouxa relação do governo com esses compromissos firmados em Durban. Avalia fatos sugestivos da falta de compromisso do governo com essa discussão, como a demora na criação da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR) e a falta de apoio financeiro depois de sua instalação como um dos indicadores iniciais de falha nesse acordo político. De acordo com Carvalho,

*Uma questão central, e mais geral, portanto, a ser pensada com cuidado na luta por implementar o programa de Durban, é a conversão das minorias étnico-raciais a um tipo de estado eurocêntrico e monológico. Eurocêntrico por sua própria origem colonial e imperial sem revisão alguma da simbologia europeia do poder e dos aparelhos ideológicos do Estado; e monológico porque não há nenhum sinal do governo, até o presente momento, de um real interesse por implementar uma agenda multiculturalista no Brasil. Em outras palavras, a diversidade é até agora uma palavra vazia na boca dos nossos governantes. (CARVALHO, 2006: p. 122)*

---

<sup>2</sup> Lei Federal nº 12.288, de junho de 2010.

<sup>3</sup> Fonte: <http://www.palmares.gov.br/2011/08/conferencia-de-durban-completa-10-anos/>. Acesso em 15/05/2013.

Esclarece Brandão (2007, p.13) que, a primeira dificuldade do Brasil, em implantar as metas da mencionada Conferência, estava no fato de que a sociedade parecia ter sido excluída do debate sobre essa nova tendência do Estado contemporâneo de adotar as ações afirmativas baseadas na necessidade de redistribuir bens e direitos. No ano de 2002, o governo federal brasileiro, cedendo às pressões do Movimento Negro, promulgou o Decreto 4.228, em 13 de maio de 2002, que criou um Programa Nacional de Ações Afirmativas no âmbito da Administração Pública Federal, como também a Lei 10.678, em 23 de maio de 2003, que criou a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial para o cumprimento de tratados internacionais ratificados pelo Brasil no combate a discriminação racial. Porém, mesmo com esses avanços pouco se discutiu sobre o conteúdo e a fundamentação das leis com a sociedade ou, ao menos, com os setores mais interessados, como era a própria universidade.

Ao ser implantado o primeiro sistema de reserva de vagas nas duas universidades públicas do Rio de Janeiro, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e a Universidade do Estado Norte Fluminense Darcy Vargas (UENF), Brandão (2007) argumenta que a abertura das vagas para estudantes negros descortinava um debate sobre diversas questões sobre o modo de como garantir o acesso à educação superior desses grupos discriminados. O novo sistema cobrava um novo pacto social entre as elites e os grupos menos favorecidos que implicasse na redistribuição de bens, direitos e recursos públicos de modo a garantir o acesso à educação superior a esses grupos. A partir de então, a comunidade acadêmica começa a assumir diferentes posições de defesas, constituindo um reexame nacional para o acesso ao ensino, discutindo conceitos como raça, discriminação e oportunidades, e ora questões jurídicas como razoabilidade, proporcionalidade e igualdade. O autor propõe que a dificuldade de se estabelecer o diálogo no país demonstra o baixo nível democrático que a sociedade brasileira vinha experimentando ao longo de sua história, refletindo na questão de desconhecer e de não saber lidar com políticas públicas igualitárias. Segundo essa análise, o fato também indicou, por parte de alguns, a falta de apreço em se levar para o centro dos debates políticos do país o combate à desigualdade racial.

Conforme apresenta Brandão (2007), após um intenso debate sobre o processo de implantação do Sistema de Cotas nas universidades do Rio de Janeiro, a Lei 4.151/2003 foi aprovada como segunda etapa das ações afirmativas nesse Estado. Em seu art. 5º, essa nova Lei reserva 45% das vagas para alunos carentes em cada curso de



graduação, distribuídas do seguinte modo: 20% das vagas para estudantes oriundos da rede pública de ensino; 20% para negros; e 5% para pessoas com deficiência física, juntamente com integrantes de outras minorias étnicas. Estabelece ainda que o aluno da escola pública deverá ter cursado o ensino médio em escola pública municipal, estadual ou federal situada no estado Rio de Janeiro. E que o programa como um todo deverá ser avaliado em cinco anos.

É importante avaliarmos, como nos apresenta Siss (2012: p. 18), que desde sua implementação, “*a política de ação afirmativa não requer a adoção do critério de cotas numéricas rígidas, a serem preenchidas pelos diferentes segmentos da população, havendo diferentes formas ou mecanismos para sua efetivação*”. Argumenta também que a mesma elasticidade se confere no tempo de permanência da cota, pois não é um tempo indefinido, cessando sua implementação ao se atingirem as metas a que se propõem. Expõe que Benedito Gomes (2001, apud SISS, 2012: p. 18) identifica que:

*as ações afirmativas podem ser definidas como um conjunto de políticas públicas e privadas de caráter compulsório, facultativo ou voluntário, concebidas com vistas ao combate à discriminação racial, de gênero e de origem nacional, bem como corrigir os efeitos presentes da discriminação praticada no passado, tendo por objetivo a concretização do ideal de efetiva igualdade de acesso a bens fundamentais como a educação e emprego.*

Verificamos mais detalhadamente, no Mapa das Ações Afirmativas no Brasil<sup>4</sup>, o quadro nacional das instituições públicas de ensino superior que adotam algum tipo de ação afirmativa: o total que compõem essas instituições são 125; salientamos que dessas, 51 adotam o critério racial como categoria do sujeito para as ações afirmativas; do total, apenas 11 instituições possuem critério étnico-racial estipulado para adesão a seus programas, as quais são: 6 no Sul, 2 no Sudeste e 3 no Centro-Oeste – dentre as quais a Universidade de Brasília está incluída. Falar sobre o Sistema de Cotas raciais nesta última universidade é o objetivo do próximo tópico.

## **2.2 - Breve histórico do Sistema de Cotas na Universidade de Brasília**

A discussão sobre a instauração de ação afirmativa de reserva de vagas vem compondo as discussões acadêmicas na Universidade de Brasília (UnB) desde

---

<sup>4</sup> Ver Anexo 1

1999, com os debates desenvolvidos na primeira proposta apresentada em um evento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB-UnB), pelos professores do Departamento de Antropologia Rita Laura Segato e José Jorge de Carvalho (SIQUEIRA, 2007).

Essa primeira proposta não nasceu de uma reflexão isolada. Como vimos no tópico anterior, várias discussões já aconteciam em alguns cantos do país. Entretanto, o texto da proposta de Carvalho e Segato, conforme apresenta Siqueira (2004), e detalhado pelo próprio Arivaldo Lima (2001), quem sofreu a ação, foi motivado pelo contexto de um possível caso de racismo, ocorrido no Departamento de Antropologia/UnB, em 1999, num episódio que ficou conhecido como “Caso Ari”.

Em Agosto de 2001, Siqueira (op. Cit.) narra que um grupo de estudantes negros da UnB foi vítima de um ato de violência na festa de encerramento do Fórum de Estudantes Latino-Americanos de Antropologia e Arqueologia – FELAA, pelos seguranças do evento. Supostamente, o mal estar que o episódio gerou, entre os estudantes de Ciências Sociais, se intensificou quando um grupo de estudantes negros resolveu responsabilizar os organizadores da festa – estudantes de antropologia – e a administração da UnB, na figura do Decano de Extensão, pela ação dos seguranças.

A proposta de ação afirmativa para a Universidade de Brasília se desenvolveu durante os 5 anos seguintes ao debate no Departamento de Antropologia/UnB, incorporando intensas discussões internas e externas, conforme indica Segato (2005). Segundo aponta Siqueira (2007), todos os acontecimentos anteriores colaboraram para a formação de uma frente de apoio ao projeto de cotas. Representantes da comunidade Negra, intelectuais e ativistas declaram seu apoio ao texto de Carvalho e Segato. Intelectuais negros como Sales Augusto dos Santos, Edna Roland, Sueli Carneiro, Joaquim Barbosa, Ivair Augusto Alves dos Santos, entre outros, foram fundamentais, tanto para a disseminação quanto para a legitimação da discussão e para o enriquecimento do projeto de cotas na UnB.

Ainda segundo Siqueira (op. Cit.), de 2002 até junho de 2003, o Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão (CEPE) da UnB realizou mais de três reuniões extraordinárias para apresentação e discussão do projeto, trazendo especialistas em relações raciais, representantes da sociedade civil e do Estado. A administração acadêmica fez esforços para que a comunidade e os representantes do CEPE pudessem inteirar de todos os detalhes técnicos e desdobramentos da proposta, do ponto de vista jurídico, político, pedagógico e social. No dia 6 de junho de 2003 foi aprovada, no auditório da Reitoria da Universidade pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão

(CEPE), a política de reserva de vagas para estudantes negros e indígenas, por 24 votos a favor, um contrário e uma abstenção<sup>5</sup>.

O Sistema de Cotas da UnB passou a vigor no segundo semestre letivo de 2004, valendo tanto para o vestibular comum como para o Programa de Avaliação Seriada – PAS (CARVALHO, 2005). A UnB é pioneira das universidades públicas federais a introduzir ações afirmativas para negros, inaugurando um processo de reparação das desigualdades étnico-raciais em seus bancos universitários. Isso significa dizer que, ao adotar as cotas e a reserva de vaga na modalidade étnico racial, a UnB descarta a indiferença e o desconhecimento do mundo acadêmico com relação à exclusão racial, rompe a homogeneidade racial no corpo discente e abre-se a novos saberes originários de outras realidades vividas.

A UnB adotou, para tanto, um Plano de Metas para a Integração social, Étnica e Racial (CARVALHO e SEGATO, 2002) que previa, por um período de 10 anos, 20% das vagas do vestibular da UnB para estudantes negros em todos os cursos/turnos oferecidos pela universidade e acompanhamento acadêmico e psicossocial para os alunos cotistas. Segundo esse plano, os critérios para concorrer à vaga seriam puramente raciais: o candidato deveria se declarar negro, de cor preta ou parda, e optar pelo sistema. Para ser aprovado na universidade, tanto do Sistema de Cotas como no Universal, o candidato deveria obter: nota maior que zero na prova de língua estrangeira; 10% da nota na prova de Linguagens e Códigos e Ciências Sociais; 10% da nota na prova de Ciências da Natureza e Matemática e 20% da nota no conjunto das provas. Isso indica que não há méritos entre os dois sistemas, o Universal e o de Cotas.

Siqueira (2007) argumenta que muitas foram as formas sugeridas para fiscalização desse novo contingente de inscritos pelo Sistema de Cotas, desde entrevistas até a estabelecida pelo uso de fotografias, pois era a economicamente mais viável segundo avaliação do Vice-reitor. Vale lembrar que o projeto original de Carvalho e Segato não detalhava esse quesito, mas as discussões desenvolvidas deixavam claro que o único critério de cor politicamente aceitável seria a autoidentificação dos candidatos.

Foi aprovada pelo Vice-Reitor, uma sugestão de Dione Moura, relatora da Comissão do CEPE (SIQUEIRA, 2007), que o candidato ao prestar o vestibular, por meio do Sistema de Cotas, deveria participar de uma seleção por foto. O candidato

---

<sup>5</sup> Informação obtida em: <http://www.secom.unb.br/unbagencia/ag0603-17.htm>. Acessado em 17/06/2013.

responderia uma pergunta sobre sua autodeclaração racial e em seguida tiraria uma foto que passaria para aprovação, de uma banca examinadora, a qual definiria se o candidato deveria ou não concorrer às vagas destinadas ao sistema.

Quanto a aprovação dos candidatos selecionados para concorrer às vagas do Sistema de Cotas, como nos mostra Filice e Santos (2010), houve uma nova configuração adotada em 2008. A partir desse momento, não mais se usaria o sistema de fotos, passando a avaliação para sistema de entrevistas. Nessa nova definição, cerca de 10 dias após a aplicação das provas, os candidatos, optantes pelo Sistema de Cotas, seriam convocados para entrevista pessoal com uma Banca entrevistadora, e para assinar a autodeclaração e a opção em concorrer às vagas do Sistema de Cotas para Negros. Se verificado que o candidato não preenchesse os requisitos estabelecidos pelo edital, ele passaria a concorrer às vagas do Sistema Universal. Qualquer que seja o resultado da Banca Examinadora, ele é imprescindível, não precisando que o candidato compareça novamente à entrevista, caso preste outros vestibulares.

As autoras citadas acima também nos mostram informações concedidas pela Secretaria de Assuntos Acadêmicos (SAA) sobre os estudantes cotistas na UnB, como a quantidade de vagas ofertadas (Tabela 1), a quantidade de ingressos (Tabela 2) e a quantidade de formados (Tabela 3). Segundo as informações apresentadas por Filice e Santos (2010), desde a implantação do Sistema em 2004 foram realizados 12 exames vestibulares na UnB, ofertando ao todo 4.369 vagas, conforme mostram os dados da Tabela 1.

Tabela 1 – Número de vagas ofertadas pelo Sistema de Cotas

<b>Sistema de Cotas – Vagas registradas</b>	
<i>Semestre letivo</i>	<i>Número de Vagas</i>
2/2004	442
1/2005	228
2/2005	429
1/2006	221
2/2006	399
1/2007	199
2/2007	384
1/2008	212
2/2008	607
1/2009	262
2/2009	604
1/2010	382
<b>Total</b>	<b>4.369</b>

Fonte: UnB/SAA (2010)

Tabela 2 – Número de estudantes matriculados - 2010

Nº de Estudantes Matriculados	Total	%
Matriculados pelo Sistema de Cotas para Negros	3.076	12,573
Matriculados pelo Sistema Universal e PAS	21.351	87,272
Matriculados pelo Sistema de Reserva de vagas para Indígenas	38	0,1553

Fonte: UnB/SAA (2010)

Até o ano de 2010, conforme os dados da SAA, na UnB foram ofertadas 4.369 vagas para o Sistema de Cotas, conforme a Tabela 1. Nota-se que esse número corresponde ao total de vagas disponibilizadas para o Sistema de Cotas e que, não necessariamente, as vagas sejam preenchidas em sua totalidade por esses estudantes. Já o número de matriculados pelo Sistema de Cotas, 3.076, corresponde a 12,57% do total de estudantes matriculados da UnB e que, antes da implantação das ações afirmativas, a Universidade apresentava um quadro de representação racial negra de apenas 3% (CARVALHO, 2005), por isso o número já indica um avanço.

A Tabela 3 – Número de formados pelo Sistema de Cotas

<b>Sistema de Cotas – Número de Formados</b>	
<i>Semestre Letivo</i>	<i>Número de Formados</i>
2/2004	0
1/2005	0
2/2005	1
1/2006	0
2/2006	3
1/2007	4
2/2007	11
1/2008	41
2/2008	112
1/2009	121
2/2009	152
<b>Total</b>	<b>445</b>

Fonte: UnB/SAA (2010)

A tabela acima mostra a quantidade de formados até o segundo semestre de 2009. Apesar de considerarmos esses números, lembramos que já foi apresentado o

porque da necessidade de se garimpar melhor esses números, pois os dados que a SAA fornece são os do SIGRA e, conforme exposto, eles não representam precisamente o número de estudantes que indica. Tive a experiência de participar da PEIE, como já citei, e participei como pesquisadora do processo de triagem de todos os estudantes cotistas formados na UnB, do 2/2004 até o 2/2011. Por isso reconheço a dificuldade da exatidão dos dados acima.

No tópico seguinte, mostrarei o assunto dos trabalhos que foram verificados no campo das ciências sociais com a temática racial.

### **2.3 - Cotas no campo das Ciências Sociais**

Há quase quatro décadas, iniciava-se, na Universidade de Brasília, o Instituto de Ciências Sociais formando os primeiros antropólogos e sociólogos dessa universidade. Entretanto, só em 1999 os primeiros debates a respeito da adoção de políticas afirmativas foram iniciados na Universidade de Brasília, como já apresentado.

Entre os trabalhos que se articularam em favor dessa discussão podemos citar o do polêmico artigo escrito por Maio e Santos (2005), onde os autores sugerem que ao lidar com uma questão sociopolítica, ou seja, procurar estabelecer um privilégio para determinado grupo com o intuito de corrigir injustiças históricas sociais, com a instituição das cotas raciais, o aparato acadêmico-burocrático que a UnB usou, em aliança com o Movimento Negro, buscou mobilizar parâmetros supostamente objetivos, criticando assim os critérios adotados pela instituição para classificar os estudantes candidatos que, além da autodeclaração, são avaliados por fotos. Segundo os autores, foram empregados pesquisadores da área de antropologia para comporem essa equipe de avaliação, os autores julgam que a universidade montou uma atividade de “peritagem racial”.

Esses autores afirmam que esses critérios adotados pela universidade, afeitos a uma sorte de anátomo-psicologia racial, geraram uma temporada de disputas científicas-políticas de amplos aspectos, na medida em que os próprios critérios estabelecidos foram objeto de controvérsias. Afirmam que a experiência da UnB revela ainda a intrincada questão do acionamento de conhecimentos e técnicas pelas agências e agentes da administração pública. Em particular, sobressaem as modalidades de representação e apropriação do conhecimento antropológico por parte do aparato burocrático da UnB envolvido no vestibular das cotas. Argumentam também que, por

varias razões, a “antropologia das raças”, peça de engenharia tecnoburocrática criada para dar objetividade ao processo letivo da UnB, mostrou-se ser uma entidade potencialmente geradora de fortes tensões no cenário da antropologia contemporânea.

Peter Fry (2005), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, comenta o artigo de Maio e Santos, parabenizando estes autores e dizendo que o processo de identificação “racial” desenvolvido pela UnB, no contexto da introdução de cotas raciais nas universidades brasileiras, através de fotografias e entrevistas, comissões da UnB, compostas de ativistas negros, membros de ONGs, sociólogos e antropólogos, examinam a aparência exterior e o interior psicológico dos candidatos na inglória tarefa de dividi-los em duas categorias estanques: os que têm direito às cotas e os que não têm; os negros e os não negros. Afirma que, assim fazendo, imaginam e ritualizam (e ajudam a produzir) um Brasil de duas “raças” apenas. Os mulatos, morenos, caboclos, etc, deixaram de existir, vítimas do que José Murilo de Carvalho (2004) denominou “genocídio racial estatístico”. Esse autor avalia que, muito apropriadamente, Maio e Santos (2005) denominaram esse processo de uma “pedagogia racial” poderosa muito além dos muros da UnB.

Sobre o último aspecto da avaliação de Fry (2005), afirmando que com o Sistema de Cotas raciais as universidades estariam ajudando a reproduzir um Brasil de duas raças, podemos considerar, além de outras argumentações que Carvalho (2006) esclarece, que a universidade pública brasileira é um dos poucos redutos de exercício do pensamento crítico no país e que, se observarmos a partir da perspectiva da justiça racial, impressiona a indiferença e o desconhecimento do mundo acadêmico a respeito da exclusão racial que nele converge, desde sua origem. Portanto, esse é um quadro de exclusão que deve ser considerado pelos críticos e pensadores do espaço acadêmico, e avaliado no sentido de que se possa reverter e sanar essa situação. Nada mais próprio para que uma ciência social estude.

As cotas raciais foram pensadas no intuito de correção da exclusão racial no meio acadêmico sofrida pela população negra e, portanto, o objetivo das cotas, usando aparatos objetivos de classificação, é uma instrumentalização adotada, onde o estudante tem direito a livre declaração, e não uma inquisição racial. Sobre a autoafirmação racial entre pretos e pardos das cotas, Carvalho (2006) argumenta que, “pensando em políticas públicas, com sua exigência de realismo e objetividade, (...) as cotas foram dirigidas para negros baseadas no princípio de que os dois contingentes,

pretos e pardos, englobam a gama de discriminados fenotipicamente no Brasil” (CARVALHO, 2006: p. 78).

Em favor da adoção do Sistema de Cotas da UnB, Segato fala da perplexidade ao se ouvir prestigiosos antropólogos afirmarem que, sendo a raça uma “representação social”, ela não seria fundamento suficiente para uma norma pública deste tipo. Ela explica o assombramento dizendo que “*nós mesmos ensinamos, em sala de aula, como episteme disciplinar, que somente as representações sociais têm status existencial de realidade num universo plenamente simbólico como é o humano*” (SEGATO, 2005: p. 2 - 10). Argumenta que uma política de cotas e discriminação positiva nesta cena introduz o que chama de eficácia comunicativa. Se a cor da pele negra é uma ausência do signo associado ao poder, à autoridade e ao prestígio, a introdução desse signo modificaria gradualmente a forma em que olhamos e lemos a paisagem humana nos ambientes pelos que transitamos. Continua defendendo que as cotas são também uma pedagogia cidadã porque a sua implantação revela à sociedade o seu poder de intervenção e interferência no curso da história. Contudo, antes que se possa atribuir a cultura uma função externa, como por exemplo, justificar uma ordem social arbitrária, afirma que convém conhecer os aparelhos de produção simbólica onde se constituem suas linguagens e representações e por meio dos quais ela ganha uma realidade própria (SEGATO, 2005).

As discussões instauradas pelos pesquisadores do campo das Ciências Sociais fazem parte de uma reflexão sobre o quadro de exclusão racial existente na sociedade brasileira e, nesse sentido, os cientistas as discussões científicas orientam as reflexões sobre a discriminação racial negra na academia. Dessa forma, Carvalho (2004) orienta que:

*Discutir cotas é repensar e avaliar a função social da universidade pública. Gerida através de verbas do Estado, a universidade deveria formar lideranças que representassem a diversidade étnica e racial do país; nada mais claro, portanto, que tivéssemos brancos, negros e índios nos quadros discente, docente e de pesquisa na nossa academia. Contudo, em um país de 47% de população de negros (pretos e pardos segundo o IBGE), o contingente de estudantes não passa de 12% e o de professores, menor que 1%. Vale a pena perguntar-se como foi possível que um grau de exclusão racial tão escandaloso não tenha suscitado, até agora, praticamente nenhuma discussão ou mesmo incômodo por parte dos acadêmicos brancos brasileiros (entre os quais me incluo), sobretudo na nossa elite de Ciências Humanas e Sociais. (CARVALHO, 2004: p. 2)*



Para minha pesquisa com o tema pesquisado no campo de Ciências sociais, passei a verificar trabalhos que discutissem sobre estudantes cotistas na UnB. Verifiquei monografias, dissertações e teses defendidas nos Departamentos de Sociologia e Antropologia. Procurei especificamente pelas monografias, dissertações e teses nas quais nos títulos fossem encontradas as palavras chave Ação Afirmativa ou Sistema de Cotas ou Cotistas.

Abaixo, apresento o quadro geral de defesas com o tema específico encontradas nos departamentos de Sociologia e Antropologia:

<b>Instituto de Ciências Sociais</b>				
<b>Departamentos</b>				
<b>Defesas</b>	<b>Antropologia</b>		<b>Sociologia</b>	
	Títulos correspondentes aos critérios estabelecidos	Total do departamento	Títulos correspondentes aos critérios estabelecidos	Total do departamento
Monografias	2*	394	2	153
Dissertações	-	295	3	323
Teses	-	111	3	221
<b>Total Geral:</b>	<b>1.497</b>			

Os trabalhos que verifiquei, com os critérios escolhidos, foram todas as monografias, dissertações e teses em ambos os departamentos, isso corresponde a 1.947 exemplares. O total encontrado nos revela o seguinte: no Departamento de Antropologia: 394 monografias, 295 dissertações, 111 teses; e no Departamento de Sociologia: 153 monografias, 323 dissertações e 221 teses.

Todos os dados sobre as monografias, dissertações e teses defendidas no Departamento de Antropologia, de 1988 até 2011, estavam disponíveis na web<sup>6</sup>, por isso essas informações foram mais acessíveis e pude facilmente verifica-las por conta própria. No Departamento de Antropologia não foram encontradas dissertações ou teses, tampouco monografias com as palavras procuradas, mas considerei duas monografias que discutiam a relação de estudantes negros na UnB. Na falta de título com os critérios escolhidos, dei atenção aos dois trabalhos: um porque se tratava da primeira monografia defendida no departamento que relacionava a questão racial e a UnB, antes do Sistema de Cotas; o segundo trabalho que analisei foi porque se tratava da experiência narrativa de um estudante negro, que também trabalhou com sistema de entrevistas, como é na

<sup>6</sup> No endereço eletrônico <http://www.dan.unb.br/>. Acessado em 17/12/2012.

proposta do meu trabalho. Para ter acesso a essas monografias, requisitei no Departamento de Antropologia os exemplares, o que me foi concedido com facilidade, após eu assinar um termo pelo empréstimo.

No Departamento de Sociologia, foi possível verificar todas as monografias, dissertações e teses que já foram defendidas, porém só saberia o título de cada trabalho pela consulta direta aos exemplares, pois esse departamento ainda não possui essas informações em seu site<sup>7</sup>. Fui informada pela secretaria de graduação do departamento que, antes de 2005, não era obrigatória a entrega do trabalho final de monografia ao departamento, e por isso, datadas antes desse ano, encontrei 30 exemplares no local. Como eu iria precisar ler algumas monografias, dissertações e teses para a minha pesquisa, perguntei às funcionárias se eu poderia levar os exemplares e, em um primeiro momento, uma das funcionárias que trabalhava na secretaria me informou que eu não poderia levar os exemplares encadernados, apenas consulta-los no local. Mas, dias depois, outra funcionária, que também trabalhava na secretaria, me disse não haver problemas no empréstimo e me forneceu os exemplares originais encapados. Isso facilitou minha pesquisa.

Para acessar as teses e dissertações defendidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Departamento de Sociologia, precisei procurar a secretaria da pós-graduação. Chegando lá, uma funcionária, da secretaria da Pós-Graduação, me disponibilizou uma lista com os títulos de teses e dissertações defendidas de 1973 a 2012. A consulta aos exemplares de Dissertações e Teses foi possível, pois esses trabalhos estavam disponíveis pelo site da Biblioteca Central dos Estudantes (BCE-UnB). Apenas um exemplar de Dissertação não estava disponível on-line e foi preciso consulta ao material impresso.

---

<sup>7</sup> Fonte: <http://www.sol.unb.br/>. Acessado em 17/12/2012.

## 2.4 – Síntese dos trabalhos pesquisados

O primeiro registro que temos no Instituto de Ciências Sociais que trata sobre as relações raciais na Universidade de Brasília é iniciado pela monografia “*As Relações Raciais na Universidade de Brasília*”, defendida no Departamento de Antropologia, no ano de 1996, por Carlos Rogério Ribeiro e orientada pela Tania Mara C. de Almeida.

Nessa monografia, o autor se propõe a examinar o modo específico de como as relações raciais se exprimem na Universidade de Brasília, espaço multirracial, onde é possível observar as relações raciais com suas tensões e preconceitos. Analisa que a maior parte das pessoas que circula na Universidade de Brasília teve uma educação formal elevada e, de certa forma, entende que a questão das relações raciais em nosso país é um problema social. Com isso, diz que a maioria evita entrar numa discussão mais profunda a respeito da questão. Salienta que, embora a concepção universalista do mundo e, de certa forma, de um espírito aberto para tentar reconhecer o outro enquanto pessoa, a presença considerável de negros na universidade gera dois impactos: o primeiro é o de se perguntar onde estão os negros brasileiros? O segundo impacto da presença de africanos é que as pessoas criam uma nova imagem dos negros, ou de que ela ajudaria a desconstruir a imagem negativa tradicional, o que contribuiria, a médio e longo prazo, para elevar a autoestima dos negros brasileiros que frequentam a universidade.

Ainda hoje, como poderemos perceber nos relatos obtidos através da pesquisa que realizei neste trabalho, em análises no capítulo 3, são identificados discursos que denotam a dificuldade de inclusão de se discutir temas referente a estudantes negros na universidade.

Ribeiro faz uma pesquisa para avaliar as relações raciais na Universidade de Brasília em 1996, na qual se baseou em análise com estudantes negros e negras em dois departamentos: o de Direito e o de Serviço Social, e, de acordo com o autor, o significado disso é o que vai de encontro com o valor simbólico de cada um desses cursos. O de direito é um dos mais antigos e tradicionais, tendo uma concepção totalmente de elite e o de Serviço Social, praticamente como uma inversão de valores, socialmente não conseguiu um prestígio nem muita reputação. O procedimento para a pesquisa foi o de fazer a somatória de negros e pardos. Quando foi feito um

levantamento das pessoas que conseguiram subir na escala hierárquica ou ocupar posições de prestígio, foi verificado que estas pessoas são em sua maioria brancos.

O trabalho está dividido em três partes: a primeira discute “Alguns discursos Sobre as Relações Raciais no Brasil”; a segunda refere-se aos “Resultados da Enquete”; A terceira demonstra os “Resultados das entrevistas Abertas”.

O autor aborda que o principal modelo argumentativo da discussão sobre as relações raciais no Brasil foi aquele que sobressaiu pela intelectualidade da década de 1930 que afirmava, de forma veemente, que não havia racismo na sociedade brasileira e que não existia conflito racial entre negros, brancos e índios. A partir dessa fábula, permite-se juntar as pontas de nossa cultura e, segundo alguns intelectuais brasileiros, essa amarração ganha força ao caracterizar as relações sociais que temos. Para concluir as verdades apontadas por Ribeiro, podemos observar as narrativas, a partir da década de 30, de um vislumbre de um único país de população unificada, defendendo uma espécie de convívio harmônico entre as etnias que representavam o país: povos ibéricos, africanos e indígenas. Os exemplos clássicos são os livros de Sérgio Buarque de Holanda, com *Raízes do Brasil* (1936), de Paulo Prado, com *Retrato do Brasil* (1942) e o de Caio Prado Júnior, com *Formação do Brasil Contemporâneo*. Segundo os estudos, por exemplo, de Nina Costa<sup>8</sup>, a obra que teve maior impacto nesse momento de mudança e estabelecimento de novos paradigmas sociais foi a obra de Gilberto Freyre, com *Casa Grande & Senzala* (1933), na qual este autor elabora uma interpretação nostálgica da formação do Brasil, sugerindo uma cristalização no conceito de democracia racial pelo exemplo de tolerância proposto.

Sob a perspectiva de encontrar os motivos da discriminação racial no país, o autor argumenta que a vida do negro no Brasil é mais afetada por sua condição de classe social. Os resultados obtidos com os estudantes pesquisados, nesse trabalho, também sugerem que a maior parte dos informantes da comunidade acadêmica também concorda com a explicação defendida, porém, quando se afirma que “a superação das dificuldades econômicas pelo negro evitam que ele sofra preconceito racial”, poucos concordam com esse argumento. A maioria da comunidade acadêmica, 64,2%, parece perceber que a origem do preconceito está na ocorrência de fatores de origem socioeconômica, todavia não deixam de perceber que os negros são discriminados por

---

<sup>8</sup> Texto síntese de estudos realizados no Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça – GPPGR. NEAAS/UFES-ES, 2011. Obtido em: <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3367918>

serem negros. Outra consideração interessante que converge para a mesma conclusão é uma pergunta para que se reconheça o preconceito na Universidade de Brasília. A primeira pergunta foi se o entrevistado achava que existia discriminação racial na Universidade; ainda que 33,9% tenha respondido que ele existe contra 17,4% tenha afirmado taxativamente que não, 37,6% dizem não saber responder à pergunta. Esse último dado mostra o quanto as pessoas estão desinformadas ou sugerem que as relações raciais dentro da universidade de Brasília não sejam objeto de reflexão.

Similar a abordagem feita acima por Ribeiro, também encontrei em minha pesquisa fatores que apontavam que as pessoas entrevistadas reconheciam a discriminação como um fato existente na sua jornada acadêmica, entretanto não reconheceram esse fator como determinantes de suas ações. E, nesse sentido, essa abordagem não tomou lugar principal na minha reflexão.

A título de conclusões, Ribeiro pode observar, com seu trabalho, que a imagem do negro na academia não é, necessariamente, negativa. Entretanto, observa-se o racismo corrente e a falta de compromisso em discutir essa questão na universidade. Outro ponto de ordem cultural e política é apontado pelo autor, que faz parte da discussão que militantes do Movimento Negro estariam constantemente colocando a necessidade do negro de buscar conhecer a sua história individual e a valorizar a sua identidade. E ainda que, enquanto antes os negros evitavam ser reconhecidos enquanto tal ou negavam sua identidade, agora passaram a vestir roupas que expressam a cultura negra e passaram a exigir seus direitos. Essa última questão também trará uma relação com a experiência de passar pelo Sistema de Cotas.

Ribeiro, antes mesmo da implantação do Sistema de Cotas, apontou questões que hoje ainda podemos considerar como relevantes para abordar o estudante negro na universidade, mas, na atual conjuntura, como essas questões são extensamente debatidas, não servirão como objetivo do meu trabalho, mas apenas consideradas relevantes para a discussão da temática.

O segundo trabalho, do campo das Ciências Sociais da UnB, é o de Joaze Bernardino Costa, em "*Ação Afirmativa no Brasil: a construção de uma identidade negra?*". Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia - Departamento de Sociologia, no ano de 1999, orientada por Jessé Souza. O autor estuda as propostas de ação afirmativa para a população negra, que tramitavam desde 1996 no cenário nacional. O tema foi escolhido para que se analisasse a intencionalidade da liderança negra brasileira ao propor as referidas políticas

afirmativas para os 44% na população brasileira autoss classificados como de cor preta e parda. Pela análise dos discursos da liderança e pelas entrevistas feitas, o autor chegou à conclusão de que a liderança negra brasileira pretendia construir referenciais positivos ligados à cor preta, de modo que se criasse uma identidade negra a ser compartilhada por pretos e pardos.

A dissertação está dividida em 4 capítulos. O primeira, Ação afirmativa no Brasil, faz um panorama das propostas de ação afirmativa no Brasil, visando defini-las e expor as discussões jurídicas que giram em torno da questão no cenário nacional. Este capítulo também apresenta a formulação do problema onde o autor trabalha sua hipótese.

O segundo capítulo, Ação Afirmativa: Cidadania e Reconhecimento, trata de demonstrar a maneira como as ações afirmativas ecoam no Brasil, diferente dos Estados Unidos, por exemplo. O autor defende que no Brasil as ações afirmativas tem o caráter de defender suas propostas além do campo sócio econômico, estendendo-se a demandas culturais e, ainda, muito mais sobre a noção de reconhecimento.

No terceiro capítulo, Ação Afirmativa e Diferença: A Expectativa de uma Revalorização da Identidade, ressalta-se um correto reconhecimento da população negra. Bernardino discute que a principal questão do que constitui a diferença entre negros e brancos no Brasil está sobre o reconhecimento da diferença. Seu correto reconhecimento seria a primeira necessidade para formação de uma identidade negra.

O capítulo quarto, Reconhecimento: Cidadania e Democracia, o autor parte de uma perspectiva normativa, no sentido de avaliar os conceitos de democracia e cidadania, explora consequências não previstas da adoção das políticas afirmativas no Brasil.

O autor conclui seu trabalho com um epílogo, no qual ele articula as principais ideias que foram desenvolvidas ao longo da dissertação, porém, retoma com especial atenção a demanda por reconhecimento da diferença, apontando-a como central nas discussões das ações afirmativas.

As discussões do capítulo 3 são as que mais interessarão à minha pesquisa. Pois, nele o autor discute a ação afirmativa e reconhecimento da diferença como formadores de uma identidade negra. Em sua argumentação, discute que as lutas pelo reconhecimento que surgiram no mundo político contemporâneo são sustentadas não apenas pelo reconhecimento da diferença, mas em denúncias de que os vários princípios supostamente neutros contidos na política da igual dignidade são princípios de uma

cultura particular, refletindo uma cultura homogênea. Mas o fato é que não se teria uma cultura homogênea e nem o liberalismo supostamente cego às diferenças seria neutro. As constituições dos Estados democráticos modernos estariam permeadas pela ética, por concepções desejáveis de vida. Nesse sentido, estaria a demanda por reivindicações de minorias quanto a direitos de reconhecimento da autenticidade de cada povo.

De acordo com o autor, sobre a percepção da diferença é que está assentado o multiculturalismo que vivemos atualmente no Brasil. Distinguiram-se três grupos que reivindicavam políticas da diferença: I) minorias nacionais; II) grupos étnicos e III) grupos em desvantagem.

A população brasileira de cor se encaixaria na terceira categoria. A alegada diferença dela em relação à população branca, segundo a liderança dos movimentos sociais negros, não seria a presença de uma ‘cultura societária’ – como é o caso das minorias nacionais – nem a presença de um aparato institucional mínimo – como os grupos étnicos -, senão uma situação de desvantagem em relação ao mercado de trabalho juntamente com uma imagem deteriorada, a saber, um reconhecimento incorreto.

Para a resolução de tal problema, o autor discute a revalorização da identidade. Mesmo sendo criada como medida para alcançar uma *colour-blind society*, é possível perceber no discurso da liderança negra a intenção de que as ações afirmativas, no contexto brasileiro, atuem como um importante mecanismo para a constituição ou criação da identidade negra.

À criação da identidade negra no Brasil, portanto, o autor atribui à revalorização da identidade. Os termos criação e revalorização aprontam aparentemente um pequeno paradoxo entre si. ‘Criação’ refere-se ao surgimento de algo novo, e ‘reviravolta’ denota a modificação de algo já existente.

Pelos discursos dos seus entrevistados, como o do Entrevistado 2, que diz: “... *Eu acho que a definição pro Movimento Negro e até pra mim mesmo, eu acho que a definição tá sendo muito mais no sentido, no conceito de política mesmo, de você politicamente assumir que é negro*” (COSTA, 1998: p. 94), o autor conclui que a suposição é que existe uma secção na sociedade entre pessoas de cor e brancas. Porém, no atual estado das coisas, esta secção entre pessoas negras e brancas não nos autoriza a pensar que as pessoas de cor se definam como negras; para que isso ocorra segundo a intencionalidade percebida nas entrevistas concedidas, é necessário que o *status* negativo da cor preta e parda seja substituído por um *status* positivo. Contudo, a

construção de uma identidade não se faz isoladamente, é necessário que a pessoa encontre referenciais positivos na sociedade, assim como é necessário que o outro diferente não a reconheça de forma negativa, é necessário um correto reconhecimento.

Em busca de uma identidade positiva é que se estabelece o sentido de que as ações afirmativas são vistas como mecanismos para uma revalorização do status de cor no Brasil, que culminaria na criação de uma identidade negra, algo, por enquanto, inédito. O termo negro ou preto, como supõe a liderança negra, não será simplesmente uma atribuição de características negativas à pessoa de cor, como ocorre hoje, mas será, a partir da implementação das ações afirmativas, uma auto atribuição.

Analisar a perspectiva de uma identidade positiva, segundo apresentada por Bernardino (1999), foi importante no meu trabalho e no meu processo de entendimento sobre a questão da política de Ações Afirmativas, para que eu tivesse um claro juízo de valor frente aos estudantes que eu entrevistaria, ora inseridos em um sistema de Ação Afirmativa na universidade, e isso serviu para que em muitos momentos eu pudesse compreender e processar suas falas.

Bernardino (1999) também percebe a necessidade de uma publicidade correta, que é novamente um correto reconhecimento, que retrate a existência de uma classe média composta por pessoas de cor. Todavia, aponta que o problema não é somente ter uma imagem da realidade distorcida, mas a própria realidade, que setoriza, devido a razões históricas, pessoas de cor e pessoas brancas. Deste modo, não é suficiente somente modificações na publicidade para a modificação do status de cor, mas mudanças no plano estritamente socioeconômico. Aqui entrariam as medidas das políticas de ação afirmativa.

Um componente temporal é trazido pelo termo 'revalorização da identidade', o que se permite visualizar tanto a situação experienciada pela população de cor atual quanto a situação desta após uma eventual vigência bem sucedida das ações afirmativas.

A questão do reconhecimento de uma identidade negra se amarra pelo que pretende a liderança negra. Esta, portanto, mediante a implantação das ações afirmativas no Brasil pretende minimamente a redefinição do preconceito e, por conseguinte, a extirpação do racismo. Por todas as experiências de preconceito e racismo citadas, conclui-se que esta revalorização da identidade não se efetua isoladamente, ocorre em diálogo, portanto. O que a liderança negra brasileira espera é o reconhecimento, por



parte dos outros, sendo assim, a condição indispensável para que esta se identificasse como negra.

As discussões apresentadas por Bernardino (1999) são relevantes para o meu conhecimento pois me prepararam para uma análise posterior dos meus resultados, entretanto a perspectiva de abordagem de política social, como fez o autor, não será o tema que abordará minha monografia.

No último decênio, se destaca a monografia, defendida no ano de 2006, no Departamento de Antropologia, intitulada “*Narrar é resistir: Trajetórias de estudante negra e negro na Universidade de Brasília*”, de Cristiano Celestino Dourado Borges e orientada por José Jorge de Carvalho. O autor trabalha em sua pesquisa com 2 estudantes da UnB. Argumenta que questões sobre a identidade negra e como se dá a relação racismo, colonialismo e antropologia.

O trabalho está dividido em 6 partes. Na primeira parte, apresenta sua pesquisa demonstrando, de forma metodológica, como ele angariou seu objeto de pesquisa: dois estudantes, um negro e uma negra, na Universidade de Brasília. Na segunda parte, nomeada como “Da minha experiência ou de como me tornei negro”, o autor narra sua trajetória, da construção de sua identidade negra, contando sua experiência e do processo onde ele se tornou negro. Na terceira parte, nomeada de “O direito a fala ou de minha dor quem sabe sou eu”, o autor discute a relação entre antropologia, racismo e colonialismo.

Na quarta parte, denominada “O racismo no cotidiano ou é preciso falar sobre”, é discutida, de maneira breve, a importância dos povos subalternizados de suas experiências por si mesmos, da necessidade daqueles que sofrem o racismo falarem da violência sofrida. A quinta parte, “Estética negra ou da impossibilidade do belo”, o autor discute a existência de modelos de beleza brancocêntricos atuando no sentido de provocar grande sofrimento às pessoas negras, e de que a associação de negras e negros sempre a estereótipos negativos é um dos princípios do racismo brasileiro.

Borges finaliza seu trabalho com a sexta parte, intitulada de “as religiões de matriz africana ou da impossibilidade do sagrado”. Nessa última parte, é identificada a demonização das religiões como constitutiva na elaboração do racismo. Considerei uma passagem interessante para análise, onde o autor diz:

*(...) Percebemos a importância da demonização das religiões de matriz africana para perpetuação do racismo. Ainda segundo o autor, ‘o fenômeno*

*que aqui denominaremos de negrofobia tem um reflexo enorme no plano do sagrado e afeta de modo contundente as religiões de matriz africana e todo o universo mítico que elas evocam* (op. Cit, p. 122) (apud BORGES, 2006: p. 57)

Nessa monografia, a preocupação de Borges não foi trazer para o entendimento a trajetória de estudantes, contudo, a tentativa foi de apresentar elementos que contribuíam para o debate sobre as relações raciais no Brasil e a superação da opressão que vitimiza negras e negros. Inspire-me em Borges (2006) pois para suas reflexões o autor não se importou com a quantidade de seus entrevistados, mas sim, com a qualidade de suas entrevistas. Como diz Teixeira, 2003, “quando se fala em entrevistas pessoais é preciso que se diga, talvez o óbvio, que ‘qualidade’ para a antropologia não encontra equivalência na ‘quantidade’ em matéria de estatística”. (TEIXEIRA, 2003:38).

Borges trabalha com o objetivo de pesquisar estudantes negras e negros, dentro dos quais o autor se inclui, e esse objetivo nasce de uma vontade própria de buscar conhecer e se autoconhecer como negro. Nesse sentido, o estranhamento para o pesquisador tornou-se uma dificuldade, pois se tratavam de fatores cotidianos para observar. Quanto a objetivar seus pares, podemos considerar o que Peirano (2006: p. 53-54) diz:

*Por muito tempo a antropologia foi definida pelo exotismo do seu próprio objeto de estudo e pela distância, concebida como cultural e geográfica, que separava o pesquisador do seu grupo de pesquisa. Essa situação mudou. Mesmo nos centros socialmente legítimos de produção antropológica – para muitos, onde se faz a ‘antropologia’ internacional como nota no original, hoje o ideal do encontro radical com a alteridade não é mais dimensão considerada essencial da antropologia. Nestes centros, houve uma mudança gradual em que a alteridade foi se tornando mais próxima – dos trobriandeses aos azande, destes aos kwakiutl passando pelos bororo, daí para os países mediterrâneos, até que nos dias atuais bem diferente de há vinte anos atrás, uma antropologia que se faz perto de casa, ‘at home’, é não só aceitável quanto desejável. (PEIRANO, 2006, p. 53-4).*

Inspirando-se em Edward Said, Borges identifica sua primeira intenção em fazer o trabalho é, como define, a de:

*Apresentar leituras alternativas da história outras que aquelas oferecidas pelos representantes da memória oficial e da identidade nacional – que*

*tendem a trabalhar em termos de falsas unidades da manipulação de representações distorcidas ou demonizadas de populações indesejadas ou excluídas a da propagação de hinos heroicos cantados para varres todos que estiverem em seus caminhos.* (SAID, 2003: p. 39).

A proposta de Borges foi, portanto, a de construir uma alternativa de leitura sobre as relações raciais no Brasil. Afirma que em narrativas oficiais o conflito é negado e as contradições ocultas. Nesse sentido, propôs apresentar realidades que ele pode observar através dos discursos dos estudantes. Demonstrou, portanto, que há na antropologia uma grande discussão sobre a pertinência do conceito de raça. Alguns afirmam que, como este seria um conceito biológico, não se aplica à antropologia. Contudo, a utilização desse conceito por esta ciência é o de dizer exatamente que a realidade não existe de modo autônomo, independente das nossas construções sociais. Como afirma Alberto (1998), *“Raça não é um conceito naturalizado e determinado biologicamente. Ao contrário, é uma categoria histórica, construída socialmente”* (ALBERTO, 1998: p.63).

E nesse viés constituem suas afirmativas, firmado no conceito de que a raça negra é constituída da subjetividade das relações raciais, vividas dentro das realidades sociais em que essas personagens estão inseridas (BORGES, 2006: p. 29). E, dentro da antropologia, haja um temor de que usos do conceito de raça possam levar à construção de categorias essencializadas, tornando a categoria negra uma essência ao funcionamento de padrões de vida e status no Brasil.

Borges, como estudante negro, acompanhou trajetórias de estudantes negras e negros e esta trajetória, afirma, é permeada de muitos percalços. A ação ou omissão de professores é elemento centralizado na experiência desses estudantes. A omissão contada nos discursos e percebida por ele é atribuída a um papel determinante no sentido de impedir a compreensão do racismo por aqueles que sofrem a discriminação. Às vezes, a discriminação está em um nível subjetivo e é passada despercebida por aqueles que a sofrem, como poderemos ver mais a frente nos relatos feitos pelos estudantes. A definição do racismo como ausência, portanto, é bastante forte e suscita reflexão. O racismo é negação da diversidade e reconhece-se no espaço universitário sua presença, como na sociedade brasileira.

A omissão também é supressão dos valores da estética negra. Percebe-se a supremacia dos valores culturais brancos em detrimento dos negros e os adjetivos negativos afetam sua autoestima e sobre isso Borges cita Inocêncio:

“Percebemos que as brechas deixadas pela cultura hegemônica situam-se muito no campo da estética. E que ela, a estética, ao contrário do que se pensa, não funciona como mera resultante, mas um papel modelador das sociedades multirraciais, em articulação com o racismo.” (INOCÊNCIO, 1999, apud BORGES, 2006: p. 42).

A título de conclusão, o autor fala a respeito de dificuldades enfrentada pelas pessoas negras. Essas dificuldades são complexas e ligadas a vários elementos; estão relacionadas aos campos da estética, da representação, da religiosidade e da impossibilidade discursiva. Conclui dizendo que a necessidade de romper esta barreira é urgente para a construção de uma sociedade brasileira, única, pois a separação entre negros e brancos impossibilitará pensar o Brasil como nação.

Borges aponta o problema de que 50% da população está praticamente alijada das posições de poder – negros e índios – e isso gera todas as consequências simbólicas negativas decorrentes dessa sociedade racialmente organizada, onde tudo que é positivo está associado à branquitude. O autor aponta, portanto, um problema com relação ao quesito das representações identitárias do espectro da imagem dos negros na universidade, tomando como base o relato de um estudante negro e uma estudante branca.

Em nenhum momento de sua narrativa o estudante se afirma como estudante cotista, nem que seus entrevistados também o são, mas podemos pressupor pelos seus discursos, de que o espaço universitário foi aberto a eles por essa política. O sentido que o autor busca analisar tange a experiência de estudantes negros, portanto não observa, se quer cita, o caráter intrínseco de serem estudantes cotistas na universidade de Brasília, mas pressupomos esse caráter ser basilar em suas experiências acadêmicas, primeiramente trazido pelo fator racial de serem estudantes negros. Contudo, as observações feitas por mim não se concentrarão em abordar os aspectos raciais intrínsecos da questão racial entre os estudantes, mas discutirei apenas a motivação entre esses estudante numa perspectiva antropológica.

No mesmo ano da monografia anterior, apresentada 2006, Ernandes Barboza Belchior defendeu no Departamento de Sociologia a dissertação intitulada “Não deixando a cor passar em branco: o processo de cotas para estudantes negros da Universidade de Brasília”, orientada por Wivian Weller. O autor pesquisou como se desenvolveu o processo de implantação de cotas na UnB, aprovado em 2003, e analisou, para isso, entrevistas com estudantes que estiveram envolvidos nesse processo. Buscou-se não só examinar sob uma perspectiva de inclusão social, mas também sob uma ótica

de política social a construção de reconhecimento e identidade para aqueles participantes dessa política.

Para a realização da pesquisa, e entendimento desse processo, foram entrevistados atores sociais que desempenharam papéis importantes no processo político de implantação do sistema, como professores, estudantes, o reitor, bem como os que, na época, eram conselheiros do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE).

O autor divide seu trabalho em 5 capítulos. O primeiro apresenta conceitos como racismo, preconceito e discriminação desenvolvidos para apresentar o tema das ações afirmativas e sua relação com o Estado brasileiro. O segundo capítulo trata as principais categorias presentes no pensamento moderno e norteadoras de políticas compensatórias de cunho afirmativo. O terceiro capítulo está centrado nos procedimentos do trabalho empírico. O quarto capítulo trata do processo de regulamentação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília.

Em alguma medida, sintetizarei alguns dos temas abordados pelo autor, entretanto a minha perspectiva não é a de trazer a luz explicações que sejam motivadoras para a abordagem de políticas públicas no espaço universitário brasileiro, apenas tenho a pretensão de situar o discurso dos meus interlocutores.

Para mim é interessante analisar o que propõe Belchior quando trata sobre a questão da identidade entre os estudantes, analisado no segundo capítulo, no qual o autor aborda as principais categorias presentes no pensamento moderno que dirigem as ideias vigentes de políticas compensatórias de cunho afirmativo. Para tanto, nesse capítulo ele trabalha com a noção de Identidade, Redistribuição e Reconhecimento, de modo a mostrar que políticas de ação afirmativa não se restringem exclusivamente a aspectos socioeconômicos.

A identidade assume tal importância porque ela se configura no entendimento daquilo que a pessoa tem de si e essa noção se torna importante para a questão do seu autoconhecimento e do que as pessoas fazem dela.

O conceito de identidade tem importância estratégica para o entendimento do processo que discute a ação afirmativa no Brasil. O conceito de identidade usado é o de Charles Taylor (1994, apud BELCHIOR, 2006) que parte do pressuposto que o correto reconhecimento não é uma cortesia, mas uma necessidade vital, uma vez que nossa identidade está vinculada à experiência do reconhecimento intersubjetivo. Tal conceito sustenta que, se houver um correto reconhecimento haverá correspondentemente um processo que dotará o indivíduo de autoconfiança, autorrespeito e autoestima. Por outro

lado, a recusa do reconhecimento ou um reconhecimento distorcido levará o indivíduo a um modo de vida reduzido, justamente porque ele interiorizará as imagens acerca de si produzidas nos contatos intersubjetivos com os outros.

Belchior também trabalha a política do reconhecimento segundo Charles Taylor (2000), que desenvolve o tema sobre multiculturalismo. Taylor analisa como o tema do reconhecimento pode ser percebido como central na política moderna. A ideia principal que o teórico desenvolve parte do princípio de que a identidade é moldada, em grande parte, pelo reconhecimento ou ausência dele. O não reconhecimento ou o errado conhecimento pode gerar distorções ao indivíduo quando a sociedade lhe mostra um quadro dele depreciativo e negativo. O reconhecimento é o processo inverso da introjeção de inferioridade que leva a uma naturalização de desigualdade, ele é, portanto, vital ao indivíduo.

Sobre os dilemas do reconhecimento, Belchior também analisa as considerações de Nancy Fraser e Axel Honneth. Nancy Fraser (2001), em seu texto, *“Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista”*, aponta para a desconexão entre duas dimensões de conflito sociais, a dimensão econômica e a cultural, à que estão normalmente associadas. O autor aponta que, de acordo com Fraser, os movimentos sociais por reconhecimento de identidades culturais não problematizam, numa ordem em que as sociedades estão cada vez mais marcadas por injustiças econômicas, as questões referentes às desigualdades econômicas. Isso acaba falseando a separação entre dimensões econômica e cultural. O desafio se torna descobrir como contextualizar igualdade e reconhecimento cultural de forma que uma demanda não enfraqueça a outra. Portanto, mostrando a diferença entre os remédios afirmativos e os transformativos, Fraser afirma que a distinção destes é sempre conceitual e absoluta. Cabe-se, portanto, a cada movimento social mostrar como são afetados pelos dois tipos de injustiças e propor medidas transformativas.

Honneth (2003), através do desenvolvimento do conceito de solidariedade social. Afirma que os conflitos sociais têm sempre natureza do reconhecimento se sobrepondo à luta por redistribuição de renda. Os modelos do conflito podem mostrar empiricamente que a lógica universal da ampliação das relações de reconhecimento permite uma ordenação sistemática das lutas e dos conflitos históricos, desvelando a função que eles desempenham no estabelecimento de um progresso moral. Para Honneth, também, todas as demandas por justiça distributivas podem ser melhor explicadas com ajuda de categorias normativas que emergem da teoria do

reconhecimento. Outro fator do reconhecimento da diferença seria a construção de espaços caracterizados pelo respeito à diferença e que valorizem a diversidade.

Conclui-se então, pelas considerações e estudos nesta dissertação, compilando os conceitos dos teóricos usados: Charles Taylor, Nancy Frase e Axel Honneth, que a implementação da política de ação afirmativa da Universidade de Brasília foi um espaço onde se pode ter um debate que se constituiu através de fatores intra e extra-acadêmicos, no qual os professores, estudantes e outros agentes foram convidados a debater o processo. Para o autor, a implementação de políticas de ação afirmativa na universidade, como esta que vem sendo adotada pela Universidade de Brasília, pode ser o primeiro passo para uma nova reconfiguração das relações raciais no Brasil. A proposta de ações afirmativas tem como alvo aspectos culturais, tais como a criação de uma identidade negra e um novo reconhecimento do que vem a ser o negro no Brasil.

Belchior avalia o processo de implantação das ações afirmativas na UnB, a implantação do Sistema de Cotas e observa a real potencialidade que isso se constitui para a construção de uma identidade negra mais positiva. Sua atenção é voltada para o real espaço de integração que a Universidade pode se tornar, ou seja, prover a integração para o estabelecimento de uma identidade social positiva dos negros. O meu trabalho não tem, portanto, a pretensão de analisar o processo de implantação das ações afirmativas na UnB e o trabalho de Belchior serviu apenas para dar mais luz para minhas considerações durante a discussão desse tema, conforme abordarei no capítulo seguinte.

No ano de 2007, Sales Augusto dos Santos defende a tese: “*Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas*”, orientada por Sadi Dal Rosso, na qual o autor se propõe a discutir por que renomados cientistas sociais da área de estudos e pesquisas sobre as relações raciais brasileiras, são contra a implementação de cotas para os estudantes negros nos vestibulares das universidades públicas brasileiras.

Com o intuito de responder a essa questão, o autor busca sustentar a hipótese de que a política de cotas para negros no ensino superior público brasileiro extrapola o seu objetivo imediato, qual seja, a inclusão de estudantes negros no ensino superior público. Afirma que ela tem um potencial transformador para além da sua função manifesta, na medida em que demonstra para a sociedade brasileira que é possível redistribuir políticas públicas de boa qualidade e, adicionalmente, questionar a ideologia racial brasileira.

Entretanto, no processo de verificação da hipótese acima, aparecem dois novos problemas. O primeiro deles, qual tem sido o papel dos Movimentos Sociais Negros (MSN) no processo de implementação das ações afirmativas? Para responder essa questão, buscou-se conhecer se havia hipótese de que a bandeira por educação pública é muito antiga na história dos MSN e que a luta por essa política pública pôde formar a base para as atuais reivindicações por ações afirmativas para os estudantes negros ingressarem no ensino público superior brasileiro. O segundo problema, como ou por que foi possível a aprovação do Sistema de Cotas para estudantes negros no vestibular da UnB numa conjuntura tão adversa e hostil a esse tipo de política pública? O autor envolve a resposta a essa questão sobre o papel do MSN no processo de implementação do Sistema de Cotas.

Em suma, a tese defendida discute o que está sob disputa na sociedade brasileira com a implementação da política de Ação Afirmativa de cotas para os estudantes negros ingressarem nas universidades públicas. Acaba por discutir também a luta dos MSN brasileiros por educação pública de boa qualidade em todos os níveis de ensino, ou seja, do fundamental ao superior.

A tese defendida está dividida em 7 capítulos. Os primeiros 3 capítulos dizem respeito as formas de luta dos afro-brasileiro contra o racismo até meados da década de setenta do século XX, depois nos últimos 25 anos do mesmo século, até a consolidação das lutas dos Movimentos Sociais Negros no início do século XXI. Os dois capítulos seguintes, o 4 e o 5, tratam de discutir a opinião dos docentes da UnB sobre a implementação do Sistema de Cotas, depois a opinião dos alunos de pós-graduação sobre a mesma questão. O capítulo 6 discute por que as cotas foram aprovadas na UnB numa conjuntura hostil a esse tipo de política pública para os negros e o capítulo 7 trata das Ações Afirmativas e a queda do véu ideológico.

O autor buscou demonstrar que uma das propostas dos Movimentos Sociais Negros para que se diminuam as desigualdades raciais no Brasil tem um potencial de transformação social em sentido amplo e não o estabelecimento de privilégios, como argumentam muitos críticos do Sistema de Cotas. A transformação social é em sentido amplo – porque inclui os campos políticos econômicos também – com a pressão e o suporte de movimentos que lutam pela sua execução, mostrando para a sociedade organizada brasileira que luta pela democratização desde país. Que é possível fabricar a contra-hegemonia, por meio de organização e da imposição de uma práxis diferente da prática dominante (DEMO, 2002: p. 356).



A implementação das cotas, por meio das reivindicações, pressões e suportes daqueles movimentos à sua execução é indício, para toda a sociedade organizada brasileira que luta pela democratização deste país, que é possível fabricar a contra hegemonia, por meio da organização e da imposição de uma práxis diferente da prática hegemônica ou dominante (SANTOS, 2007).

O autor procurou demonstrar nos três primeiros capítulos da tese que os Movimentos Sociais Negros estão à frente das lutas pela erradicação da desigualdade como, por exemplo, com o processo de implantação das cotas no ensino superior.

Na tese também está demonstrado o quanto a educação tem sido um valor como forma de abertura da sociedade moderna para ocupação dos espaços sociais e as lutas por educação constituem a culminação da histórica luta desses movimentos por educação de qualidade em todos os níveis para a população negra. Argumenta também que o debate sobre as cotas para negros na sociedade brasileira está indicando “a escolha de uma sociedade que aceita a participação autônoma e ativa dos movimentos sociais ou mesmo de indivíduos que lutam por igualdade de oportunidade e de tratamento, equidade e justiça, ou a opção por uma sociedade que historicamente excluiu e oprimiu ‘os de baixo’”. (SANTOS, 2007: p. 511).

Outro ponto pertinente às discussões desta tese é sobre a luta contra as cotas que, ao que tudo indica, revela também uma tentativa de se manter intocável o processo de reprodução das elites estatais brasileiras e, conseqüentemente, a reprodução das políticas públicas pobres para os pobres e das políticas públicas de boa qualidade para os mais ricos da sociedade brasileira. Como foi demonstrado pelo autor, há uma forte correlação entre graduar-se em universidades públicas e ocupar cargos de poder e prestígio nos poderes judiciário, executivo e legislativo. Mas que, mesmo que cotistas não cheguem a ocupar postos de prestígio e poder, eles podem começar a influenciar alguns dos futuros membros das elites estatais brasileiras a pensarem em mudança nas políticas públicas do país. O que possibilitará essa troca de influências é o fato de se ter alunos não cotistas estudando com alunos cotistas. Isso geraria um ambiente universitário mais propício para a criatividade intelectual, mais solidário e menos mesquinho, ante o contato e a convivência de alunos com experiências diferentes de classes, raças, interesses, visões de mundo, localidades, entre outras distinções, como afirma o autor.

Sales defende, por fim, que há indícios plausíveis de que o que está em disputa com a implementação das cotas para os negros nos vestibulares das

universidades públicas brasileiras não é só a redistribuição de vagas, mas a possibilidade de desracialização e renovação de uma parte das elites estatais brasileiras. Dentro da sua zona de conforto, alguns renomados intelectuais brancos das ciências sociais clássicas temem pelo futuro da sociedade brasileira com a implementação do Sistema de Cotas para negros. De outro lado, estudantes cotistas sonham com um futuro melhor. Onde a maioria dos intelectuais brancos, das áreas de estudos e pesquisas sobre relações raciais, que se opõe ao Sistema de Cotas para negros nas universidades brasileiras vê problemas e conflitos raciais, já os negros intelectuais e muitos estudantes negros veem possibilidades de mudanças para uma vida melhor.

Considerando as abordagens feitas por Santos (2007), verificamos que essa relação positiva entre o sonho de um futuro melhor e o Sistema de Cotas ainda ecoa nas perspectivas apresentadas pelos estudantes egressos do sistema de cotas, entretanto essa abordagem não será o principal no meu trabalho, apenas segue como um tópico entre minhas análises. Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos por Santos (2007) serviram para que tivéssemos uma noção inicial para considerarmos alguns discursos entre os entrevistados,

No mesmo ano, orientada por Maria Francisca Coelho, Vivian de Oliveira Cobucci defende a monografia no Departamento de Sociologia intitulada “*A construção e reconstrução da identidade negra entre alunos cotistas na Universidade de Brasília*”. Nela, a autora objetiva entender os estudantes graduandos cotistas da Universidade de Brasília; como se articulam, se comprometem e se identificam com as matrizes culturais étnicas de seu grupo de referência, também como constroem e reconstróem suas identidades.

A monografia está dividida em 4 capítulos. No primeiro, intitulado “Ações Afirmativas, o Contexto” a autora mostra o debate geral das Políticas de ação Afirmativa, na conjuntura da Universidade de Brasília e a implantação do Sistema de Cotas, indicando também o panorama de sua pesquisa. O segundo capítulo, “Metodologia”, trata dos procedimentos em relação à mostra, aponta sua metodologia e de como ela pesquisou o seu objeto, que foi a de análise do discurso de 8 estudantes cotistas da Universidade de Brasília. O terceiro capítulo: “Construindo uma Identidade estigmatizada”, a autora discute o processo de socialização desses estudantes construído sob o enquadramento de uma identidade estigmatizada. No quarto capítulo: “Identidade Reconstruída”, a autora centra sua argumentação mostrando que os grupos formados

propiciam a criação de um espaço de aprovação social, e esta como um elemento indispensável para a construção da identidade negra.

A autora afirma que a identidade está relacionada a um sentimento consciente de singularidade individual, de autenticidade que cada um percebe em si mesmo e que frequentemente coincide, não por acaso, com a “uniformidade” e continuidade do significado que a pessoa tem para os outros membros da comunidade.

O método utilizado é o biográfico, que permite entender parte da realidade social a partir das situações de vida dos indivíduos; tornando assim possível compreender como se dá a construção de duas identidades raciais diferentes, a partir de mesmo contexto social, através de experiências distintas. Para o devido fim, a autora utilizou de entrevistas abertas, previamente orientadas, com oito estudantes que ingressaram na Universidade de Brasília através do Sistema de Cotas.

Para a autora, o indivíduo “projeta seu eu” ao mesmo tempo em que internaliza os significados e valores de sua cultura tornando-os parte deles mesmo. O reconhecimento da importância da sociedade na formação da identidade é essencialmente a grande contribuição da sociologia nesse campo de discussão.

É notado que a identidade é um construto que reflete um processo constante de transformação de novas realidades sociais, que estão diretamente ligadas ao contexto histórico e social em questão. A fim de entender também como se dá a construção e reconstrução da identidade neste novo cenário social, de estudantes influenciados pelos debates e políticas sociais ligadas a questão racial, Cobucci busca compreender como a aplicação da política de cotas contribui para uma possível construção de uma nova identidade entre os cotistas.

Para compreender como o processo onde o indivíduo começa a internalizar a regras, as normas, os valores, a cultura, através do processo de socialização, a autora faz uso da teoria de Berger e Luckmann (2004), os dois teóricos que mais se aprofundaram neste campo de estudo. Segundo a teoria desses autores, a socialização pode ser entendida como um processo social pelo qual o indivíduo se integra à sociedade, assimilando seus hábitos, costumes, valores, traços ou padrões culturais. Nos termos dos próprios teóricos seria a interiorização, na consciência do próprio indivíduo, de um “mundo objetivado” (uma realidade construída). Temos que o mundo objetivado é aquele construído quando a ação humana frequentemente repetida torna-se moldada a um padrão, em hábito que pode ser tipificado e institucionalizado, tornando possível um

processo de objetivação de um mundo institucionalizado exterior e até certo ponto independente do indivíduo:

*Um mundo institucional é experimentado como realidade objetiva. Tem uma história que antecede o nascimento do indivíduo e não é acessível a sua lembrança biográfica [...] A biografia do indivíduo é aprendida como episódio localizado na história objetiva da sociedade. [...] existindo as instituições como realidade exterior, o indivíduo não as pode entender por introspecção. Tem de sair de si e apreender o que elas são, assim como tem de apreender o que diz respeito à natureza. (BEERGER e LUCKMANN apud COBUCCI, 2007: p. 28).*

Cobucci percebeu que o convívio com o grupo é essencial para que o indivíduo perceba e interiorize novos valores, novas regras, novos papéis, novas interpretações da realidade e, principalmente, para que seja reconhecido. Por análise e constatação nas entrevistas, constatou que, ao interagir dentro dos grupos, o indivíduo estabelece vínculos com indivíduos que possuem elementos em comum, que passaram ou passam por experiências similares e que são capazes de se reconhecer no outro assim como são também reconhecidos. Além de ser reconhecido é o ser de forma positiva e é isso que esta estrutura específica de plausibilidade possibilita a eles.

Para concluir, por meio das entrevistas, Cobucci analisa as experiências descritas e, com isso, foi possível entender como se manifesta duas identidades distintas, uma negativa e outra positiva com os estudantes cotistas analisados. Negar os atributos raciais é compreendido como a forma negativa de socialização, em função da estigmatização social a que são submetidos. Por intermédio desse processo de socialização, que faz uso principalmente do mecanismo de reprovação, os entrevistados interiorizaram valores, normas, padrões culturais que lhes diziam que “ser negro” não era bom, pelo contrário, quase sempre remete à uma condição social indesejável.

A identidade positiva é percebida ao tentar se distanciar dessa representação negativa. O referencial branco é, pelos entrevistados, onde eles irão buscar valores para atingir um padrão positivo, considerado pela sociedade. Buscar atingir tal padrão branco, quase sempre incompatível com as suas condições culturais e físicas, significa mais do que meramente ver-se livre de referências negativas, quer dizer aproximar-se de um modelo desejável e cultuado socialmente.

Por estarem inseridos como estudantes cotistas na Universidade, Cobucci percebe outro elemento importante no processo de transformação do indivíduo: a

tomada de consciência. Os grupos que se formaram nesse espaço (seja através do Centro de Convivência Negra, os participantes do EnegreSer, do Afroatitude ou na disciplina Cultura, Poder e Relações Raciais), além de favorecerem uma rede de relações entre os próprios negros, também propiciam a produção e a troca de conhecimento e informações a respeito da condição social do negro.

Conforme analisa, para seu grupo de entrevistados, o Sistema de Cotas ganha um significado diferente, politizado e justo. Admitem sem constrangimento aparente que a possibilidade facilitada de entrar na Universidade foi a razão pela qual se inscreveram no sistema, mas chamam atenção para sua importância social pelo mérito de incluir negros socialmente, no ensino superior. Nesse sentido, nos familiarizamos muito com as abordagens feitas por Cobucci (2007) e seus entrevistados, quando estes agregam significados politizados e justos ao Sistema de Cotas, pois esses significados encontraram consonância com os discursos apresentados pelos entrevistados na minha pesquisa.

De forma geral, os trabalhos apresentados apresentaram umas questões que não serão abordadas no meu trabalho, e outras que serviram para que me trouxessem à luz algumas questões que eu iria encontrar pelos discursos dos entrevistados, como foi o objetivo da minha análise.

### **3 - Narrativas de Ex-cotistas / Estudantes Egressos**

#### **3.1 - Início da pesquisa**

Tendo como base a pesquisa ainda não divulgada “Perfil dos Estudantes Ingressos e Egressos da Universidade de Brasília” (PEIE)<sup>9</sup>, buscarei analisar o relato de estudantes que tiveram sua primeira graduação pelo Sistema de Cotas e, ao reingressarem na UnB por outro vestibular, modificaram a opção de entrada. A referida pesquisa se iniciou em 2010 e, orientada pelo professor Sales Augusto dos Santos, contou com o apoio do Centro de Convivência Negra (CCN) da UnB para sua realização. Um dos objetivos da pesquisa foi o de realizar cadastro dos alunos que são egressos e, porventura, ainda ingressos na UnB pelo Sistema de Cotas, por meio da aplicação de um questionário<sup>10</sup> de caráter socioeconômico. Esse questionário possuía perguntas para medir o grau de discriminação e racismo sofrido por esses dentro e fora da universidade, com o intuito de também fornecer dados, à UnB, sobre o desenvolvimento dos alunos que entraram pelo programa de ação afirmativa instituído no vestibular da UnB em 2004.

Nessa pesquisa, desenvolvida no CCN, obtivemos números importantes sobre os egressos do Sistema de Cotas da UnB, que identificaram o desenvolvimento desses estudantes após a experiência universitária. Os números que apresento são resultados da pesquisa com os estudantes ingressos e egressos pelo Sistema de Cotas da UnB, vale lembrar que eles não estão fechados e, portanto, são apenas uma prévia dessa pesquisa que tive a oportunidade de participar. A presente monografia, que tem como base os estudantes egressos, reingressos e ex-cotistas, pretende servir tanto para observações antropológicas como para a própria “Pesquisa com os Estudantes Ingressos e egressos da Universidade de Brasília”.

Durante o período de experiência na PEIE, entrei em contato por telefone com vários estudantes egressos, pois fui a única estudante que fez parte do projeto desde seu início, com leituras e discussões, desde 2º período de 2009 até o 2º de 2012, momento em que ainda participei de um último levantamento de dados, e na maior parte desse período eu era a única a acessar os dados dos egressos do Sistema de Cotas;

---

<sup>9</sup> A análise social completa sobre os estudantes egressos da UnB fará parte da publicação da pesquisa intitulada “Perfil dos Estudantes Ingressos e Egressos da Universidade de Brasília” (Não publicada)

<sup>10</sup> Ver Anexo 2

entretanto, a PEIE contou com a colaboração, ao todo, de cerca de 30 aplicadores, espalhados por várias regiões do DF, que levaram os questionários aos entrevistados desde o início da pesquisa.

O número de estudantes que contabilizamos do processo de triagem sofreu algumas alterações do número inicial que demos na primeira parte, pois tivemos contato de casos de estudantes formados não estarem inclusos na lista de egressos, outros que disseram não ter participado do Sistema de Cotas e uma pessoa que pediu para não ser contatada. Depois desses ajustes, o total foi que 484 pessoas responderam ao questionário, 397 estavam indisponíveis para responder, 195 se recusaram a responder e com 30 pessoas houve falha na aplicação por parte dos aplicadores de questionário que colaboraram com a pesquisa. Ao todo, portanto, foram verificados 1.106 formados e egressos pelo Sistema de Cotas até o 2º semestre de 2011. O número de estudantes que se recusaram a participar da pesquisa, apenas respondendo a um questionário, chamou a minha atenção. Percebi pelas conversas ao telefone que muitos cotistas que me atenderam, e aos outros aplicadores também, não queriam ter qualquer tipo de contato com a PEIE e, inclusive, tivemos uma pessoa que solicitou não ser contabilizada na pesquisa.

No nosso entendimento – professor e alunos participantes da pesquisa – já que os dados, resultados da avaliação posterior dos questionários, seriam benéficos para pesquisa, pois também seriam oferecidos à universidade em favor da permanência do Sistema de Cotas na UnB, não havia motivo aparente para que os estudantes egressos se opusessem a responderem as perguntas, já que todos foram beneficiados por esse sistema. Todas as facilidades eram dispostas para que os estudantes respondessem a série de perguntas: dispusemos-nos a entregar o questionário no local que o estudante consentisse que fosse melhor – casa, trabalho, local de estudo e etc. – esperávamos no local para tirar dúvidas eventuais que surgissem ou permitíamos que o entrevistado levasse o questionário para responder em sua casa, quando fosse viável para este.

Conforme alguns estudantes iam entregando o questionário, também tínhamos acesso a maiores informações sobre quem eram esses cotistas egressos da UnB, inclusive que alguns cotistas participaram de nova seleção por vestibular, mas pelo Sistema Universal – e, a esses eu chamei de ex-cotistas na presente monografia. Além da resistência que eu encontrei nos estudantes para responderem ao questionário, outro fator que chamou minha atenção como pesquisadora foi: por que estudantes que tinham se formado pelo Sistema de Cotas decidiram retornar à universidade

participando de seleção pelo sistema universal? Ora, o problema não é entre fazer uma ou outra escolha, mas o que isso poderia nos dizer em relação a algum fator de discriminação sofrido ou indicar qualquer deficiência no sistema que pudesse impedir sua continuidade. Sem partir de mais pressupostos, resolvi me aprofundar em uma investigação analiticamente antropológica desses fatos.

Falando sobre a política de cotas da UnB e o lugar da pessoa jovem negra na educação, Valverde (2008) demonstra que para Flick na observação do campo é possível moldar e combinar as estratégias de pesquisa; e que, uma combinação que prevê inicialmente a utilização de técnicas qualitativas, depois poderá ser associada a aplicação de questionários e, a partir deste ponto, procederá ao aprofundamento dos resultados obtidos em uma segunda fase qualitativa. Valverde (op. cit) expõe que no último plano de integração – pesquisado e pesquisador – “*uma segunda entrada no campo pode contribuir para aprofundar os resultados da primeira etapa, sendo seguido por uma intervenção experimental no campo para o teste dos resultados das primeiras etapas*” (VALVERDE, 2008: p. 58).

A minha pesquisa neste trabalho, surgiu com o seguinte recorte: dos 1.106 estudantes formados, selecionei os que, após o egresso do primeiro curso da universidade, continuaram com algum vínculo institucional, seja por outro vestibular, mestrado, doutorado ou especialização *Lato Sensu*, e esse número corresponde a 79. Desses, o número dos que retornaram a fazer outro vestibular na UnB, entrando em um curso diferente do da primeira opção, é de 23 estudantes. Desse número, 11 são os estudantes que fizeram a opção de ingresso pelo vestibular (2º vestibular) pelo sistema universal, portanto, a esses eu chamei de ex-cotistas. Dos 11 estudantes reingressos na universidade, agora pelo sistema universal, não consegui estabelecer contato com todos, pois gostaria de ter realizado entrevistas com esses ex-cotistas. Entrei em contato com eles, inicialmente, no segundo semestre de 2012. Entretanto, buscando encontrar disponibilidade entre esses estudantes para participarem de entrevista comigo, retornei o contato com alguns deles até o primeiro período de 2013. Mesmo apresentando condições maleáveis para todos de serem entrevistados pessoalmente ou, inclusive, por telefone, e com largo espaço de tempo (cheguei a esperar um semestre para que surgisse uma vaga para mim na agenda do entrevistado), nem todos se dispuseram a participar. O que aconteceu foi que 3 pessoas se negaram a participar, com 4 eu não consegui estabelecer contato, contudo, 4 se dispuseram a participar de entrevista comigo.



Aparentemente, no início pensei que não teria sucesso com essa pesquisa, entretanto, sinto-me satisfeita com os resultados que obtive.

Para análise do grupo de estudantes ex-cotistas que se dispôs a participar do meu estudo, me utilizei da análise qualitativa de seus relatos orais. Optei por entrevista aberta, na qual estavam inseridas perguntas com as quais os estudantes pudessem dialogar sobre: suas experiências universitárias durante e posterior ao Sistema de Cotas; sua formação acadêmica anterior à universidade; o posicionamento em relação ao Sistema de Cotas e suas percepções como dignos de tal sistema. Desse modo, procurei proporcionar maior conforto para os entrevistados falarem, de forma direta ou indireta, sobre suas escolhas entre o sistema universal e o de cotas, suas identificações como merecedores de tal processo seletivo e, em especial, que indicassem de forma direta o real motivo do seu abandono do sistema. A reprodução desses relatos visou introduzir um diálogo, que foi amadurecendo aos poucos, de um ponto de vista alternativo que constitua importante dado às pesquisas que se referem ao estudo dos estudantes do Sistema de Cotas.

Segundo Ferreira (2009), narrar faz parte da vivência humana e é fundamental para o ato de constituir-se. É pela experiência narrativa que damos sentido aos acontecimentos que constroem a vida individual e social em estados intencionais que tornam familiares acontecimentos e sentimentos que confrontam a vida cotidiana normal. O sentido que quis dar a esse aspecto da narrativa, foi o de identificar novas abordagens que se referiam à suas escolhas particulares, entendidas em um contexto, que era o de estudantes cotistas egressos.

Durante os meses de julho a setembro de 2012, comecei a realizar de três a quatro entrevistas com cada participante. Através das entrevistas com os reingressos ex-cotistas, coloquei perguntas onde pudesse observar qual foi sua experiência enquanto estudante cotista, representando-se como tal no meio universitário e familiar; sobre o próprio reconhecimento racial e o enfoque disso na escolha da opção pelo sistema de seleção no vestibular; (e, a partir dessas questões, outras começaram a ser levantadas, como veremos no desenvolvimento da exposição?).

Considerando, portanto da abordagem narrativa dos relatos orais, para a experiência etnográfica da antropologia, nos valem do que Price (2004) apresenta.

*Se este é, de fato, um pôr ou nascer do sol para a antropologia (...), assim como um grande número de antropólogos, passaram essas últimas*

*décadas examinando a construção das histórias que as pessoas contam ao próprio respeito e os meios retóricos que usam para persuadir os outros, e os experimentos narrativos que forçam as fronteiras da verdade histórica e da ficção agora são lugar-comum. Quanto a mim, acredito realmente que estamos muito mais ricos com esta percepção ampliada das possibilidades da experimentação narrativa da escrita antropológica e histórica. No final, a virada literária tem sido ao mesmo tempo desafiante e libertadora. (PRICE, 2004: p. 14)*

### **3.2 - Motivação para a opção do segundo vestibular**

Dando continuidade a nossa discussão, apresentamos os discursos que ouvimos das pessoas entrevistadas quanto ao fator motivador da sua segunda opção no segundo vestibular ter sido por concorrer pelo sistema universal. Aqui observo também que essa pergunta foi feita no primeiro debate com as pessoas entrevistadas e no momento da última conversa, quase um ano depois. Nota-se que não fiz uma pergunta para que as respostas convergissem entre si da forma como aconteceu.

*“optei pelo sistema de cotas [inicialmente] porque eu não me sentia preparado”, já para o vestibular de filosofia [segundo vestibular] eu me sentia preparado (...) o sistema de cotas funciona (...) e pensei: vou tentar pelo sistema universal e deixar com que outro [negro] possa concorrer à vaga (...) é mais justo [e não que precise mais], eu já tina nível superior” (Entrevistado Nelson)*

*“De uma certa maneira, no contexto brasileiro, eu estou me dando o luxo de fazer uma segunda graduação (...), geralmente pras pessoas das mesmas condições sociais que a minha, geralmente nenhuma graduação (...) e, sabendo como funciona a maneira de seleção, e de certa maneira, quando entra um outro fica de fora; já tendo feita, ter dado esse primeiro passo, eu acho que pra me dar o luxo de dar esse outro passo, eu teria que colocar uma pessoa que tá em vias de dar o seu primeiro passo pra fora. Dai eu acho mais justo fazer um segundo vestibular pelo sistema universal (...), já com toda aquela tranquilidade de ter um nível de leitura crítica, de entender o que está sendo dito ali (...)” (Entrevistado Nelson)*

*“Exatamente, foi isso que eu pensei; e a minha opção de não colocar, de novo, pelo sistema de cotas foi porque eu já tive a minha oportunidade. Eu já estou aí, estudando, e eu queria dar oportunidade pra outra pessoa (...) e, na minha família, as únicas pessoas que entraram na UnB fui eu e minha irmã, da família inteira, e poucas pessoas fizeram faculdade na minha família. Da família da minha mãe o pessoal passa fome (...) a gente é orgulho pra minha família, símbolo de que pode dar certo, e por isso eu acredito.” (Entrevistada Rita)*

*“A minha opção por não colocar pelo sistema de cotas na segunda opção foi porque eu já tive a minha oportunidade, porque eu já to conseguindo ascender socialmente, graças ao sistema de cotas e graças também ao meu empenho, ao meu estudo de anos, mas foi o sistema que me ajudou a chegar onde eu cheguei. E, não sei se eu já falei, da minha realização de olhar no meu semestre e ver outros negro que poderiam estar ali porque eu não concorri às do sistema de cotas; quando eu vejo, eu fico feliz por saber que eu dei a oportunidade pra outra pessoa”* (Entrevistada Rita)

*“Acho que eu não escolheria pelo sistema de cotas porque existem pessoas com maior necessidade dele do que eu. É muito provável que eu pensasse assim. Pela questão socioeconômica: há pessoas de cultura negra, de identidade negra que ainda não tiveram essa experiência da universidade, ou que já fizeram uma universidade particular e querem vir e fazer essa experiência na universidade pública, e eu já tive essa experiência. Eu acho que a questão de cotas está relacionada com a experiência universitária para negros, e eu já tive essa experiência, aí eu estaria abrindo a oportunidade para outras pessoas que querem ter essa experiência (...) o custo pra mim não é muito alto, pro benefício que eu posso estar dando pra outros candidatos, abrindo vagas pra outras pessoas. Agora, se não fosse o caso, se fosse um curso pesado pra eu fazer essa opção, ‘x. Não, eu não faria [pelo sistema de cotas].”* (Entrevistado Jorge)

*“Hoje eu vejo muito claro que o sistema de cotas, no meu caso, cumpriu o papel dele. Ele me possibilitou, não só a entra na universidade como a entrada numa perspectiva específica (...). Eu optaria pelo sistema universal, olhando pra trás, justamente pela resposta que eu te dei: as ações ela tem que ser guiadas para dar mais oportunidades a todos, e a minha eu já tinha feito”* (Entrevistado Jorge)

A última pergunta que foi elaborada às pessoas entrevistadas encerrou o meu questionário com elas. O meu objetivo foi, sem dúvida, saber o que estava inserido como motivador social para determinar a opção do segundo vestibular. Gostaria de saber se, como estudantes egressos do Sistema de Cotas, suas experiências, positivas ou negativas, eram mais fortes na hora de apresentarem justificativas para suas escolhas. E como percebemos nos discursos dos estudantes acima, suas experiências anteriores estão diretamente ligadas com suas opções posteriores.

Seja qual for o peso das atribuições feitas sobre o funcionamento do Sistema de Cotas na UnB, avaliamos que a segunda opção pela concorrência do vestibular tem um caráter de solidariedade, conforme uma curta apresentação de Almeida (2007). O autor discute que seu conceito apresentado, em uma antropologia da

solidariedade, difere da solidariedade do senso comum, pois esta fortemente ligada ao campo das emoções. Esse conceito de solidariedade seria uma sensibilidade para com os menos favorecidos, levando a uma atitude de caridade. Para o autor, parece ser um equívoco colocar o significado da solidariedade imediatamente no campo do agir, da ética, dos resultados (ALMEIDA, 2007). Já que o agir segue o ser, e o ser é, sobretudo no campo da ciência antropológica, social, somente podemos tomar atitudes solidárias porque existe uma solidariedade essencial na identidade humana. E, nesse sentido, pergunta o autor, quais seriam os pressupostos antropológicos da solidariedade? Ou melhor, como elaborar a pergunta depois, que vínculos recíprocos de responsabilidade mútua interferem ontologicamente na construção da identidade humana? A solidariedade humana, termo advindo dessa construção histórica, levaria a um segundo momento para se tentar discorrer sobre solidariedade ética, que naturalmente emerge da solidariedade ontológica, sendo o agir advindo do ser.

Contudo, a sugestão que gostaria de acentuar, para identificar esse “sentimento de solidariedade” e querendo entender a dinâmica presente nos processos sociais que levaram a tal fenômeno, considerando a pessoa na estrutura em que está inserida, é tal como identificada por Almeida (2007).

*“O Eu Total, a identidade humana pessoal, é o resultado destes quatro vínculos. Neste contexto é difícil falar de indivíduo singular. Poderíamos até aceitar o paradoxo do “indivíduo plural”, mas a individualidade em estado puro parece definitivamente superada por estas evidências antropológicas da relação. Estes vínculos são constitutivos do humano e o definem como um ser essencialmente solidário. Antes de ser uma atitude desejável em uma sociedade civilizada, a solidariedade é o parâmetro mais profundo que define a individualidade humana como o resultado criativo da relação com outras individualidades. A realização desta identidade é estimulada pela prática da solidariedade. Ou seja, o humano solidário tende a se realizar como pessoa”.* (ALMEIDA, 2007: p. 3).

O autor finaliza dizendo que, apesar de pouco avanço em sua reflexão, o recuo antropológico exigiu uma série de reflexões. Portanto, concordar com a solidariedade como vínculo de responsabilidade recíproca, já é eficiente para se sair da noção do senso comum que o termo gera e o desafio agora seria perceber como os diversos autores contribuem para a compreensão de cada uma das solidariedades que compõem o Eu Total.

É interessante também notar pela fala dos entrevistados que elas estão envolvidas, sob uma noção interpretativista da ação, de um senso de justiça motivando suas ações. O termo justiça aqui confere a um comportamento coletivo para que se promova a igualdade de oportunidades para que demais estudantes negros entrem na universidade pelo Sistema. O uso das expressões “eu acho mais justo” e “eu já tive minha oportunidade”, por exemplo, denotam o caráter da ação tomada como uma resposta coletiva de reconhecimento dos méritos usados.

Nesse momento, o critério de justiça não está relacionado à discussão sobre a existência ou não do programa, como dantes fora relacionado durante os discursos do processo de implantação do Sistema de Cotas, mas o senso de justiça está ligado como uma resposta coletiva da participação e usufruto da primeira entrada na universidade através desse Sistema.

Nos tópicos que seguirão, abordarei outras questões que mais estiveram acentuadas durante as conversas com os entrevistados, dessa forma, pretendo levar os leitores a refletirem sobre a conformidade das afirmações feitas com as demais reflexões apontadas pelas pessoas entrevistadas.

### 3. 3 - Reflexões sobre discriminação

Defende Carvalho (2005) que há uma tendência na academia para a produção de um diálogo de imobilismos diante do racismo universitário, apoiando-se no fato de que muitos dos discursos negam o racismo e promovem a ideologia do convívio inter-racial harmônico no Brasil. Outros estudos desenvolvidos no campo das Ciências Sociais na UnB, como os de Alencar (2010), Belchior (2006), Cobucci (2007), Ribeiro (1996) e Santarém (2009), também consideram a existência do racismo e suas repercussões no espaço social brasileiro e dentro da própria universidade. Nesse sentido, os estudantes pesquisados, quando perguntados sobre lembranças no contexto de discriminação, obtivemos relatos como estes:

*“Bom, agora que eu me lembro, não... Não que isso não tenha existido por aí. Certamente. Um amigo meu fala de um cara, ele era da Ciência Política, que falava de um colega, que escrachava e falava muito mal; coisas que fugiam até do bom senso de se falar”* (Entrevistado Nelson)

A pessoa entrevistada, neste momento, não se lembra de atitudes de racismo e de discriminação sofridos contra ela durante o período em que era estudante cotista, entretanto, em outro momento, a mesma pessoa assume que nos próprios locais em que frequentava, existia racismo e esse era sofrido por ela. Quando pergunto se a pessoa já sofreu discriminação na universidade, ela responde assim:

*“Já [sofri], mas assim, de agressão direta não. Imperceptível... aquela brincadeira, sempre tem aquela vontade de disfarçar. Porque, assim, você vai a algum lugar, as pessoas vão perceber que você não pertence àquele lugar porque você não deveria estar por ali, ou então, quem é você, já que você está por aqui? O que você tem de anormal? Porque não é normal aparecer um homem negro por aqui... entrar numa loja como essa, ou querer ter uma informação como essa, ou vir por aqui...”* – (Entrevistado Jorge)

É interessante ressaltar aqui que, o entrevistado chama de “agressão direta não” o preconceito sofrido. Mas, destaca que a discriminação existe nos locais em que frequentava. Segato (2005) ressalta que o racismo na sociedade brasileira ocorre de forma velada, pois ele está inserido num processo de significação social desde sua origem. Entretanto, a autora apresenta que no Brasil o signo da cor (os traços que têm a lembrança histórica dos negros) se especializa mais à medida que nos afastamos da colônia e nos aproximamos do presente, pois em algum momento, a mobilidade sócio-racial foi maior do que a que vivemos. Analisa que isso ocorre, “possivelmente, até o momento em que emerge a discussão sobre cotas; discussão que se mostra por si mesma eficaz para colocar em pauta a questão racial de outra forma no discurso público, quebrando com a hegemonia do discurso da “Civilização Tropical” e seu modelo de persuasão familista.” (SEGATO, 2005, p. 5). A autora também aponta que:

*“O que importa destacar aqui é que, quando o sistema (o contexto), primeiro colonial e mais tarde nacional (coloco estes dois momentos em continuidade e, aos efeitos desta análise, sua diferença resulta irrelevante), se constitui, e no próprio ato de sua emergência e instauração idiossincrática, ele, como efeito deste movimento de emergência, cria seus outros significativos ao seu interior: todo estado – colonial ou nacional – é outrificador, alterofílico e alterofóbico simultaneamente. Vale-se de instalar seus outros para entronizar-se, e qualquer processo político deve ser compreendido a partir desse processo vertical de gestação do conjunto inteiro e do acramento das identidades de agora em diante consideradas “residuais” ou “periféricas” da nação”.* (SEGATO, 2005: p. 7)

Lemos em Carvalho (2005b) que um ponto de partida para analisar o embate que é trazido pelo Sistema de Cotas da academia, é pensar que nenhum acadêmico neutro a essa discussão. Em algum momento, todos, professores, alunos e funcionário, enfim, o corpo acadêmico irá se posicionar em relação à implementação contra ou a favor do Sistema em suas universidades. “Essa discussão, portanto, que fraseamos de ‘acadêmica’, é uma outra forma de expressar posições políticas e éticas, sobretudo no que se refere à manutenção ou transformação das desigualdades e discriminações raciais no nosso meio universitário” (CARVALHO, 2005b: p. 1)

Pensando de um ponto de vista coletivo, na análise que fazemos do estudante ex-cotista, podemos identificar, nos depoimentos, uma discriminação negativa desenvolvida no espaço universitário (CASTEL, 2008)<sup>11</sup>. Com isso, percebemos certa interferência, inerente à construção identitária do estudante cotista, quanto à sua entrada por tal sistema. Com isso, convergimos ao discurso de Ferreira (2000), quando fala sobre algumas manobras sociais que são obstáculos para a livre declaração identitária e promovem a exclusão.

*“A sociedade brasileira cria mecanismos desfavoráveis ao desenvolvimento de uma identidade articulada em torno de valores positivamente afirmados, não somente para os afro-descendentes, mas para todo e qualquer cidadão, aí incluindo os brancos e indígenas, pois, na verdade, trata-se de um problema de constituição da identidade do brasileiro”.* (FERREIRA, 2000: p. 43)

Embora os estudantes se identifiquem como racialmente pertencentes às cotas, essa identidade por hora é questionada e, não só a identidade racial, como também sua situação de estudante inserido na universidade pelo Sistema de Cotas, na época de suas primeiras graduações por esse sistema. Dessa forma, podemos avaliar as seguintes declarações:

---

<sup>11</sup> Segundo Castel (2008: p. 14), a “discriminação negativa não consiste somente em dar mais àqueles que têm menos; ela, ao contrário, marca seu portador com um defeito quase indelével. Ser discriminado negativamente significa ser associado a um destino embasado numa característica que não se escolhe, mas que os outros no-la devolvem como uma espécie de estigma. A discriminação negativa é a instrumentalização da alteridade, constituída em favor da exclusão”.

*(...) é porque, pra mim, é meio complicado... são só os traço, tem essa questão da pele (...) eu não tenho um fenótipo tão forte assim –*  
(Entrevistada Rita)

*“[o estudante] Ele tem medo de ser identificado como cotista. Um dia desses, quando você me ligou pra perguntar se eu poderia participar de novo da entrevista, eu até falei pra umas amigas que trabalham comigo desse meu novo curso. Elas começaram a falar... por que a gente estava trabalhando na hora, aí eu falei: não, porque eu entrei pelo sistema de cotas na Ciência Política, e eu acredito nisso, e o rendimento dos alunos é até superior né; tem uma pesquisa que mostra que o rendimento dos alunos é muito bom. Eu acredito, desde sempre acreditei, e nesse agora eu não optei porque eu já me beneficie; eu tenho um título, né. Elas ficaram assim [expressão de boquiaberta] disseram que você só não colocou pelo sistema de cotas porque achava que não ia passar, aí eu falei: Não, é porque eu quero dar a oportunidade para outras pessoas mesmo, aí elas não acreditaram”* (Entrevistada Rita)

No relato acima, Rita conta como foi a surpresa e, de certa forma, a indignação das colegas sobre sua opção pelo Sistema de Cotas, achando que é apenas um sistema que privilegia os que querem passar com nota mais baixa no vestibular. Esse discurso se junta ao demais observados sobre a declaração de ser cotista na universidade, pois a pessoa entrevistada não só tem medo de ser hostilizada por não ter traços fortemente estigmatizados, como também, de forma pessoal, passou por situação em que seus méritos de entrar na universidade pelo Sistema de Cotas foram questionados.

Quando perguntei aos estudantes entrevistados sobre sua identificação de ser cotista, dentro da universidade, Rita declara que:

*“Na universidade isso é um tabu, se você levantar a mão e dizer: eu sou cotista, em uma sala de aula, você vai ser linchado, se você for negro, imagine se você não tiver a pele escura. Eu já defendi em vários debates [o sistema de cotas], porque eu fiz Ciência Política e, todas as vezes que o debate ia pra esse lado, eu dava minha opinião”* (Entrevistada Rita)

*“Eu acho que sim. Isso gera mal estar e as pessoas tendem frequentemente a evitar esse mal estar numa discussão séria porque ainda é um tabu”* (Entrevistada Rita)

O mal estar apontado pela entrevistada Rita, que é gerado pela declaração de ser cotista, e o aparente desejo contrário que suas colegas manifestaram de que ela



não concorresse ao vestibular pelo Sistema de Cotas, é indutivo de que elas não reconhecessem os méritos da estudante como cotista, ou então a funcionalidade do sistema na universidade. Nesse ponto, para nós é coerente analisar o que Holanda apontou sobre a igualdade de oportunidades. Para a autora:

*“É sabido que a noção de igualdade humana tem passado por compreensões diferenciadas ao longo da produção do conhecimento, e que a parcela da humanidade que deteve o poder de produzir e disseminar conhecimento, o manipulou a seu favor, de conformidade com seus interesses. Sabe-se também que o domínio e manipulação do conhecimento produzido pela humanidade, se deram através de uma população branca e masculina. Como todo o conhecimento acontece dentro de um espaço e de um tempo, está, portanto vulnerável às transformações sócio históricas”.* (HOLANDA, 2008: p. 15)

Embora todos os relatos anteriores apontem claramente para considerarmos que na Universidade a declaração de ser cotista sofre uma certa rejeição de alguns sobre o sistema, encontramos com a seguinte declaração de Sales:

*“Era um negócio que eu pensava, antes de entrar na universidade, que rolava uma diferenciação entre quem era cotista e quem não era. Não teve nada disso. Pelo menos no meu curso, eu nunca tive nenhum problema com isso; até mesmo porque não fica claro na linha da chamada que você é cotista. ... Nenhum comentário fora de classe; a gente era muito tranquilo. Mas, em relação à questão racial, nunca tive problema”* (Entrevistado Sales)

Aqui podemos perceber, diferentemente dos relatos anteriores, que a pessoa entrevistada não acentuou pontos negativos quanto ao relato de ser estudante cotista na universidade, embora pensasse isso antes de entrar na mesma. Sales afastou a ideia de que seria negativa a presença do estudante cotista na UnB. O motivo que fez o estudante só declarar a positividade da aceitação de seu grupo em relação aos estudantes cotistas é desconhecido, e não podemos sugerir algo aqui, pois apenas pela entrevista não foi possível identificar tal relação. Apenas apresentamos a fala aqui, pois nos chamou a atenção por ser um discurso diferenciado dos demais. O decorrer do diálogo também não indica um fato novo, ou um caso de racismo e discriminação por ser estudante cotista.

A pergunta sobre sua declaração de ser cotista na universidade foi repetida em outros momentos de debate, em diferentes dias, e a entrevistada confirmou os relatos

anteriores. Perguntei, portanto, como se dava a declaração de ser cotista na universidade, e a entrevistada declarou:

*“No sentido de autoafirmação? Eu acho que na universidade (...) Eu percebi que, na minha turma, os cotistas, a maioria não contou que entrou pelo Sistema de Cotas porque tem vergonha; Muita gente que entrou não acredita que funcione, entrou só pela facilidade, porque achou que a nota ia ser mais baixa; foi lá porque : ‘se colar, colou’; a maioria, amigos meus, negros da minha turma, nunca contaram que entraram pelo sistema de cotas; tem um tabu na universidade em relação a isso, e eu nunca tive vergonha de falar. ...” (Entrevistada Rita)*

Nas declarações seguintes, a pessoa entrevistada relaciona o fato de ser visto como estudante cotista, suas características físicas e a questão de ser preterido racialmente por isso, dizendo:

*“No primeiro semestre ali do primeiro curso, que era o de letras, que era no começo do sistema de cotas, ainda tinha um pessoal que ficava ali com aquela questão que toda hora vinha a tona e que aparecia na mídia um caso... ninguém quer assumir o racismo que tem, a vileza que tem, Não, o sistema de cotas não deve existir porque isso é melhor pra todos” (Entrevistado Nelson)*

*“Minha mãe sempre fica nessa ideia, tenho certeza de que é uma ideia bem mais traumática...: ‘oh, os ambientes tais tem pessoas que não vão gostar muito, vão olhar pra você e já vão desconfiar, achar que você é uma má pessoa e tudo mais’... tem que ter cuidado com quem você lida, com quem você fala; tem pessoas que vão lidar [com você] de uma maneira aqui e em outro ela vai te atacar” (Entrevistado Nelson)*

*“A questão muitas vezes é entender como é que esse racismo se dá ... não é como declaração explícita: é declaração implícita ... e é efetivo como racismo. Percebe o racismo das pessoas e frequentemente o sofre. De repente, quando você vai a algum lugar, as pessoas percebem que você está ali e não deveria estar, ou então: ‘quem é você? Pô, o que você tem de diferente? porque não é normal aparecer gente negra aqui [no tal espaço]”. (Entrevistado Nelson)*

Nas declarações acima, se repete o fato de que a pessoa entrevistada associa o racismo como fator subjetivo, velado na linguagem das pessoas, mas refletido em suas ações implícitas. Partindo da nossa reflexão com estudantes egressos do Sistema de Cotas, e angariando informações relevantes sobre suas experiências como

estudantes cotistas, perguntamos se a pessoa sofreu algum caso de racismo na universidade. Nelson declarou que:

*Eu percebia isso (...) mas não [fui] destrutado, destrutado.(...) é algo que ocorre no meio das conversas que a gente nem percebe. Pessoas conversando e desqualificam o sistema, desqualificam as pessoas que passaram no sistema, ou dizem que as pessoas que são beneficiadas no Sistema de Cotas são beneficiadas duas vezes porque podem concorrer nos dois sistemas. Só por não ver a funcionalidade do Sistema de Cotas, já é um detrato as pessoas que estão entrando. Essa é a ideia que ela passou pra mim. ... Mas eu percebia isso mais do Departamento de Ciência Política, que isso era mais polarizado” (Entrevistado Nelson)*

Quando os entrevistados indicam que a declaração de ser um estudante cotista um tabu na universidade, e de que existem espaços onde não é bem visto a frequência desses estudantes, isso aponta para a questão sobre o racismo acadêmico sofrido nessa instituição.

Avalia Segato (2005), como próprios da população de negros, o caráter de “outro” no interior da nação. Segundo a autora, muitas vezes, as pessoas negras relatam o momento em que se descobrem “negras”, pois seria uma atribuição social que é designada pela atribuição racial. Afirma ainda que, como raça é signo, dependente dos contextos definidos e delimitados para obter significação, definida por aquilo é tem relevância social; os contextos estariam localizados e profundamente afetados pelos processos históricos de cada nação.

Pensando na atual conjuntura, e percebendo pelos relatos que, de fato, há certa ojeriza aos estudantes cotistas dentro do espaço universitário, avaliamos que há nove anos a universidade recebe estudantes aprovados pelo vestibular que concorrem pelo Sistema de Cotas. Infelizmente, relatos como esses de discriminação com os estudantes negros cotista e de certa rejeição ao Sistema de Cotas, se juntam a materiais como este – desenvolvido pelo Jornal-laboratório da Faculdade de Comunicação da UnB – do CAMPUS<sup>12</sup>, que publica reportagem desprestigiada intitulada “A maioria é contra”, mostrando enquete feita com os estudantes, apontando que 70% da universidade é contra o Sistema de Cotas. Para começar a explicar o porquê do desprestígio da matéria, é suficiente falar que a enquete entrevistou 150 estudantes, não especificando o campus, numa universidade que conta com mais de 30.000 alunos, e

---

<sup>12</sup> CAMPUS – Jornal-laboratório da Faculdade de Comunicação da UnB – de 22 a 28 de maio de 2012. Ano 42. Edição 381. Ver Manchete em Anexo 4.

que não se faz uma afirmação dessa relevância com critérios aleatórios, como nos pareceu<sup>13</sup>.

Em trabalho intitulado “Cotas, Resistência e Luta – Processo de Institucionalização Afroatidade/UnB” (2011), que realizei na disciplina de Métodos e Técnicas em Antropologia Social (SENA, 2011), pesquisando sobre o processo de institucionalização do Afroatidade da UnB – projeto desenvolvido na universidade com eixo de promover a educação, trabalhando com estudantes cotistas na universidade, concluí etnografia com entrevistas e observações participantes com estudantes cotistas que desenvolviam projetos no grupo de estudantes do Afroatidade. Quando estudei a situação vivenciada por esse grupo, considerei a compreensão de atos e eventos de desrespeito a eles, traçando um paralelo de como isso implica na construção do reconhecimento pela institucionalização do Afroatidade. Pude ressaltar o conteúdo de alguns atos por meio da noção de insulto moral e de uma agressão objetiva a direitos que não pode ser adequadamente traduzida em evidências materiais; e, que sempre implica uma desvalorização ou negação da identidade do outro. Dessa forma, pude concluir que:

*“Pela implantação do Sistema de Cotas, há o surgimento de um grupo, os estudantes cotistas. Este grupo enfrenta uma série de dificuldades pela sua situação de inserção e constantemente lidam com situações hostis por parte dos alunos, professores e funcionários da universidade. Neste contexto, a percepção de grupo está inserida em um contexto de hostilização por parte dos demais”.* (SENA, 2011: p. 3)

No momento dessa pesquisa, obtive um relato da Vânia<sup>14</sup>, uma estudante egressa do Sistema de Cotas e na época no mestrado, que declarou o seguinte:

*“A gente foi um grupo que entrou na universidade pelo Sistema de Cotas num momento bastante difícil (...) a gente foi hostilizado porque éramos os primeiros (...) então o Afro permitiu esse espaço de vivência que, hoje, em dia, os alunos reivindicam que seja considerado como tal perante a universidade em forma de uma institucionalização do programa (...) que a universidade entenda que, pra além da pesquisa, que é algo que é bastante importante dentro do Afro, e da Extensão também, que essa carga afetiva (...) que a [necessidade da] convivência (...) seja reconhecida pela*

---

<sup>13</sup> Em conversas que obtive com os professores José Jorge de Carvalho e Sales Augusto dos Santos, na semana de publicação desse jornal, ambos demonstraram desânimo intelectual ao serem noticiados por mim sobre a publicação da referida notícia, e da mesma forma sobre os critérios de pesquisa dos jornalistas.

<sup>14</sup> Nome fictício

*universidade (...) porque dentro desse reconhecimento você viria com cargas burocráticas que facilitariam o nosso trabalho”*. (SENA, 2011: p. 8)

### **3.4 - Reflexões sobre o apoio universitário**

Ferreira (2009), citando Telles (2001), destaca que o espaço de cidadania em que pode ser pensado o registro de civilidade esclarece o sentido mais radical de privação dos direitos. Segundo Telles (2001), o não reconhecimento do outro como sujeito de interesses, aspirações e razões válidas significa uma forma de sociabilidade que não se completa, porque é regida por uma lógica de anulação do outro como identidade. É um tipo de sociabilidade que não constrói a alteridade, mas apenas o espelho no qual a superioridade do ego se vê confirmada. E, dessa forma, a dimensão moral inscrita nas relações sociais é neutralizada, pois não há propriamente o que julgar, o que escolher, não há problema do justo e do injusto, a regra, de tal maneira, está sujeita ao questionamento e existe apenas para confirmar o lugar de cada um na ordem ‘natural’ das coisas.

De acordo com Carvalho (2005), esclarece que o perfil de exclusão racial das universidades brasileiras, desde a formação das primeiras instituições de ensino superior no século dezanove, não teve jamais um projeto, nenhuma discussão sobre a composição da elite que se formaria nas Faculdades existentes naquela época. Aponta ainda que:

*“Universalizou-se apenas a concorrência, mas não as condições para competir. Não se equaciona mérito de trajetória, somente conta o suposto mérito da aprovação no concurso. Nenhuma avaliação do esforço de travessia, e uma fixação cega, não problematizada, na ordem da chegada. Como se um negro se dispusesse a atravessar um rio a nado enquanto um branco andasse de barco a motor em alta velocidade e ao chegarem a outra margem suas capacidades pessoais fossem calculadas apenas pela diferença de tempo gasto na tarefa”*. (CARVALHO, 2005: p. 23)

Nesse sentido, é possível pensarmos que a maioria do alunado cotista advém de uma camada social que, por herança histórica, enfrenta uma série de dificuldades para o acesso ao ensino. Falando sobre o perfil de exclusão racial das universidades brasileiras, Carvalho (2005: p. 19) contextualiza que, em sucessão a uma

política racial deliberada de branqueamento, os europeus que chegaram ao Brasil, também com baixa qualificação, em poucas décadas experimentaram impressionante ascensão social, enquanto os negros foram empurrados sistematicamente para as margens da sociedade. Defende que *“se agora contamos alarmados que 96% dos atuais universitários brasileiros são brancos (35 são negros e 1% amarelos), uma percentagem considerável desse número é constituída de descendentes de imigrantes”* (CARVALHO, 2005: p. 20).

O Plano de Metas e Integração Social, Étnica e Racial da UnB prevê o acompanhamento acadêmico e psicossocial dos estudantes cotistas e para os índios. Entretanto, nos valendo apenas de que supostamente esses mecanismos funcionem, seria esperado que esses estudantes cotistas conhecessem tais estruturas de apoio na universidade e soubessem dialogar sobre como elas lhes serviram. Entretanto, sob essa perspectiva, quando perguntamos sobre o reconhecimento da existência de programas de apoio institucionais, ouvimos as seguintes declarações de Nelson:

*“Se houve algo especial, no sentido de uma abertura ao estudante cotista? Eu não me lembro de algo que tenha sido feito. Provavelmente aconteceu. Pelo menos um ou outro evento ali. Talvez eu não tenha participado.”* (Entrevistado Nelson)

E também:

*“Eu não percebi que houve uma noção de que o estudante que tava ali, pelo menos por questões de evento de integração. Acho que não houve essa noção de que alguns estudantes que estavam ali eram ingressos pelo Sistema de Cotas e outros que não. E a partir do ingresso desses estudantes seria feito alguma coisa pra integrar um com o outro. Acho que já entendiam que eram estudantes e já podiam...”* (Entrevistado Nelson)

Percebemos que a pessoa entrevistada não reconhece algum tipo de apoio da instituição que o pudessem auxiliá-la durante o período de graduação. Ouvimos a manifestação do desejo desse auxílio universitário, o que pudemos depois entender por bolsas para estudo, que funcionariam com centros de pesquisa e estudos que se divulguem amplamente ou lugares para desenvolvimento de debates e compartilhamento de experiências educacionais, como nos foi relatado pelas pessoas entrevistadas. A pessoa entrevistada reconhece que estudou no período em que a UnB

abria as primeiras turmas com estudantes cotistas, e, por isso, a universidade devia estar mais preparada agora para acolher esses estudantes.

*“Eu entrei pelo primeiro vestibular que teve o Sistema de Cotas. Acho que algumas coisas que tiveram na UnB na época eram até experimentais nesse sentido (...) acredito que agora já existam muito mais programas ou muito mais estruturas de apoio que havia antes. Deve existir. Eu não tenho mais esse contato”.* (Entrevistado Nelson)

*“Acho que se eu soubesse [de algum apoio institucional] seria mais tranquilo (...) acho que eu não reconhecia também a possibilidade de ter algo para me ajudar. Acho que o Sistema de Cotas foi colocado antes mesmo de a universidade estar funcionando para o Sistema de Cotas”* (Entrevistado Nelson)

A declaração acima é de grande importância para nós avaliarmos o aspecto da experiência universitária. Quando ouvimos a afirmação de que *“o Sistema de Cotas foi colocado antes mesmo de a universidade estar funcionando para o Sistema de Cotas”*, percebemos que, no mínimo, em uma série de momentos, a instituição não ofereceu meios para que os estudantes em necessidade, educacionais ou financeiras, se adequassem. Ou então, os programas estavam longe o suficiente do acesso do estudante universitário, conforme percebemos na frase a seguir:

*“Esses programas devem existir, meio que na penumbra. O programa está até ali, mas ninguém vê”* (Entrevistado Nelson)

Os diálogos acima convergem com o pensamento de Carvalho (2005), sobre os estudantes ingresso do Sistema de Cotas,

*“Ainda outra questão que se coloca é saber se os alunos negros conseguirão acompanhar os cursos adequadamente. Não podemos prever o que sucederá, mas é preciso lembrar que a preparação dos estudantes que entram na universidade através do mecanismo atual do vestibular e dos PAS é extremamente desigual”.* (CARVALHO, 2005: p. 49)

Todavia os pontos nos quais, os estudantes entrevistados, se referem ao auxílio e permanência na universidade são apresentados no Plano de Metas da UnB (CARVALHO e SEGATO, 2002), conforme pontuamos a seguir:

### III. Permanência

1. *A Universidade de Brasília aloca bolsas de manutenção para os estudantes indígenas e para aqueles estudantes negros em situação de carência, segundo os critérios usados pela Secretaria de Assistência Social da UnB.*
2. *A UnB, em parceria com outras instituições, como a FUNAI, propiciará moradia para os estudantes negros em situação de carência.*
3. *A UnB se disporá a implementar três programas relacionados diretamente com o Plano de Metas:*
  - a) *Um programa de apoio acadêmico psicopedagógico, ou de tutoria, não obrigatório, porém sob solicitação, para todos os calouros que demonstrarem dificuldades no acompanhamento das disciplinas;*
  - b) *Um programa acadêmico destinado a observar o funcionamento das ações afirmativas, avaliar seus resultados periodicamente, sugerir ajustes e modificações e identificar aspectos que prejudiquem sua eficiência;*
  - c) *Uma ouvidoria, destinada a promover inclusão de pessoas negras e membros de outras minorias e categorias vulneráveis na universidade. (CARVALHO, 2005: p. 203),*

Com referência aos programas institucionais de apoio, meus entrevistados afirmaram que:

*“Acho que isso não existe. Eu não sou um profundo conhecedor do assunto, pela minha não necessidade, mas eu acho que isso é fundamental. Porque você elimina a diferença no início, mas se você não dá uma estrutura que sustente isso (...). eu acho que não tem, pelas reclamações que eu ouvia na minha época, isso é certeza, programas de apoio de estudantes carentes, sejam cotistas, sejam carentes, isso não existia. A universidade é o mundo de cada um por si (...) mas isso é ótimo a partir do momento que você consegue tá lá. Sabe? Você precisa de uma estrutura básica pra aproveitar o ponto de cada um por si (...)”*  
(Entrevistado Jorge)

*“Primeiro ela deveria saber quem é o estudante cotista pra saber qual é a necessidade do estudante cotista. Eu sei que existe algum programa de assistência social voltado pro estudante cotista, mas esse programa eu não conheço. Não sei dizer, nem o nome”* (Entrevistado Jorge)

No sentido que o aluno Jorge apresentou, sobre a universidade saber quem é o estudante cotista, relembramos a ideia de se ter ouvidorias na universidade, como meios para que os estudantes possam dialogar sobre suas dificuldades, conforme apresenta Segato:



*Não é possível pensar as cotas simplesmente como uma tentativa de alterar o perfil de injustiça social que prejudica os índices brasileiros ou como um mecanismo de desenvolvimento socioeconômico através de educação ampliada de setores menos favorecidos da população. Quem compreende as cotas dessa maneira estará reduzindo o fenômeno e deixará de perceber a proliferação de consequências e a disseminação do seu impacto numa variedade de dimensões da vida social. (SEGATO, 2004: p. 69)*

A aluna Rita, quando perguntada sobre que tipo de apoio institucional que teve na universidade quando entrou pelo Sistema de Cotas, comentou:

*“Assim que eu entrei, eu até fui atrás do DAIA pra ver se eu conseguia entrar nos grupos 1 e 2 porque meu pai estava muito endividado em consequência da minha escola; ele ficou endividado até agora, praticamente, ele teve de parcelar dívida... botou o nome no SPC, e ele fez negociação, mas ficou muito endividado; e aí, muitas vezes, eu não tinha cinco reais por dia – e por isso eu recorri – só que foi muito burocrático, levei alguns documentos, mas não deu certo. Depois de minha irmã se formar, melhorou a situação financeira, aí eu não precisei mais”*  
(Entrevistada Rita)

Dá a entender a declaração logo acima que, a universidade possui mecanismos “universais” de apoio ao estudante. O que fica interessante para nós aqui analisarmos é a situação apresentada do endividamento da família. Claramente percebemos que o Sistema de Cotas abrange uma população, muitas vezes, com recursos escassos e, de outra forma, possivelmente não alcançariam à universidade.

Sobre a questão do apoio universitário necessário ao estudante cotista, Segato (2004) comenta que:

*“(...) resulta evidente que uma medida como as cotas para negros desafia o hábito na sociedade brasileira e necessita, portanto, de órgãos de apoio e acompanhamento capazes de garantir seu sucesso. A meta, trazer mais alunos negros à universidade, implica uma intensificação da convivência e, provavelmente, uma exposição maior dos atritos, conflitos e formas de abuso que permanecem, geralmente, restritos aos pequenos grupos onde acontecem. Não há, na nossa universidade, nenhum aluno negro dos que tratei que não conte uma cena amarga relacionada com sua cor. A crueldade de pequena escala é rotina, e agora vai se ampliar. Devemos estar preparados para que todos possam adaptar-se e modificar suas atitudes de maneira a que a comunidade universitária, em sua totalidade, saia vencedora neste desafio”. (SEGATO, 2004: p. 74)*

Consideramos, portanto, que ainda quando adentra a universidade, o estudante cotista sente a necessidade de apoio institucional para sua permanência. Em trabalho discutindo ações afirmativas e critérios para permanência no ensino superior na Universidade Federal da Bahia, Reis e Tenório (2008) entendem que o estudante cotista, assim como o/a jovem negro/a que precisa garantir sua estada na Universidade, eles lidam com questões como: a preparação insuficiente na escola básica, a falta de recursos materiais e a discriminação racial, considerando que deste último fato, a presença negra em muitos cursos universitários ainda é muito pequena. No referido contexto, entram em cena as políticas institucionais de garantia de permanência e/ou as estratégias informais e articulações dos alunos a fim de continuar estudando (REIS & TENÓRIO, 2008: p. 4).

Os ex-cotistas da UnB comentam que:

*“Acho que se eu soubesse de algum apoio institucional seria mais tranquilo (...) acho que eu não reconhecia também a possibilidade de ter algo para me ajudar. Acho que o Sistema de Cotas foi colocado antes mesmo de a universidade estar funcionando para o Sistema de Cotas”* (Entrevistado Nelson)

*“eles não divulgam esses programas pra gente participar. Eu fiquei sabendo por um amigo meu; você não vê cartaz e tal.”* (Entrevistada Rita)

Em conformidade com o que os entrevistados apresentaram, Reis e Tenório (op. Cit.) debatem com a ideia da permanência, argumentando que ela, no contexto universitário, significa continuar os estudos e que as ações para permanência não devem ser condensadas ao assistencialismo, ou como políticas transitórias de governo. As ações afirmativas com as políticas objetivadas à permanência dos estudantes que ela agrega, devem ser pensadas no sentido de fortalecer a trajetória acadêmica de alunas e alunos negros, com vistas à conclusão do curso e, quem sabe, a entrada desse estudante em um programa de Pós Graduação. Os autores ressaltam que as políticas afirmativas já existentes apontam para o fato de que a trajetória acadêmica dos jovens na universidade, sem uma adequada política de permanência, não é uma tarefa fácil. Isso reforça a demanda pela implantação das cotas raciais, em conjunto com programas e projetos de permanência. Os autores apresentam que não é suficiente *“abrir as portas dos cursos superiores para a juventude negra, é preciso também*

*garantir as condições adequadas de continuidade dos estudos e de formação acadêmica e científica” (REIS & TENÓRIO, 2008: p. 7)*

### **3.5 - O Sistema de Cotas e o reflexo na família**

Uma das perspectivas que a pesquisa, com os estudantes Ingressos e Egressos da UnB, objetivava era saber o grau de elevação social dos alunos após o Sistema de Cotas da UnB, como já foi apresentado. Para tal análise, algumas perguntas objetivas, que o questionário proposto tinha, eram em relação à renda familiar, grau de instrução dos pais, formação educacional e grau de conhecimento de línguas estrangeiras, entre outras perguntas em um extenso questionário com 72 questões. Embora fossem bem detalhadas as perguntas, permitindo ao pesquisador uma avaliação de vários aspectos, deixavam impreterivelmente a avaliação qualitativa que fazemos agora, com alguns desses estudantes que responderam ao questionário da PEIE.

Um dos resultados que eram esperados, pelas repostas dos entrevistados daquela pesquisa, eram os que pudessem embasar a afirmação de que os estudantes que passaram pelo Sistema de Cotas elevavam o nível educacional, e, conseqüentemente, financeiro da família. Ressaltando aqui, é claro, que os negros do Sistema de Cotas, compõem um grupo por muito tempo alijado do desenvolvimento educacional, financeiro e material do nosso país, como mostram vários estudos (MUNANGA & GOMES, 2004; SANTOS, et. al., 2008; GOMES J. B., 2005). Essa afirmação tem grande valia para pesquisas que procuram observar o desenvolvimento da população negra no país.

Em uma breve discussão sobre relações raciais no Brasil, Gomes (2005) coloca o que exatamente agora queremos considerar. Esse autor apresenta que quanto mais a sociedade, a escola e o poder público negam a existência do racismo na sociedade brasileira, mais ele se expande no país, e vai se propagando, invadindo mentalidade, as subjetividades e as condições sociais dos negros, figuras alvo do sistema que estudamos. Essa aparência demonstra que o abismo racial entre negros e brancos no Brasil realmente existe. Acrescenta o autor que as pesquisas científicas e as estatísticas que comparam as condições de vida, emprego, saúde, escolaridade, entre demais índices avaliados socioeconomicamente para medir o desenvolvimento humano, vividos por negros e brancos, comprovam a existência da grande desigualdade racial em nosso país. A desigualdade, segundo conclusões do autor, é fruto da estrutura racista,

somada a exclusão social e a desigualdade socioeconômica que atingem toda população brasileira. Nesse sentido, consideramos, conforme apresenta Duarte e Bertúlio (2012, p. 189), que:

*“Deve-se levar a sério a premissa de que a existência do racismo contra negros em nossa sociedade atinge a todos, brancos, negros e indígenas, pois, assim como a escravidão, o racismo impõe a degradação moral da comunidade, limitando as possibilidades de desenvolvimento positivo das personalidades de todos os seus membros e também o desenvolvimento material da coletividade”.*

Acreditamos que o espaço universitário é local de discussão de valores dentro da sociedade, e, pelas ações afirmativas nela desenvolvidas, é exatamente espaço em que surgem novas perspectivas de mudança do quadro de discriminação racial existente. Nessa acepção, Ferreira (2009) afirma que ao falar de inclusão na Universidade, já não cabem medidas que visam mover inferiores para uma situação melhor, considerando os moldes que se classificam como superiores.

Dessa forma, entendemos sob que ponto de vistas as respostas das pessoas entrevistadas estão. A pergunta girou em torno da percepção da ascensão familiar, o sentido que teve a experiência pelo Sistema de Cotas para o estudante. As próprias repostas a esses questionamentos dizem por si, como podemos observar abaixo:

*“[falando sobre o significado do Sistema de Cotas pra família] olha, significa muito. Que nem eu já mencionei: eu fui a primeira da minha família a entrar numa universidade federal. Eu e a minha irmã, que faz odontologia, que também entrou pelo Sistema de Cotas. Então, mudou totalmente a minha vida porque agora eu tenho perspectiva de ascender socialmente, né, coisa que eu poderia não ter. Poderia estar no subemprego, sem o ensino superior, e agora, eu e minha irmã, graças a Deus, a gente está no caminho certo. Pra até entrar no serviço público e representar os negros, representar os afrodescendentes.” (Entrevistada Rita)*

O discurso segue apontando a dificuldade de ascensão da pessoa negra, percebida até hoje, um dos motivos que constatamos da necessidade de implantação do Sistema de Cotas para pessoas negras.

*“A minha família, de um lado e de outro é todo mundo pobre; pobre mesmo, e muitos passam até fome, até hoje. Assim, eu e minha irmã somos*

*as únicas. Tem outra prima que entrou agora na UnB (...), mas a maioria é tudo assim, não têm ensino superior” (Entrevistada Rita)*

E, em outro momento quando questionada com a mesma pergunta, obtivemos um complemento do relato anterior, dizendo:

*“A minha família toda tem dificuldade de ascender socialmente, economicamente, tanto da parte de mãe quanto da parte de pai e principalmente as pessoas que tem a pele mais escura, que são afrodescendentes, elas tem dificuldades de conseguir emprego em lojas, essas coisas, porque, como eles não tiveram oportunidade de ter melhores empregos, acesso à educação (...) eu e minha irmã tivemos sorte. Eu acredito muito no sistema de cotas” (Entrevistada Rita)*

Nelson ainda declara que:

*“Na minha família, eu tenho um tio graduado (...), uma prima (...) (risos). Na minha família isso foi muito importante, até pros amigos da infância, pra família; como se o fato de eu estar fazendo uma graduação, o fato de eu ter ido fazer uma graduação fosse um motivacional, tivesse despertado a noção de eles também poderiam fazer isso, que é uma coisa que passava longe das perspectivas. Meu irmão, meu tio (...) com bolsa mas não na UnB. A UnB ainda guarda aquele símbolo de ser uma coisa inalcançável pra muitos estudantes do Distrito Federal a fora, mesmo com as cotas, com as vagas para estudantes de escola pública, ela ainda guarda esse estigma de ser uma torre de marfim.” (Entrevistado Nelson)*

Aqui, a própria presença do aluno negro numa universidade pública é apontada como um fator que serve de espelho para os demais da família, ou, como nas palavras da pessoa entrevistada: *“como se (...) o fato de eu ter ido fazer uma graduação fosse um motivacional, tivesse despertado a noção de eles também poderiam fazer isso”*. Essa passagem deixa claro que, em muitas situações, a entrada pelo vestibular do estudante cotista significa o único meio em que ele poderá estudar numa instituição federal. Mais adiante, a pessoa afirma que sua mãe chegou a tentar cursar Letras na UnB, entretanto, não conseguiu aprovação no vestibular.

Apresenta-nos Ferreira (2009: p. 38 - 39) que: *“É necessário um comprometimento que exige a quebra do domínio intelectual, político e material, centrado numa única visão de origem europeia e estadunidense”*. Acreditamos que a inserção do negro na academia pelo sistema cotas é uma ferramenta essencial no processo de quebra do paradigma apresentado e favorece o intercâmbio de

conhecimentos na universidade. A própria presença de negros na academia, segundo Carvalho (2005), mexe com as estruturas que o tradicional modelo europeu de educação proporciona, excluindo-se assim, o que antes se encaixavam nos moldes de exclusão racial existentes. A necessidade de ações para permanência também se insere aqui para que esse quadro de acesso da população negra, através do Sistema de Cotas, seja permanente.

Dessa forma, como afirmam Duarte e Bertúlio (2012), a reparação que deve ser pretendida não pode ser deste ou daquele indivíduo de aparência negra, deslocando o problema das ações afirmativas para uma questão pessoal. Ao contrário disto, a reparação é uma questão mais longa, advinda de uma reparação moral, que depende de ações práticas destinadas àqueles que são submetidos aos efeitos do racismo. Destina-se, porém, a toda a comunidade, permitindo refazer nossas perspectivas como indivíduos e coletividade.

As discussões apresentadas neste tópico e nos tópicos anteriores serviram para completarem nossa análise antropológica sobre a decisão dos estudantes para prestarem outro vestibular através de sistema de ingresso diferente do que eles haviam prestado no primeiro vestibular.

As reflexões sobre discriminação poderiam levar a nossa análise a procura de situações vividas que indicassem que esses alunos sofreram algum caso de discriminação que motivasse sua decisão posterior em relação ao Sistema de Cotas, entretanto, ainda que a discriminação por vezes tenha ocorrido, não é o fator indicado como suficiente para motivar suas decisões em relação ao sistema de concorrência no vestibular.

Ainda que o apoio universitário também tenha sido lembrado como fator determinante para manutenção de pessoas dentro do sistema, e ainda que tenham reconhecido a falta desses mecanismos para sua estadia na universidade, esse apoio não pareceu determinante para suas escolhas no segundo vestibular.

O reflexo na família também foi outro fator acentuado pelas pessoas entrevistadas, de forma que todos eles fizeram reflexões nesse ponto, entretanto, entendemos que ele apenas foi uma reflexão que os motivou para que outras pessoas de outras famílias também fossem beneficiadas através do ingresso na universidade pelo sistema de Cotas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A abordagem de minha pesquisa foi essencialmente qualitativa importando-se, principalmente, com as representações que as pessoas entrevistadas faziam sobre o sistema de cotas. Nesse sentido, no intuito de discutir questões sobre os estudantes egressos do sistema de cotas da UnB, a entrevista qualitativa se mostrou suficiente para que entendêssemos os processos que levaram às novas escolhas desses estudantes. Nessa abordagem me utilizei da etnografia sem esquecer o que afirma Eckert (1994: p. 18): *“ninguém tem acesso direto à mente de qualquer pessoa. Portanto a etnografia é também, em última análise, inferências traçadas pelo etnógrafo – elas são suas concepções do que deviam ser as concepções dos informantes”*.

Os estudantes que entrevistei foram demasiadamente solícitos ao serem contatados e entrevistados. Apesar das demais atividades desenvolvidas por eles, se mostraram dispostos a cooperarem com a minha pesquisa. Na primeira entrevista, todos se mostraram colaborativos, porém, ao serem perguntados sobre o sistema de cotas, parecia que eles tivessem usufruído de um direito pouco legítimo, mas com o passar do tempo, como perceberam, que o caráter da entrevista não era o de questioná-los sobre suas escolhas, pelo contrário, tinha o caráter de conversa, ficaram mais a vontade para falar um pouco sobre suas vidas e experiências universitárias.

As conversas foram estabelecidas em lugares diversos como nas dependências do Centro de Convivência Negra, shopping centers, cafés e quadras pela Asa norte. Os locais e horários eram escolhidos pelas pessoas entrevistadas. Percebi que, enquanto as conversas eram realizadas no Campus Universitário Darcy Ribeiro, a tendência das respostas às perguntas parecia mais direcionada a um “politicamente correto” em defesa do sistema de cotas. Entretanto, percebi também que outra questão poderia ser problemática quando realizava esses debates no Campus; por exemplo: quando realizei duas entrevistas no Centro de Convivência Negra da UnB, a autodeclaração parda, de um desses estudantes, foi questionada, para mim, por alunos transeuntes do local. Temia, então, que em algum momento a própria presença dos estudantes que frequentavam o CCN pudesse interferir no diálogo com o grupo que eu entrevistava e, por essa razão, evitei entrevistas nesse local, mas quatro delas se realizaram na UnB, num total de 12 encontros. Todavia, a defesa do sistema e a necessidade dele para cursar uma universidade foram acentuadas por todos. Tomando

este mecanismo de ação afirmativa como um dos fatores que possibilita a ascensão dos negros à educação superior, pensei, na época das entrevistas, no artigo de Santos (2010), que analisou os indícios que determinam os pré-requisitos que dão a possibilidade de fazer parte das elites dirigentes do país.

Esse autor reúne uma série de dados que demonstram que a elite política e tecnoburocrática do país estão inseridas nos poderes da república brasileira: judiciário, executivo e legislativo, de dirigentes ou influentes nesses setores, tomam as medidas que influenciam os rumos das políticas públicas, e que eles se formam nas universidades públicas. Nesse sentido, a concessão de vagas às políticas de Ação Afirmativa, como é o Sistema de Cotas, torna claro o jogo de disputas políticas no Brasil – a educação superior. Conclui Santos (2010) que há uma forte correlação entre estudar em universidades públicas e ocupar espaço de prestígio, poder e mando, e que o título de graduação de uma universidade pública é como um passaporte dessas elites. Segundo esse autor:

*As políticas de ação afirmativa para, principalmente, estudantes negros e indígenas extrapolam o seu objetivo imediato, qual seja, a inclusão desses discentes no ensino público superior, e tem um potencial transformador para além de sua função manifesta, na medida em que demonstra para a sociedade brasileira como um todo que é possível não só redistribuir políticas públicas de boa qualidade, como também possibilita aspirar-se a mudança na composição racial das elites dirigentes nacionais. (SANTOS, 2010: p. 69)*

Os alunos que entrevistei pareceram surpresos com a abordagem sobre suas trajetórias de vida acadêmica; com perguntas direcionadas para entender um pouco do que passaram na universidade e o que motivou sua conduta frente ao novo posicionamento em relação ao sistema de cotas. Nesse aspecto, entendi que nunca dantes os estudantes egressos do sistema de cotas foram abordados por pesquisas no âmbito das Ciências Sociais com essa temática, como se verificou na pesquisa que realizamos no primeiro capítulo.

Uma questão colocada sobre os estudantes egressos do sistema de cotas foi a de verificar o nível de desenvolvimento desses, com suas famílias, através do questionário objetivo. Entretanto esta pesquisa constatou, pelos poucos entrevistados que abordou, que se verifica o surgimento já anunciado sobre o surgimento de uma classe média negra. Como demonstrado, no capítulo III, as pessoas entrevistadas fazem



parte da categoria de negros que emergem das classes sociais média e média-alta, de acordo com as classificações do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE<sup>15</sup>.

No início das entrevistas, os entrevistados demonstraram não se sentirem tão merecedores da política de cotas por não serem economicamente carentes, o que me levou a pensar que em seus imaginários às cotas raciais devem ser para candidatos economicamente desprivilegiado. Entretanto, conforme as entrevistas se desenvolviam, os entrevistados que já tinham o conhecimento mais elaborado sobre essa questão, e outros que já tinham tal noção e, pelo fato de estarem ascendendo economicamente com suas famílias, não se sentiram desmerecidos do sistema. Nesse instante, percebi que o fator econômico é um fator que influencia na autodeterminação dos entrevistados quanto a declaração racial. As pessoas autodeclaradas pardas, discriminadas, em ascensão socioeconômica, no primeiro momento, tinham receio de ser declararem merecedoras do Sistema.

Outro ponto que ficou evidenciado pela pesquisa desta monografia foi trazer à luz os desafios de uma política afirmativa. Nesse sentido, Segato (2004) apresenta que uma medida de ação afirmativa, como são as cotas raciais para negros na UnB, necessita de órgãos de apoio capazes de fazerem acompanhamento de alunos e garantir seu sucesso no âmbito da academia. Defende que: *“A meta, trazer mais alunos negros à universidade, implica uma intensificação da convivência e, provavelmente, uma exposição maior dos atritos, conflitos e formas de abuso que permanecem, geralmente, restritos aos pequenos grupos onde acontecem”*.

Nesse sentido, pudemos entender quando a entrevistada Rita falou nas entrevistas sobre o sentimento de ojeriza por parte dos colegas ao se declararem cotistas e a sensibilidade do entrevistado Nelson ao perceber que, por certos olhares das pessoas, sentia que não frequentava os “lugares certos”, e, de certa forma, entendemos que ele estar na universidade não deveria ser um espaço tão permeável assim.

Os estudantes declararam que a universidade parecia não saber a necessidade do estudante cotista, também alguns declararam que, se soubessem de algum apoio institucional seria mais fácil continuar os estudos. Como demonstram as seguintes falas já apresentadas dos entrevistados:

---

<sup>15</sup> Fonte: [http://pt.wikipedia.org/wiki/Classe\\_social](http://pt.wikipedia.org/wiki/Classe_social), acessado em 10/07/2013.

*“Primeiro ela deveria saber quem é o estudante cotista pra saber qual é a necessidade do estudante cotista” (Entrevistado Jorge)*

*“Acho que se eu soubesse [de algum apoio institucional] seria mais tranquilo (...) acho que eu não reconhecia também a possibilidade de ter algo para me ajudar. Acho que o sistema de cotas foi colocado antes mesmo de a universidade estar funcionando para o sistema de cotas” (Entrevistado Nelson)*

Nesse sentido, despertamos certas estruturas dos mecanismos do apoio universitário, como forma de implantação que deveria ser cumprida para o bom funcionamento do Sistema de Cotas. Esses mecanismos, segundo Segato (2004: 74) são:

*1. Comitê de Apoio Psicopedagógico: formado por professores especialmente treinados e esclarecidos sobre o tema da discriminação racial que terão a cargo o acompanhamento pedagógico e o apoio psicológico dos estudantes.*

*2. Comissão de Avaliação Permanente: destinada a observar o funcionamento da medida, avaliar seus resultados periodicamente, sugerir ajustes e modificações e identificar aspectos que prejudiquem a sua eficiência.*

*3. Ouvidoria: constituída de tal forma que seu titular, apoiado por uma equipe, combine as atribuições de um ouvidor jurídico, um ombudsman jornalístico e um corregedor.*

Com essas e outras questões levantadas, meu intuito, com a presente monografia, foi de contribuir com os avanços universitários sobre o Sistema de Cotas na Universidade de Brasília. Instituição, como já mencionado, foi a primeira na esfera federal de ensino superior brasileira a aprovar o Sistema de Cotas para estudantes negros e indígenas em seu vestibular, de 6 de junho de 2003. Como também foi a primeira de fato a discutir políticas de ação afirmativa, quando abrigou o Seminário Internacional Multiculturalismo e Racismo: o papel da ação afirmativa nos Estados democráticos contemporâneos, em julho de 1996. Como instituição pública, a UnB serviu de modelo inspirador para aprovação de políticas afirmativas em outras universidades públicas federais. Com isso, a breve análise desta monografia pode

ajudar, um pouco mais, nas reflexões acadêmicas de como estão sendo efetivamente implantadas políticas públicas na UnB e ajustes que são necessários a elas.

A base teórica desta monografia e o método etnográfico utilizado compuseram uma tentativa de compreensão e aproximação da realidade dos estudantes egressos no que diz respeito à decisão de reingressarem na universidade pelo sistema de cotas. Propus-me investigar e responder a seguinte questão: Por que estudantes, que entraram na universidade pelo Sistema de Cotas e se formaram, ao retornarem a universidade, para realizarem uma nova graduação, não escolhem o Sistema de Cotas e sim o sistema universal?

A relação entre os estudantes do Sistema de Cotas, mais especificamente os egressos, com a universidade é relativamente conhecida, entretanto se mostrou significativo apenas no que tange a parte do apoio universitário. Todavia, esse apoio não foi apontado como um fator determinante de sua escolha ao retornar à universidade.

A conclusão que cheguei foi a de que, o fato desses estudantes ex-cotistas não utilizarem novamente do Sistema de Cotas se deu pelo “espírito de solidariedade”. Ou seja, como eles já haviam cursado uma graduação pelo Sistema de Cotas não seria justo tirar esta oportunidade dos novos estudantes negros que ainda não haviam cursado uma graduação. Nesse sentido, o “espírito de solidariedade” que eles desenvolveram foi devido à suas experiências anteriores com o Sistema de Cotas.

## **Bibliografia**

- ALENCAR, Rafael Augusto da Costa, 2010. Ações afirmativas no Brasil: um estudo de caso sobre o estatuto da igualdade racial. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.
- ALBERTO, Luiz. O humano direito à identidade. A cor do medo. Oliveira Djaci David de (org.) et all. Brasília e Goiânia: UnB, UFG, Ed., 1998.
- ALMEIDA, João Carlos. Antropologia da Solidariedade. Notandum 14 <http://www.hottopos.com> CEMOrOCFeusp/ IJI – Univ. do Porto 2007.
- ANJOS, José Carlos dos. O tribunal dos tribunais: onde se julgam aqueles que julgam raças. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 232-236, jan/jun de 2005.
- BELCHIOR, Ernandes Barboza, 2006. Não deixando a cor passar em branco: o processo de implementação de cotas para estudantes negros na Universidade de Brasília. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento. 24 ed, Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 2004.
- BIANCO, Bela Feldman (Org.). A Antropologia das sociedades contemporâneas. São Paulo. Global, 1987.
- BORGES, Cristiano Celestino Dourado, 2006. Narrar é resistir: Trajetória de estudante negra e negro da Universidade de Brasília. Monografia de Graduação em Antropologia. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- BOWEN, William G.; BOK, Derek. O Curso do Rio: um estudo sobre a ação afirmativa no acesso à universidade. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

- BRANDÃO, André Augusto (Org.). Cotas raciais no Brasil: a primeira avaliação. Editora DP&A, Rio de Janeiro, 2007.
- CARDOSO, Ruth (Org). A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: 4ª ed. Paz e Terra, 1986.
- CARVALHO, José Jorge de. As ações Afirmativas como Resposta ao Racismo Acadêmico e seu Impacto nas Ciências Sociais Brasileiras. Série Antropologia, No. 358. Departamento De Antropologia, Universidade de Brasília, 2004.
- \_\_\_\_\_ . Inclusão Étnica Racial no Brasil: a questão das cotas no ensino superior. / José Jorge de Carvalho. – São Paulo: Attar, 2005.
- \_\_\_\_\_ . Usos e abusos da antropologia em um contexto de tensão racial: o caso das cotas para negros da UnB. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 237-246, jan/jun, 2005b.
- \_\_\_\_\_ . Confinamento racial do mundo acadêmico brasileiro. REVISTA USP, São Paulo, n. 68, p. 88 – 103, dezembro/fevereiro, 2005 – 2006.
- CARVALHO, José Jorge & SEGATO, Rita. Uma Proposta de Cotas para Estudantes Negros na Universidade de Brasília. Série Antropologia, No. 314. Departamento De antropologia, Universidade de Brasília, 2002.
- CASTEL, Robert. A Discriminação Negativa - Cidadãos ou Autóctones? . Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- CASTELLS, Manuel, 1942. O poder da Identidade / Manuel Castells; tradução Klaus brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 1999. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura; v.2).
- COBUCCI, Vivian de Oliveira, 2007. A construção e reconstrução da identidade negra entre alunos cotistas na Universidade de Brasília. Monografia de Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.

- COSTA, Joaze Bernardino. 1999. Ação Afirmativa no Brasil: a construção de uma identidade negra?. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de sociologia da Universidade de Brasília.
- COSTA, Hilton; PINHEL, André; SILVEIRA, Marcos Silva da(Org.). Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados. Paraná: Editora UEPG, 2012.
- DEBERT, G. G. Problemas relativos à utilização da história oral de vida e história oral. In: A Aventura Antropológica: Teoria e Pesquisa. Rio de Janeiro: 4ª ed. Paz e Terra, 1986.
- DEMO, Pedro. Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2002.
- DUARTE, Evandro C. Piza e BERTÚLIO, Dora Lúcia de Lima. Identificação de /beneficiários em programas de inclusão: a construção de modelos democráticos. Em: Hilton Costa, André Pinhel, Marcos Silva da Silveira (Org.). Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados. Paraná: Editora UEPG, 2012.
- DUARTE, Evandro C. Piza; GUELFY, Wanierley Pedroso. Cotas raciais, política identitária e reivindicação de direitos. In: DUARTE, Evandro C. Piza; BERTÚLIO, Dora L. L; SILVA, Paulo V. B. (Orgs.). Cotas raciais no ensino superior. Curitiba: Juruá, 2007.
- ERIKSON, Erik H. Identity, Youth and Crisis. Nova York: W. w. Norton & Co, Inc. 1968.
- ECKERT, Cornélia. A Antropologia na Atualidade. Anos 90, Porto Alegre, n. 2, p. 7 - 35, maio de 1994.

- FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé (org.). Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília, UnB, 2001.
- FERREIRA, Ricardo Franklin. Afro-descendente: identidade em construção. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Oallas, 2000.
- FERREIRA, Erika do Carmo Lima (2009). Identidade, Raça e Representação: Narrativas de jovens que ingressaram na universidade de Brasília pelo sistema de cotas raciais. Dissertação de Mestrado em Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de Brasília.
- FILICE, Renisia Cristina Garcia e SANTOS, Deborah Silva. Ações Afirmativas e o Sistema de Cotas na UnB: antecedentes históricos. Em: Cadernos de Educação, Brasília, n. 23, p. 209-248, jul./dez. 2010.
- FORTES, M. "Time and Social Structure: an Ashanti Case Study." Social Structure: Studies Presented to A. R. Raddiffe-Brown. (ed.) M. Fortes. Oxford: Claredon Press, 1949, pp. 54-84.
- FRANÇA, Luiz Fernando de. Desconstrução dos estereótipos negativos do negro em Menina bonita do laço de fita, de Ana Maria Machado, e em O menino marrom, de Ziraldo. Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea, Brasília, nº. 31, pp. 111-127, janeiro-junho de 2008. FRY, Peter. Ossos do Ofício. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 271-272, jan/jun de 2005.
- GARCIA, Renisia Cristina; SANTOS, Deborah Silva. Ações Afirmativas e o Sistema de Cotas na UnB – Antecedentes Históricos. Cadernos de Educação, Brasília, n.23. p.209-248, jul./dez. 2010. Disponível em: [www.cnte.org.br](http://www.cnte.org.br).
- GOMES. Joaquim B. Barbosa. Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade. Rio de Janeiro: São Paulo. Renovar, 2001.

- \_\_\_\_\_ . A Recepção do Instituto da Ação Afirmativa pelo Direito Constitucional Brasileiro. Em: Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas. Coleção Educação para Todos. Brasília, 2005.
- GRIMBERG, Leon & Rebeca GRIMBERG. Identidad y Cambio. Buenos Aires: Ediciones Kargieman, 1971.
- HASENBALG, Carlos. Discriminação e Desigualdades raciais no Brasil. Rio de Janeiro: Graal. 1979.
- HENRIQUES, Ricardo. Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90. Rio de Janeiro. IPEA, Textos para Discussão N° 807.2001.
- HOLANDA, Maria Auxiliadora de Paula Gonçalves, 2008. Trajetória de vida de jovens negras da UnB no contexto das Ações Afirmativas. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- HONNET, Axel. A luta pelo reconhecimento. São Paulo, Editora 34, 2003.
- JULIO, Ana Luiza dos Santos e STREY, Marlene Neves. Negros e Negras no ensino superior: singularidade para a permanência. (Maio 2009).
- LEACH, E. R. "Comment on McEwen, Forms and Problems of Validation in Social Anthropology". Current Anthropology, n.º 42, 1963, pp. 48-174.
- LIMA, Ari. A legitimação do intelectual negro no meio acadêmico brasileiro: negação da inferioridade, confronto ou assimilação intelectual?. Afro-Asia (UFBA), Salvador, v. 25/26, p. 281-312, 2001.
- MAIO, Marcos Chor e SANTOS, Ricardo Ventura Santos. Política de Cotas Raciais, os “olhos da sociedade” e os usos da Antropologia: o caso do vestibular da Universidade de Brasília (UnB). Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 181-214, jan/jun de 2005.



- MITCHELL, J. C. & BARNES, J. A. The Lamba Village: A Report on a Social Survey. Communication, n. 24. School of American Studies, University of Cape Town, 1950.
- MOITA LOPES, Luiz Paulo da. (Org.). Discursos de Identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça e profissão na escola e na família. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003.
- MITCHEL, Clyde. A Questão da Quantificação na Antropologia Social. In: A Antropologia das sociedades contemporâneas. Bela Feldman-Bianco (Org.). São Paulo: Global, 1987.
- MUNANGA, Kabengele. Políticas de Ação Afirmativa em Benefício da População Negra no Brasil: Um ponto de vista em defesa de cotas. Em: Sociedade e Cultura, v. 4, n. 2, jul./dez. 2001, p. 31-43.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. Para entender o negro no Brasil de Hoje: história, realidades, problemas e caminhos. São Paulo: Gobar; Ação Educativa, 2004.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. Identidade, Etnia e estrutura Social. São Paulo: Editora, 1976.
- PINHO, Osmundo de Araújo. A formação do vínculo raça e classe em Salvador. Teoria e Pesquisa 42 e 43. Janeiro - Salvador, julho de 2003.
- PEIRANO, Mariza. O antropólogo como cidadão. Dados (Rio de Janeiro. Impresso), Rio de Janeiro, v. 28, n.1, p. 29-43, 1985.
- PRICE, Richard. Meditação em torno dos Usos da Narrativa na Antropologia Contemporânea. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 10, n. 21, p. 293-312, jan./jun. 2004.

- Plano de Metas para a Integração Étnica e Racial na UnB. Documento apresentado ao Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da Universidade de Brasília em 06 de junho de 2003.
- REIS, Dyane Brito; TENÓRIO, Moreira Robinson. Ações afirmativas, discriminação e estratégias de permanência no Ensino Superior. In: 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008, Porto Seguro, Bahia, Brasil. 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, 2008.
- RIBEIRO, Carlos Rogério (1996). As Relações Raciais na Universidade de Brasília. Monografia de Graduação em Antropologia. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- SAID, Edward. Cultura e Política. São Paulo: Bom tempo Editorial Ed., 2003.
- SANTARÉM, Paulo Henrique da Silva, 2009. Negras raízes brasileiras: uma busca investigativa e metodológica. Trabalho de conclusão do Curso de Antropologia para obtenção de Bacharelado. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- SANTOS, Sales Augusto dos. Movimentos Negros, Educação e Ações Afirmativas (2007). Tese de Doutorado em Sociologia. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília.
- \_\_\_\_\_ . “Universidades Públicas, Sistema de Cotas para os Estudantes Negros e Disputas Acadêmico-Políticas no Brasil contemporâneo”. Revista de Ciências Sociais; n. 33 Outubro de 2010 - p. 49-73.
- SANTOS, Sales Augusto dos; CAVALLEIRO, Eliane; BARBOSA, Maria Inês da Silva; RIBEIRO, Matilde. Ações Afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do Estado. Em Revista Estudos Feministas. Florianópolis, 16(3): 424, setembro/dezembro, 2008.

- SANTOS, Deborah silva e FILICE, Renísia Cristina Garcia. Ações Afirmativas e o Sistema de Cotas na UnB - Antecedentes históricos. In: Cadernos de educação, Brasília, n. 23, p. 209-248, jul./dez. 2010.
- SEGATO, Rita. Por que reagimos às cotas para negros?. O público e o privado - Nº 3 - Janeiro/Junho – 2004.
- \_\_\_\_\_ . Raça é Signo. Série Antropologia, 372. Brasília, 2005.
- \_\_\_\_\_ . Em memória de tempos melhores: os antropólogos e a luta pelo direito. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 11, n. 23, p. 273-282, jan/jun de 2005.
- SENA, Hevilin. Cotas, Resistência e Luta: Processo de Institucionalização Afroatidade/UnB. (2011). (Não publicado)
- SIQUEIRA, Carlos Henrique Romão de. O processo de Implementação das Ações Afirmativas na Universidade de Brasília (1999-2004). Em: O Público e o Privado, Nº3. Janeiro/Junho, 2004.
- SISS, Ahyas. Afro-brasileiro e Educação Superior: notas para o debate. Em: COSTA, Hilton; PINHEL, André; SILVEIRA, Marcos Silva da (Org.). Uma década de políticas afirmativas: panorama, argumentos e resultados. Paraná: Editora UEPG, 2012.
- TAYLOR, Charles. Argumentos Filosóficos. São Paulo. Loyola, 2000.
- \_\_\_\_\_ . “La ética de la autenticidade”. Barcelona: Paidós, 1994.
- TEIXEIRA, Moema di Poli. Negros na universidade: Identidades e trajetórias de ascensão social no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Pallas, 2003.
- TELLES. V. S. Pobreza e cidadania. São Paulo: Editora 34, 2001.

- TYLOR, E. B. "On a Method of Investigating the Development of Institutions." *Journal of the Royal Anthropological Institute*, n. 18, 1889, pp. 245-269.
- VALVERDE, Danielle Oliveira, 2008. Para além do ensino médio: A política de cotas da Universidade de Brasília e o lugar do/a jovem negro/a na educação. Dissertação de Mestrado em Antropologia. Programa de Pós-Graduação em Antropologia. Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- Woodward, K. 1997. "Concepts of identity and difference". In: *Identity and difference*. K. Woodward (Ed.), (pp. 8-50).

## **Anexos**